



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Renata Eirinha da Mota

A evolução recente da performance dos bancos portugueses: o caso da banca cooperativa

Relatório de Estágio

Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Maria Lurdes Castro Martins

Outubro de 2018

Declaração

Nome: Renata Eirinha da Mota

Endereço eletrónico: ataner_mota@hotmail.com

Telefone: 932040547

Número do Cartão de Cidadão: 15123012

Título do relatório de estágio: A evolução recente da performance dos bancos portugueses: o caso da banca cooperativa

Orientadora: Professora Doutora Maria Lurdes Castro Martins

Ano de conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Monetária Bancária e Financeira

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, 31/10/2018

Assinatura:

Agradecimentos

O presente relatório de estágio foi fruto de esforço pessoal e de trabalho desenvolvido, ao longo do ano letivo 2017/2018, todavia foram relevantes para a sua concretização pessoas que merecem uma agradecimento especial.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, por me terem proporcionado esta oportunidade de frequentar o Mestrado de Economia Monetária, Bancária e Financeira, e de quererem sempre mais de mim a nível académico.

De seguida, à minha avó Isabel por me ceder o espaço da sua casa, onde eu maioritariamente das vezes escrevia o meu relatório, e de se rir de mim quando eu falava sozinha enquanto escrevia.

Ao meu namorado, Paulo Leite, que sempre me motivou e aconselhou, nos momentos em que eu começava a desanimar e a ficar desmotivada, e por nunca ter saído do meu lado, em qualquer momento.

Um grande agradecimento aos excelentíssimos Doutor José Soares, Doutor Miguel Pando e a todos os colaboradores da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro, por me terem dado a oportunidade de ter ingressado na vossa vida quotidiana de trabalhadores bancários, e por me terem acolhido de imediato.

À Professora Doutora Maria Lurdes Castro Martins por me orientar em todos os momentos de dificuldades e dúvidas, pela disponibilidade demonstrada a qualquer momento e por me ter aceite desde o início este projeto.

Por último, mas nunca menos importantes, as minhas amigas de longa data, Catarina Cunha, Filipa Silva, Carolina Esperança e Adriana Oliveira por serem companheiras, irmãs e amigas, em todas as horas.

Obrigada a todos!

Resumo

A banca cooperativa portuguesa Caixa de Crédito Agrícola Mútuo fundada a 1911, em Portugal, opera em localidades, onde muitas vezes é a única instituição bancária a exercer atividade, com o objetivo de criar uma proximidade com o cliente e de conceder apoio bancário à população envolvente.

A crise do *subprime* teve como consequência, em Portugal, uma situação económica e financeira bastante frágil, tendo abalado as instituições bancárias portuguesas. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo a análise da *performance* do setor bancário português, de 2009 a 2016, comparando o Crédito Agrícola com as restantes instituições financeiras a operar no setor bancário associadas da Associação Portuguesa dos Bancos. Assim, neste estudo o método empregue foi o cálculo de rácios económico-financeiros, como a solvabilidade bruta, liquidez reduzida e a rendibilidade do ativo, tal como foi utilizado por Ayadi et al. (2010) e Alam et al. (2011). De forma a obter uma análise mais eficaz e completa da evolução recente dos indicadores de gestão bancária, e a respetiva comparação com o Crédito Agrícola, foi aplicado o método de agrupamento utilizado por Costal (2014), em função das rubricas do crédito a clientes, total do ativo, recursos de clientes e outros empréstimos incluídas nos balanços contabilísticos consolidados dos bancos portugueses, criando desta forma um grupo com os seis maiores bancos portugueses e um grupo dos restantes bancos portugueses.

No período da *troika*, de 2009 a 2013, a *performance* bancária do Crédito Agrícola apresentou um nível superior, comparativamente à *performance* dos restantes bancos analisados, no mesmo período, de acordo com as médias dos rácios económico-financeiros analisados. Todavia, a evolução dos resultados do Crédito Agrícola obtidos nestes rácios, mostrou-se negativa, tendo apresentado um decréscimo dos seus valores, ao longo do período.

No que concerne ao período pós *troika* (2014-2016), o Crédito Agrícola apresentou um grau de *performance* inferior ao revelado no período da *troika*, tendo revelado uma tendência negativa na maior parte dos indicadores de gestão bancária utilizados neste estudo. Neste período, o grupo dos restantes bancos foi o que apresentou o melhor nível de *performance* bancária, comparativamente aos grupos bancos analisados

Palavras-chave: Banca cooperativa; *Performance* bancária; Crédito Agrícola; Indicadores de gestão bancária; Crise do *subprime*

Abstract

The cooperative Caixa de Crédito Agrícola Mútuo was founded in 1911 in Portugal and operates mostly in small towns where they are often the only Bank offering these services to the communities which helps to create and develop a closer and more friendly relationship with their clients.

In Portugal the subprime crisis had a huge impact in the economy and left the country's economic and financial system in a very fragile situation and the banks were severely affected. The purpose of this study is to analyze the performance of the Portuguese banking system from 2009 to 2016 comparing the bank Crédito Agrícola with other financial institutions operating associated to the Portuguese Association of Banks. So, in this study the method used was the calculation of the economic and financial ratios such as gross solvency, reduced liquidity and return on assets, as used by Ayadi (2010) and Alam et Al (2011). Aiming at a more effective and thorough analysis of the recent evolution of the banks performance and to compare it with Crédito Agrícola, the method used was the one Costal (2014) used in this study, regarding total credit to clients, total assets, clients resources and other loans within the consolidated accounts final results of the Portuguese banks.

From 2009 to 2013, during the period of the troika supervision the Crédito Agrícola performance showed a more successful performance than all the other Portuguese banks, during the same period, according to the economic and financial ratios' averages analyzed here. However, even if showing better results than the other banks, Crédito Agrícola exhibited a negative evolution of the ratio results, presenting a decrease of its value during that period.

After the troika intervention (2014-2016), Crédito Agrícola showed an inferior performance level when compared to the results during the troika supervision, having revealed a negative tendency in almost every bank performance indicators used in this study. During this period, the group of the remaining banks showed a better performance than the remaining banks.

Key Words: Cooperative banking; Banking performance; Crédito Agrícola; Bank management indicators; Subprime crisis

Lista de acrónimos:

- A – Crédito sobre clientes
- AB – Ativo Bruto
- AF – Ativo Financeiro
- AL – Ativo Líquido
- APB – Associação Portuguesa dos Bancos
- BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
- BCE – Banco Central Europeu
- BCP – Banco Comercial Português
- BES – Banco Espírito Santo
- BESI – Banco Espírito Santo de Investimento
- BIG – Banco de Investimento Global
- BP – Banco de Portugal
- BPI – Banco Português de Investimentos
- BPN – Banco Português de Negócios
- CA – Crédito Agrícola
- CBI – Central Banco de Investimento
- CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo
- CGD – Caixa Geral de Depósitos
- EUA – Estados Unidos da América
- FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L.
- FP – Fundos Próprios e Equiparados
- KP – Capitais Próprios
- L – Caixa e depósitos em bancos centrais
- MF – Margem Financeira
- Montepio – Caixa Económica Montepio Geral
- MUS – Mecanismo Único de Supervisão
- PB – Produto Bancário
- PF – Passivo Financeiro
- PIB – Produto Interno Bruto
- RC – Recursos de Clientes

RL – Resultado Líquido

SICAM – Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo

UE – União Europeia

Índice:

Capítulo I – Introdução:	1
Capítulo II – Banca Cooperativa	4
Capítulo III – Grupo Crédito Agrícola	7
3.1. História do Crédito Agrícola.....	9
3.2. Objetivos, Missão e Valores.....	11
3.3. Prémios de reconhecimento	12
3.4. Principais atividades bancárias	14
3.5. Caixa de Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras de Bouro	15
Capítulo IV – Estágio Curricular	16
4.1. Atividades desenvolvidas.....	16
Capítulo V – Breve caracterização da banca portuguesa	18
5.1. A banca portuguesa.....	18
5.2. As instituições bancárias.....	24
Capítulo VI – Metodologia	29
6.1. Método dos rácios	29
6.2. Base de dados e período do estudo	31
6.3. Indicadores de gestão bancária.....	32
Capítulo VII - A evolução recente da performance dos bancos portugueses	35
7.1. Estrutura patrimonial	35
7.2. Funcionamento	53
7.3. Rendibilidade.....	58
Capítulo VII – Conclusão.....	64
Capítulo VIII – Referências bibliográficas:	69
Capítulo IX – Anexos.....	77

Índice de figuras:

Figura 1 - Organograma do Grupo CA	8
Figura 48 - Sede do CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro.....	16
Figura 72 - Três pilares do Acordo de Basileia II	27

Índice de gráficos:

Gráfico 1 - Evolução dos depósitos, em milhões de euros (mercado versus CA)	14
Gráfico 2 - Evolução do crédito bruto, em milhões de euros (mercado versus CA)	14
Gráfico 3 - Taxa de poupança das famílias em Portugal	21
Gráfico 4 - Empréstimos e depósitos em Portugal, em milhões de euros.....	22
Gráfico 5 - Variação anual do ativo agregado* e contribuição de cada rubrica	23
Gráfico 6 - Financiamento do ativo financeiro, 2009-2016, em %.....	35
Gráfico 7 - Estrutura do ativo, 2009-2016, em %	37
Gráfico 8 - Liquidez reduzida, 2009-2016, em %	39
Gráfico 9 - Solvabilidade bruta, 2009-2016, em %	41
Gráfico 10 - Capacidade creditícia geral, 2009-2016, em %.....	43
Gráfico 11 - Relevância de recursos de clientes, 2009-2016, em %.....	45
Gráfico 12 - Transformação dos recursos de clientes em crédito, 2009-2016, em %	47
Gráfico 13 - Margem financeira, 2009-2016, em %	53
Gráfico 14 - Margem de negócio, 2009-2016, em %	56
Gráfico 15 - Rendibilidade do ativo, 2009-2016, em %	58
Gráfico 16 - Rendibilidade dos capitais próprios, 2009-2016, em %	61

Índice de tabelas:

Tabela 1 - Distribuição geográfica do CA	10
Tabela 2 - Prémios de Reconhecimento do CA	13
Tabela 3 - Indicadores de gestão bancária.....	32
Tabela 4 - Rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito, 2009-2013, em %	49
Tabela 5 - Rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito, 2014-2016, em %	50

Capítulo I – Introdução:

O setor bancário é um dos mais importantes setores de atividade, sendo um motor para o funcionamento das atividades das empresas, dos particulares e até do setor público. Deste modo, possui um papel importante no sistema financeiro, devido à sua ligação com a economia real.

As instituições bancárias têm um papel essencial na economia, todavia estão sujeitas a diversos riscos, como o risco de crédito, os riscos de liquidez, os riscos de mercado e os riscos operacionais. Assim, torna-se pertinente o presente estudo, que analisa a evolução recente da *performance* dos bancos portugueses¹, de 2009 até 2016, sendo este um intervalo de tempo que fica marcado pelo pós crise do *subprime* de 2007/2008.

Esta situação económica e financeira teve consequências para a *performance* dos bancos a vários níveis. Assim, tornando-se também numa crise bancária, afetando o sistema bancário a nível mundial, indireta e diretamente. A crise do *subprime* iniciou-se sobre a forma de crise financeira, após a falência do *Lehman Brothers* em 2008, tornando-se, rapidamente, também numa crise económica, tendo abalado as economias de diversos países, como foi o caso de Portugal, que se viu forçado a recorrer ao auxílio do Fundo Monetário Europeu, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (vulgarmente designados como a “*troika*”) em 2011, numa operação de resgate financeiro.

Vários foram os casos de insolvências bancárias, apoios públicos para a recuperação financeira de muitos bancos, fusões e aquisições bancárias. Este cenário estabeleceu-se primeiramente nos Estados Unidos da América (EUA), que sendo um centro financeiro mundial, obtinha diversos negócios e parcerias com outras entidades bancárias e grandes empresas estrangeiras, afetando de variadas formas diversos países.

Segundo Baglioni e Cherubini (2013), a crise quando instalada no nosso país teve uma proporção nunca esperada, devido à falta de intervenção do governo português, permitindo que esta abalasse o setor bancário. Devido à relevância das instituições bancárias na economia e o seu papel na estabilidade financeira, a crise financeira de 2007/2008 colocou em evidência a importância da estabilidade dos bancos portugueses e a sua capacidade de resistência à crise, por forma a evitar o risco sistémico.

¹ Neste documento optou-se por uma designação de “bancos portugueses” que compreende todos os bancos a operar em Portugal, independentemente da origem do seu capital.

Devido á crise do *subprime*, o sistema bancário português ficou abalado, tem tido uma evolução, nos últimos 10 anos, inconstante, podendo identificar-se um período antes, durante e após crise. No entanto, a banca cooperativa parece ter demonstrado uma forte capacidade de superação das dificuldades que surgiram.

A missão da banca cooperativa é diferente da banca comercial, não procurando a maximização dos lucros, mas sim a concretização dos objetivos definidos pelos seus associados. O banco Crédito Agrícola (CA) é o único banco cooperativo a operar em Portugal, e é o local onde o estágio curricular a que se refere este relatório decorreu.

No atual contexto económico, torna-se particularmente relevante definir como objetivo do estágio curricular no CA o estudo da evolução dos últimos anos desta instituição bancária: como atuou; como se comportou em comparação com os restantes bancos associados da Associação Portuguesa de Bancos (APB), dando particular destaque à análise da evolução da sua *performance*.

No âmbito deste relatório de estágio pretende-se responder às seguintes perguntas: Como se comportou o CA em comparação com os restantes bancos do sistema bancário português? Qual a posição do CA no conjunto do setor bancário? Qual a evolução da *performance* bancária do CA? Será a banca cooperativa mais rentável que as restantes? Para responder a estas questões, o objetivo é estudar o percurso dos bancos inscritos na APB, num período de oito anos, analisando a sua *performance* financeira ao longo do tempo.

Deste modo, o presente relatório inicia-se com a definição e exposição da banca cooperativa, em termos nacionais e internacionais. Seguidamente, encontramos uma breve apresentação do grupo CA, expondo a sua evolução desde as suas origens, apresentando a sua estrutura atual, as suas diretrizes e os seus prémios de reconhecimento nos últimos anos.

No capítulo seguinte, apresentam-se as atividades que foram desenvolvidas no decorrer do estágio curricular na agência de Moure. Procede-se a uma contextualização e origens da crise do *subprime*, de forma a conhecer o fator que marcou a evolução do mercado bancário, no período em análise. Continuamente, apresenta-se uma breve explicação da metodologia adotada, de modo a corresponder aos objetivos do presente relatório, podendo-se assim concretizar uma comparação da *performance* do grupo dos seis maiores bancos e do grupo dos restantes bancos com atividade em Portugal (bancos associados da APB), com a mesma

do CA. No capítulo VII encontra-se uma análise da evolução dos grupos de instituições bancárias para cada indicador de gestão bancária utilizado no estudo, de modo a verificar a evolução da *performance* das mesmas. Por último, é apresentada uma breve conclusão do estudo encetado.

Capítulo II – Banca Cooperativa

A palavra cooperativismo advém da palavra *cooperari* do latim, que significa cooperar em português, o que indica “*unir a sua ação com a de outro Agente natural, ou sobrenatural, para simultânea produção de hum effeyto*”, Padre D.Raphael Bluteau (1712).

A banca cooperativa opera nas localidades onde se instala com o objetivo de criar uma maior proximidade com o cliente, definindo-se como uma instituição “cooperativa de crédito em que o capital não conta para efeitos de voto, mas sim a pessoa” (Jornal de Negócios, 13 de setembro de 2016). O capital dos bancos com estas características é composto, no global, por títulos de capital que têm como proprietários os seus associados.

A banca em estudo é uma alternativa à banca típica tradicional. Estas são instituições que se localizam regra geral em zonas rurais, procurando suprimir os desequilíbrios existentes em termos de distribuição geográfica do rendimento, entre locais rurais e urbanos e promovendo a empregabilidade e fixação da população. Com isto, podemos apurar que a banca cooperativa sai fora dos parâmetros habituais que governam a atividade bancária, sendo também uma instituição de apoio social. Para que tal seja, o autor Bonus (1994) afirma que a função destas instituições é exercer a sua atividade protegendo os investimentos e depósitos dos seus clientes, isentas de “relações precárias”, ou seja, isentas de oportunismo e de tomadas de decisões a seu favor.

Os primórdios do século XIX, foram marcados por uma reviravolta na economia, quer pela sua liberalização, quer pelo seu forte crescimento das indústrias (Greve, 2002). Este cenário conduziu a uma economia fragilizada, fortemente marcada pelos altos níveis de concorrência, levando os pequenos empresários a défices de capital que punham em causa a continuidade das suas atividades e aumentavam a sua dependência a empréstimos com elevadas taxas de juros.

O fundador das primeiras ações cooperativas é Robert Owen, empresário galês que, durante a Revolução Industrial de inícios do século XIX, promoveu nas suas empresas um modelo cooperativo, reduzindo as horas de trabalho diárias com o objetivo de estimular o aumento da escolaridade dos seus trabalhadores e, na tentativa de abolir o trabalho infantil. Esta revolução estrutural na sua empresa teve um enorme sucesso, tendo o empresário, em 1817, proposto a criação de *Aldeias Cooperativas*, que “teriam como função a produção, a comercialização, o consumo e a poupança solidária de todos os associados” Neto (2013), tendo sido esta ideia concretizada, em 1824, nos EUA.

Com o sucesso das *Aldeias Cooperativas*, Owen criou o conhecido *Equitable Labour Exchange Bank*, sendo um espaço onde as *Aldeias Cooperativas* poderiam trocar bens entre si, a preços mais baixos do que os que se praticavam no mercado, utilizando as “*Labour Notes*” que eram notas com valor unitário que correspondiam a um número de horas de trabalho.

Outros casos de instituições cooperativas no século XIX, foram a Associação Comercial de Trocas e o Banco do Povo, ambos em França, em 1932 e 1949, respetivamente, que pelo contrário tiveram insucesso, Rivoire (1995). Na Alemanha esta base bancária foi o resultado das atividades reformistas de Hermann Schulze – Delitzsch e Friedrich Raiffeisen, Greve (2002).

A banca cooperativa foi criada de forma a estabelecer uma maior igualdade entre a população, dando oportunidade à população mais desfavorecida de poder contrair um empréstimo a custos mais baixos, ter acesso a uma melhor qualidade de vida e a um melhor ambiente de trabalho. O processo de concessão de crédito era da alta responsabilidade dos membros do banco cooperativo, onde cada membro detinha um único voto. Quando um dos membros queria conceder um empréstimo, estes membros tinham de se reger por o princípio da imparcialidade, não impondo os seus próprios interesses ou os de alguém próximo, mas sim os do banco, Gorton e Schmid (1999).

Atualmente, esta é uma banca de grande relevo a nível mundial, principalmente na Europa. Nesta, temos o caso da Holanda e a França, onde a base cooperativa no setor bancário é de extrema representatividade, possuindo quotas de mercado bastante elevadas, Pina (2014). A forma de gestão destes bancos modificou-se com o passar dos anos, pertencendo esta a uma equipa de gestão profissional e não a uma assembleia de membros, Gorton e Schmid (1999).

No sistema bancário português a única instituição financeira que tem base cooperativa é o CA, tratando-se de organizações fixadas em comunidades locais, sendo avaliadas como indispensáveis para o crescimento das localidades, apoiando as empresas e projetos dos seus cidadãos (Pina, 2014). No decorrer dos anos, esta instituição tem crescido sustentavelmente, afirmando-se cada vez mais no mercado bancário, apresentando bons indicadores de solidez e apresentando uma superação à atual crise no mercado bancário, tendo apresentado um aumento do resultado do negócio bancário de cerca de 28% face a 2015, como podemos constatar no Relatório de Sustentabilidade do Grupo CA de 2016.

No contexto da crise do *subprime*, a banca cooperativa foi aquela que se demonstrou com os níveis mais elevados de solidez e resiliência, tornando-se assim, uma banca com vantagens

competitivas em termos de integração nas comunidades locais, da autonomia de decisão, da política de não distribuição de dividendos e com abordagens conservadoras e de aversão ao risco (Pina, 2014).

Capítulo III – Grupo Crédito Agrícola

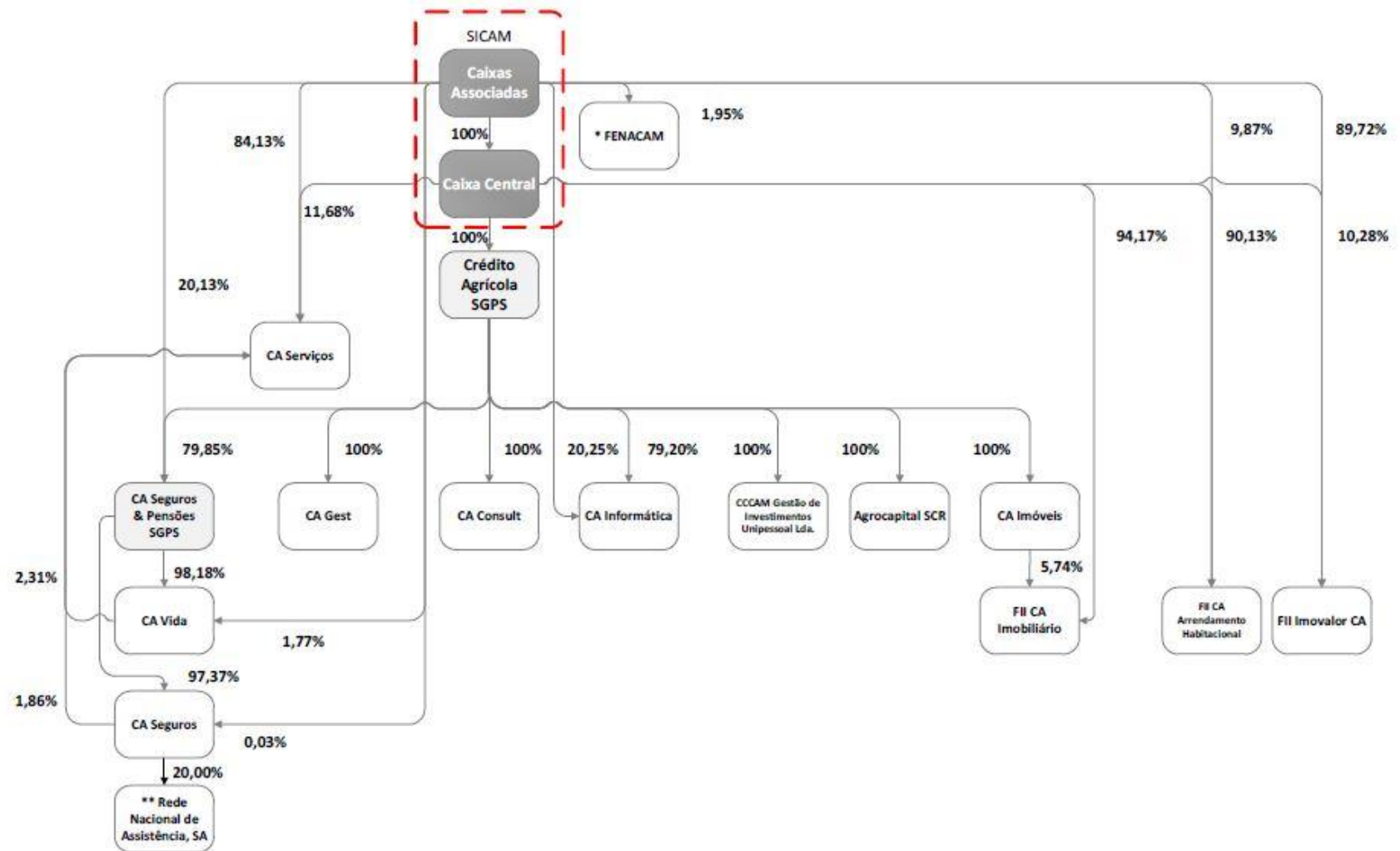
O grupo financeiro Crédito Agrícola é composto pelo Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) e pela Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L (FENACAM).

A SICAM, por sua vez, é constituída pela Caixa Central e pelas Caixas suas Associadas. A Caixa Central, criada em junho de 1984, é um elemento de supervisão, orientação e acompanhamento das caixas de CA, formada pelas empresas participadas CA Vida, CA Serviços, CA Informática, CA SGPS, CA Imóveis, AGROCAPITAL, CA Gest, CA Seguros, CCCAM Gestão de Investimentos, CA Seguros e Pensões e CA Consult.

Em 1978, a FENACAM foi fundada para defender e representar os interesses das caixas de CA em várias instâncias, a nível nacional e internacional. Atualmente esta repartição do grupo CA atua em três áreas:

- Serviço Administrativo e Financeiro, responsável pela gestão contabilística, financeira, de tesouraria e faturação;
- Serviço de Apoio Técnico, responsável pelo apoio aos agricultores nas suas candidaturas à Política Agrícola Comum, preparação de projetos de investimentos, avaliações imobiliárias e ações de explicação dos incentivos comunitários e outras.
- Serviços de Produção Documental e Aprovisionamento, responsável por toda a parte de fornecimento de produtos e serviços informáticos e de papelaria, como material de escritório, folhetos, planos de atividades, entre outros.

Figura 1 - Organograma do Grupo CA



(*) A FENACAM detém 98,03% do seu próprio capital.
 (**) Consolidação por método de equivalência Patrimonial.

Fonte: Crédito Agrícola (sem data b)

3.1. História do Crédito Agrícola

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), associada às Santas Casas de Misericórdia, em 1778, iniciou a sua atividade bancária através da concessão de empréstimos a agricultores, sendo este setor o seu foco inicial. Posteriormente, a 1 de março de 1911, nasce verdadeiramente o CA em Portugal, com um modelo cooperativo, substituindo os “Celeiros Comuns”, que eram fundos destinados ao auxílio de agricultores em anos de escassez de produção.

Portugal, com a revolução dos cravos em 1974, abre portas ao desenvolvimento do modelo do CA em diversos países da Europa, que originou a criação da FENACAM “cuja missão era o apoio e representação, nacional e internacional, das suas Associadas” (Crédito Agrícola, sem data).

Posteriormente, a 20 de junho de 1984 é criada a Caixa Central sendo um elemento de supervisão, orientação e acompanhamento das caixas de CA, com o objetivo de uma centralização da gestão financeira do grupo.

De forma a aumentar a solvabilidade do grupo devido à co-responsabilidade mútua e a melhoria na prestação de serviços aos clientes, foi criado o SICAM, em 1992, sendo este o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas Agrícolas suas associadas. Deste modo, a Caixa Central era responsável pela coordenação, fiscalização e representação em termos financeiros do SICAM.

A entidade financeira ao instalar-se numa localidade, procura entender o funcionamento e as necessidades da mesma, tendo como missão disponibilizar produtos e serviços que se adequam ao mercado local, podendo contribuir ao nível económico, social, cultural e desportivo, transmitindo sempre solidez, segurança e confiança. Assim, o CA converte possível o que os demais vêm como uma ameaça, apostando em zonas que outros bancos vêm como não rentáveis, tendo em vista o maior proveito das economias locais, Pina (2014).

Em 2014, Licínio Pina, Presidente do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, afirma que no “sistema bancário português é constituído por 153 instituições de crédito, sendo destas 87 são caixas agrícolas. O contributo do setor para o mercado de trabalho é muito relevante, com cerca de 57 000 trabalhadores.”

O Grupo CA tem vindo assim a crescer ano após ano, sendo atualmente composto por a Caixa Central, empresas especializadas², FENACAM e 82 CCAM. Estas últimas, atualmente, possuem

² Agrocaptal, CA Consult, CA Finance, CA Gest, CA Informática, CA Serviços, CA Seguros e CA Vida

cerca de 700 agências em Portugal, distribuídas geograficamente conforme a tabela 1, mais de 400 associados e 1,2 milhões de clientes. Em termos internacionais, o CA possui uma sucursal em Cabo Verde, e também escritórios em Paris, em Luxemburgo e na Suíça. As empresas especializadas do grupo surgiram como necessidade de responder às necessidades dos seus clientes, oferecendo apoio e uma variedade de produtos na área dos seguros, da tecnologia e da gestão do património.

Tabela 1 - Distribuição geográfica do CA

	Nº de Agências
Açores	18
Aveiro	52
Beja	29
Braga	33
Bragança	23
Castelo Branco	19
Coimbra	51
Évora	35
Faro	58
Guarda	25
Leiria	51
Lisboa	54
Madeira	1
Portalegre	26
Porto	53
Santarém	40
Setúbal	31
Viana do Castelo	16
Vila Real	26
Viseu	43

Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site do CA (sem data a)

3.2. Objetivos, Missão e Valores

Esta instituição tem como principais objetivos:

- Valorizar o relacionamento com os clientes, potenciando o conceito de “banca de proximidade”;
- Oferecer produtos e serviços de qualidade sempre crescentes e sempre adaptados às necessidades dos seus associados e clientes, visando um elevado grau de satisfação;
- Contribuir para o progresso e elevação do nível de vida das comunidades locais, através do apoio ao desenvolvimento das economias das respetivas regiões;
- Assegurar a acessibilidade efetiva a serviços bancários ao maior número possível de particulares e empresas.

A instituição bancária tem como motivo de existência poder corresponder às necessidades e expectativas dos seus clientes, através da vasta gama de produtos e serviços que disponibilizam nas suas instituições, tendo como precaução e foco as características da localidade onde opera e as condições do mercado em geral. Esta missão tem o objetivo de tornar o grupo CA conhecido, nacionalmente e internacionalmente, como o “Melhor Grupo Financeiro” a operar nos mercados financeiros e, sendo um motor de desenvolvimento nas localidades onde se situa.

O CA tendo em vista a sua missão, opera em base de uma “ética” de trabalho marcada por Solidez, Proximidade, Confiança e Simplicidade, sendo estes os seus valores cooperativos. Assim, é de reparar que esta é uma instituição que valoriza o cliente e região onde se instala, promovendo um equilíbrio entre a captação de poupanças e a concessão de crédito às famílias e empresas, e o apoio a instituições sem fins lucrativos (Crédito Agrícola, sem data).

As diretrizes estratégicas de desenvolvimento desta banca, segundo a Apresentação Corporativa do CA são as seguintes:

- Satisfazer as necessidades e aspirações financeiras dos clientes;
- Reforçar o desenvolvimento das comunidades locais;
- Promover o investimento em projetos sustentáveis;
- Melhorar a relação com os clientes através de processos ágeis e da excelência no serviço;
- Abordar oportunidades de negócios que apresentem perspectivas de retorno continuado de rentabilidade e de reforço dos valores cooperativos.

3.3. Prémios de reconhecimento

O grupo CA ao longo do seu percurso tem-se destacado a vários níveis conquistando diversos prémios de reconhecimento no mercado bancário, onde se destacam os prémios consecutivos de Melhor Atendimento ao Cliente, indo de encontro com a missão e os valores desta organização, que opera numa perspetiva de proximidade e de confiança. De realçar, também são os prémios dos Fundos de Investimento Mobiliário, CA Monetário e CA Rendimento, destacando a excelência na Gestão de Fundos de Investimento e de Fundos de Pensões.

Analisando a tabela 2 verifica-se que, apesar de todas as adversidades resultantes do contexto económico, em todos os anos, praticamente, o grupo CA obteve um prémio de reconhecimento.

Tabela 2 - Prémios de reconhecimento do CA

2017	<p>Prémio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento nas categorias de "Fundos do Mercado Monetário Euro" e de "Fundos de Obrigações de Taxa Indexada Euro" pelos Fundos de Investimento Mobiliário CA Monetário e CA Rendimento</p> <p>Prémio Cinco Estrelas na categoria "Banca-Serviço de Atendimento ao Cliente"</p>
2016	<p>Prémio de Melhor Grande Seguradora do Ramo Vida para CA Vida</p> <p>Distinção como "Membro do Ano 2016" pela Câmara de Comércio e Indústria Franco Portuguesa</p> <p>Prémio Melhor Seguradora Não Vida so seu segmento para a CA Seguros</p> <p>CA nomeado como uma das Instituições Financeiras menos reclamadas</p> <p>Prémio Cinco Estrelas na categoria "Banca - Atendimento ao Cliente"</p> <p>Prémio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo em valores Mobiliários", nas categorias de "Fundos do Mercado Monetário" e de "Fundos de Obrigações de Taxa Indexada" pelos Fundos de Investimento Mobiliário CA Monetário e CA Rendimento</p>
2015	<p>Prémio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo", nas categorias de "Fundos de Obrigações de Taxa Indexada" e de "Fundos de Mercados Monetários Euro" pelos Fundos de Investimento Mobiliário CA Monetário e CA Rendimento</p> <p>CA nomeado o terceiro banco mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais pela revista britânica The Banker</p> <p>Prémio Cinco Estrelas na categoria "Banca, serviço de atendimento ao cliente" pela U-Scout</p> <p>Prémio Melhor Seguradora Não Vida so seu segmento para a CA Seguros</p>
2014	<p>Prémio de melhor rentabilidade, na categoria "Fundos Flexíveis", pela CA Flexível</p> <p>CA considerado a segunda instituição financeira em que os portugueses mais confiam</p> <p>CA Seguros distinguida pelos prémios Banca & Seguros como Melhor Média e Pequena Seguradora Não Vida a operar em Portugal</p>
2013	<p>Prémio de banco mais rentável no segmento Pequeno e Médio Banco</p> <p>CA Vida premiada como Melhor Grande Seguradora Vida</p>
2012	<p>Fundo de investimento Imobiliário CA Património Crescente distinguido pela sua performance registada em 2009, 2010 e 2011</p>
2010	<p>Prémio de Melhor Seguradora no Ramo Não Vida do seu segmento de dimensão para o CA Seguros</p>
2011	<p>Fundo "CA Património Crescente" distinguido pela sua performance pelos European Property Investment Awards</p>
2009	<p>Prémio de Melhor Seguradora no Ramo Não Vida do seu segmento de dimensão para o CA Seguros</p>
2008	<p>Prémio de Melhor Seguradora no Ramo Não Vida do seu segmento de dimensão para o CA Seguros</p>
2006	<p>CA Vida premiada como Melhor Grande Seguradora Vida</p>

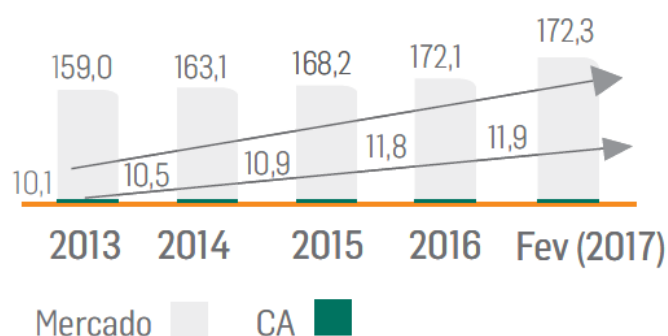
Fonte: Elaboração própria, utilizando informação de Crédito Agrícola (sem data c)

3.4. Principais atividades bancárias

Uma das principais atividades bancárias é a captação de depósitos ou outros fundos reembolsáveis para poder conceder créditos de curto ou longo prazo a outras entidades. Posto isto, relativamente aos depósitos no CA verificou-se sucessivos aumentos dos mesmos de 2013 a fevereiro de 2017, mais concretamente de 10,1 e 11,9 milhões de euros, em termos nominais, respetivamente, como podemos constatar na Gráfico 1.

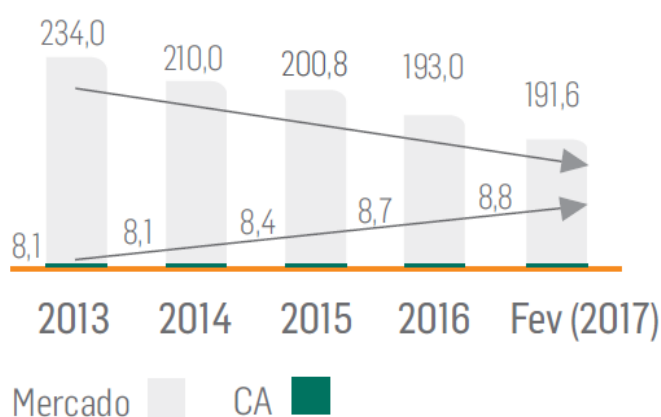
Como podemos verificar através da Gráfico 2, o crédito bruto, em milhões de euros, tem aumentado consecutivamente, tendo apresentado em 2013 um aumento de 8,1 milhões de euros e, em fevereiro de 2017 de 8,8 milhões de euros. Contrariamente, no mercado como um todo a evolução do crédito bruto foi negativa, tendo de 2013 para fevereiro de 2017 apresentado um decréscimo de 18,12 %, aproximadamente.

Gráfico 1 - Evolução dos depósitos, em milhões de euros (mercado versus CA)



Fonte: Crédito Agrícola (2017)

Gráfico 2 - Evolução do crédito bruto, em milhões de euros (mercado versus CA)



Fonte: Crédito Agrícola (2017)

3.5. Caixa de Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras de Bouro

A CCAM de Vila Verde nasce a 30 de junho de 1933, sendo que só começou a sua atividade em outubro do mesmo ano. Em 1993, foi realizada a fusão desta com a CCAM de Terras de Bouro, abrangendo assim dois concelhos.

De 1998 a 2017, a CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro inaugurou 6 agências (Portela do Vade, Moure, Cervães, Rio Caldo, Vila de Prado e Vila do Gerês), de forma a aumentar a sua atividade e a fornecer às localidades um maior leque de produtos e serviços e também possibilitar um progresso da economia das mesmas. Assim, atualmente, integram nesta instituição 29 colaboradores, tendo como seu presidente do Conselho de Administração o Doutor José Soares e diretor comercial o Doutor Miguel Pando, sendo o coordenador do estágio na instituição.

Capítulo IV – Estágio Curricular

4.1. Atividades desenvolvidas

O estágio curricular decorreu no Grupo Financeiro CA, num balcão situado em Moure, freguesia do concelho de Vila Verde, que tem como sede a CCAM de Vila Verde Terras de Bouro, C.R.L.. A instituição elegeu como meu coordenador o Doutor Miguel dos Santos Pando, seu coordenador comercial.



Figura 2 - Sede do CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro

O estágio referido, num contexto de atividade bancária, teve início no dia 11 de setembro de 2017 e terminou a 9 de março de 2018, possibilitou o desenvolvimento dos meus conhecimentos sobre o setor e o desenvolvimento das minhas competências académicas e profissionais, de modo a finalizar o segundo ano no Mestrado de Economia Monetária, Bancária e Financeira, adquirindo assim o grau de mestre.

No primeiro dia do presente estágio curricular, numa primeira recessão e reunião, foi-me comunicado que a minha função seria na área da qualidade de dados. Acrescentando a esta função, fiquei com a tarefa de telefonista e orientação no manuseamento de uma nova máquina multibanco, colocada no espaço da agência de Moure, aos clientes que apresentavam dificuldades na sua utilização. A intenção do meu coordenador de estágio na instituição, Doutor Miguel Pando, foi a de o estágio me dar a conhecer como opera realmente uma instituição bancária cooperativa, adquirindo conhecimento sobre as áreas de atividade que integram a mesma.

Com o objetivo de uma execução das tarefas mais acurada foi realizada uma formação, com a responsável da área da qualidade de dados, Doutora Inês Ferreira, na sede da CCAM de Vila Verde e Terras de Bouro, onde me foi apresentado todo o sistema informático que suporta as atividades do CA. Uma vez adquiridos todos os conhecimentos necessários para a realização das tarefas designadas fui transferida para a agência de Moure, à qual fui alocada.

Na agência de Moure foi-me atribuído um posto, no qual realizava a minha tarefa de qualidade de dados, efetuando a atualização de dados dos clientes da agência. Adicionalmente, realizei a

tarefa de telefonista, encaminhando os telefonemas recebidos para a pessoa indicada, melhorando assim, a qualidade do serviço telefónico.

A minha função na qualidade de dados passava, primeiramente, por um contacto direto com os clientes particulares, com o objetivo de atualizar os seus dados pessoais na plataforma informática do sistema do CA, atualizando informações como morada, contactos telefónicos, atividade profissional, grau de escolaridade, estado civil, entre outros. Mais tarde, também me foi incutida a atualização de dados de clientes empresariais, que passava por uma atualização de dados, como por exemplo, nome e contacto do responsável, morada da sede da empresa, código da certidão permanente, capital social da empresa e sócios da mesma. Nesta tarefa, quer em relação a clientes particulares quer a clientes empresariais, realizava chamadas telefónicas para os mesmos, seguindo uma lista fornecida pela instituição, de clientes com dados por atualizar, de modo a solicitar-lhes a sua comparência na agência para atualização da sua ficha de cliente.

Um próximo passo, após estar confortável com o sistema informático e o processo de atualização, teve início com o desempenho da função de abertura de contas a novos clientes e a clientes já existentes.

Terminado o trabalho designado na agência de Moure, fui transferida para a agência de Cervães, com o intuito de executar as mesmas tarefas. Nesta, não foi possível terminar com o trabalho definido, em termos de qualidade de dados, devido ao término do estágio curricular.

Capítulo V – Breve caracterização da banca portuguesa

5.1. A banca portuguesa

Após a primeira guerra mundial, eram visíveis as fragilidades das instituições monetárias, a nível internacional. Com este contexto financeiro debilitado, os EUA e a Rússia avançaram com uma proposta de necessidade de um acordo, que se visou em 1944, denominado por Bretton Woods, o qual deu origem a três instituições de grande relevo, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Este tinha como objetivo a estabilidade das taxas de câmbio, promover o comércio internacional e dar apoio às economias em vias de desenvolvimento. Em 1971, Bretton Woods chega ao fim, devido aos EUA decretar a cessação da convertibilidade do dólar em ouro.

O setor bancário português, com o fim do acordo e até ao início da década de 80, estava significativamente sob controlo do Estado, tendo este o controle sobre as barreiras à internacionalização, permitindo apenas o investimento direto estrangeiro e a liquidação de operações de mercado internacional.

Posteriormente à revolução dos cravos, em 1974, Portugal decretou no ano seguinte a nacionalização de todo o setor bancário, com exceção dos bancos estrangeiros, que em 1984 apenas representavam 5% do setor, com o objetivo de extinguir a banca nacional privada. Com esta medida foram inúmeras as fusões e aquisições bancárias, como por exemplo, o Banco Pinto & Sotto Mayor juntou-se ao Banco Intercontinental Português e, o Banco Fonecas & Burnay o Banco do Alentejo. O Banco de Portugal (BP), também este nacionalizado neste período, ficou encarregue da regulamentação da atividade das instituições bancárias, estabelecendo um grau de concorrência baixo, em termos nacionais e internacionais, Pinho (1999). Os bancos ficaram, assim, regidos por normas excessivas, tendo de deter licenças para exercer a sua atividade no mercado hipotecário, na captura de poupanças e financiamento empresarial.

O estado de incapacidade em termos económicos do setor bancário, em Portugal, foi altamente visível, sendo urgente uma revisão constitucional em 1984, dando oportunidade à banca privada. Com esta abertura no mercado, começaram a surgir novos bancos privados, aumentando a concorrência de mercado, apresentando uma maior flexibilidade e custos mais reduzidos. Destes são de destacar o Banco Comercial Português (BCP), concebido em 1985, e a entrada de instituições bancárias estrangeiras.

Em 1986, Portugal integrou-se na União Europeia (UE), o que se esperava traduzir-se numa maior rapidez da liberalização do mercado financeiro e um aumento da concorrência. Contudo, as autoridades portuguesas colocaram entraves à entrada de novos bancos, impondo exigências de manutenção de capitais mínimos elevados.

Em Portugal, no mercado bancário operavam cerca de 17 instituições bancárias, em 1984, tendo este número aumentado para 45, em 1995. Em termos de quota de mercado, os bancos privados aumentaram em cerca de 50%, de 1990 a 1996, tendo apresentado os valores de 26% e 76%, respetivamente. Em consequência deste *boom* no mercado bancário, as autoridades viram-se obrigadas a executar diversas medidas de regulamentação, de modo a diminuir a entrada de novos bancos, contudo sem sucesso.

Nos anos 90 e início dos anos 2000, o BP perde um pouco o controlo sobre o crédito e as taxas de juro e apresentaram-se momentos duradouros de desinflação na economia, Pordata (sem data d). Este cenário levou a um crescimento acentuado da concessão de crédito das instituições bancárias, principalmente do setor privado. Consequentemente, as famílias viram-se com níveis de endividamento muito acentuados, apresentando 20% do seu rendimento disponível, em 1990, e atingindo os 118%, em 2004, ou seja, as famílias tinham mais encargos do que rendimentos, Morais (2013). No caso das empresas não financeiras privadas, estas detinham um endividamento de cerca de 125,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007, de acordo com o Pordata (sem data).

Em 2007/2008, Portugal vê-se, indiretamente, atingido pela crise do *subprime* iniciada nos EUA. Sendo esta uma crise financeira e económica abalou as instituições bancárias que operavam em Portugal, tendo algumas resistido a esta crise, outras deixaram de operar no território lusitano e outras terão ainda declarado falência financeira, devido à falta de liquidez e à desconfiança instalada por parte dos depositantes no sistema bancário. Como se podia ler num jornal português: “Entre 2011 e 2014 o BP contabiliza o cancelamento de licenças a 16 bancos” (Expresso, 4 de julho de 2015), sendo estes quase todos bancos estrangeiros. Em maio de 2018, o BP tinha registo de 195 instituições financeiras, sendo destas 33 bancos, 4 caixa económicas (categoria onde se integra o Montepio Geral), CA e outros tipos de instituições financeiras. Em termos de balcões das instituições bancárias, em 2001 haviam cerca de 5497 balcões, em 2009 o número destes subiu para 6609, e em 2016 registou uma descida para 5316, cerca de menos 20% do número total de balcões com atividade em 2009, conforme a informação disponível no Pordata

(sem data a). Analisando os mesmos dados, pode-se verificar que as CCAM detiveram um crescimento contrário, ou seja, aumentaram o número de estabelecimentos de 2000 para 2016, em 154 balcões. Um estudo divulgado pela Oliver Wyman, no final de 2016, revela que Portugal se encontra no fundo da tabela que relaciona os trabalhadores em bancos bancários face ao número de habitantes, na Europa, constatando que “havia em Portugal 45,1 bancários por cada 10 mil habitantes, um número 20% abaixo dos 56,7 trabalhadores bancários que havia em 2012 em Portugal por cada 10 mil habitantes” (Público, 2 de novembro de 2017).

No que concerne à mão-de-obra, segundo a APB, a 31 de dezembro de 2016, operavam no setor bancário português 46 069 funcionários, sendo a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Millennium BCP e o Santander Totta aqueles que empregavam mais trabalhadores, com respetivamente, 8113, 7124 e 6109 trabalhadores. Com base nos dados fornecidos no site da Pordata (sem data b), pode-se verificar que contrariamente aos designados “Bancos e Caixas Económicas”, as CCAM apresentaram um crescimento de funcionários de 2000 para 2016. Em termos de género, o género feminino tem vindo a apresentar uma maior força na banca, representando cerca de 46% dos trabalhadores em 2000 e 49%, em 2016. Apesar dos cortes gerados nos últimos anos nas instituições bancárias, é de salientar que cerca de, aproximadamente, 98% são trabalhadores com um vínculo contratual efetivo. No que concerne às habilitações literárias dos trabalhadores da área bancária, 58,81% têm formação superior, 35,67% têm concluído o ensino secundário e apenas 5,52% o ensino básico, com base nos dados da Pordata (sem data c). Têm sido diversas as evoluções neste parâmetro nas últimas décadas, querendo por parte das instituições bancárias a especialização na formação dos seus funcionários, tendo aumentado em quase 10% o número dos funcionários com habilitações superiores, de 2009 para 2016.

Foram vários os setores de atividade que foram absorvidos pelas novas tecnologias, não sendo o setor bancário uma exceção. Com o passar dos anos e com as tecnologias cada vez mais desenvolvidas, foram criados vários canais de distribuição de informação aos clientes e serviços mais especializados, diminuindo assim, os custos operacionais das instituições. Atualmente, são quase todos os bancos que possuem uma plataforma *online* e uma aplicação *mobile* para que os seus clientes possam executar transferências, fazer pagamentos, consultar saldos, poupanças e investimentos, entre outros. Consequentemente, para um melhor apoio aos clientes nestas novas vertentes, também foram designadas linhas de apoio aos clientes para colocar dúvidas e dar apoio em alguma operação que queira realizar. Estas plataformas, de acordo com Portela e Thanassoulis

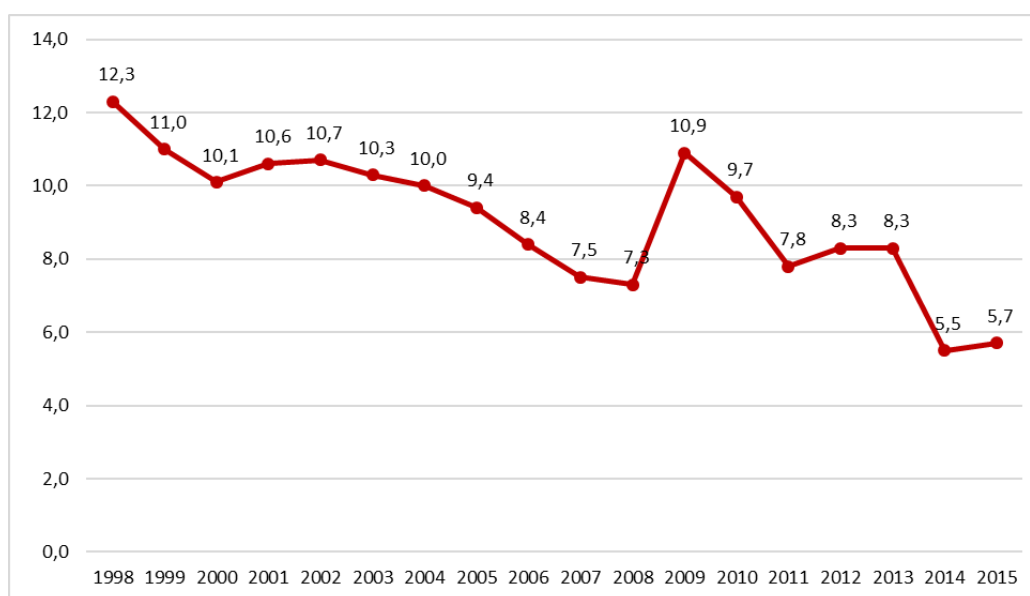
(2007), estas novas tecnologias e novos canais de distribuição de informação bancária, acrescem valor às agências bancárias, direcionando os trabalhadores das mesmas para atividades mais especializadas.

A banca portuguesa sofreu diversos processos de mudança ao longo das décadas, sendo os mais destacados: a liberalização dos mercados, a adoção da moeda única, a privatização e o progresso tecnológico. Estas alterações fizeram com que atividade bancária padecesse de algumas transformações ao nível do seu funcionamento. Devido à liberalização dos mercados, Portugal, entre 1991 e 1996, verificou uma forte estabilização do setor, mantendo os seus níveis de concentração estáveis até hoje.

Quando Portugal aderiu à moeda única, em 1999, as taxas de juro sofreram oscilações bastante profundas, alcançando valores extremamente baixos. Com isto, as famílias viram uma oportunidade de realizar empréstimos na banca com custos menores, afetando as suas poupanças.

A taxa de poupança das famílias antes da adesão à moeda única, em 1998, era de 12,3%, apresentando uma queda até 2000 de cerca de 2,2%, como podemos verificar a partir do gráfico 3. A partir do mesmo, verificamos que em 2008, no ano marcado pela crise do *subprime*, a taxa de poupança alcançou os 7,3%, sendo que o seu valor mais baixo foi alcançado em 2014, de 5,5%.

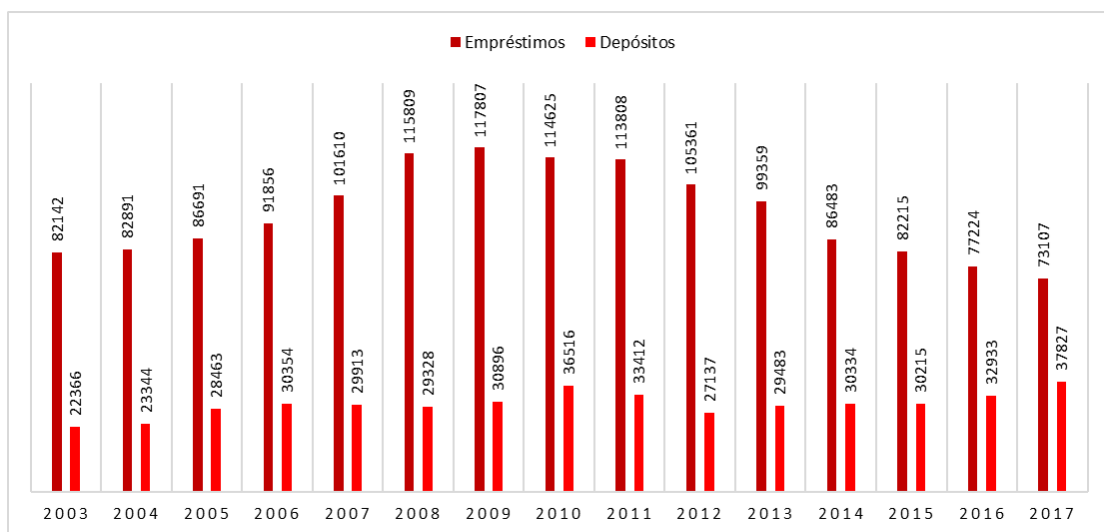
Gráfico 3 - Taxa de poupança das famílias em Portugal



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site do Banco de Portugal

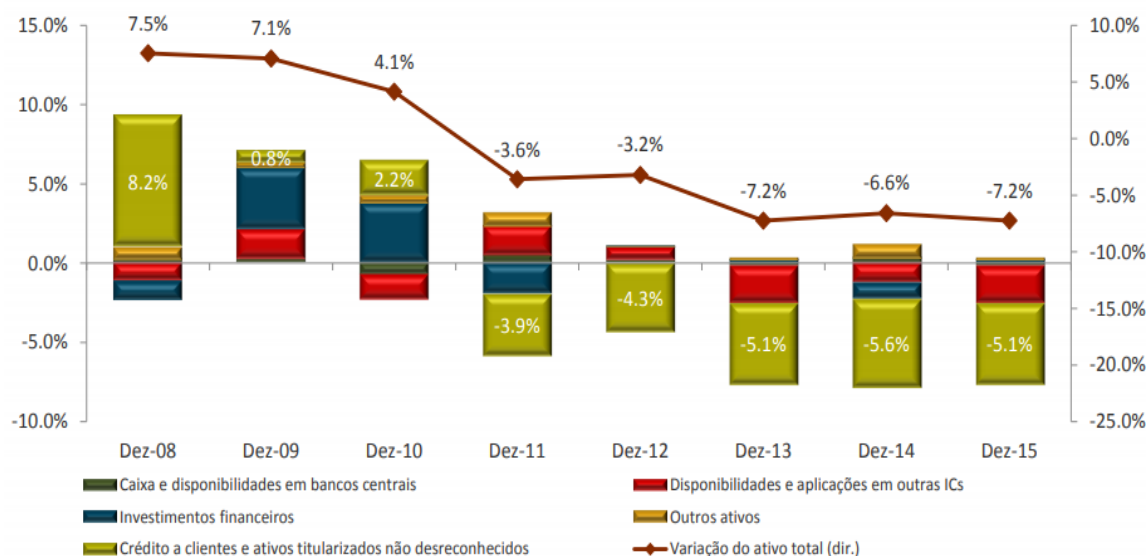
No que diz respeito aos empréstimos na nova moeda adotada, a partir do gráfico 4 pode-se averiguar que até 2009 teve um crescimento positivo, de cerca de 43%, comparativamente a 2003. Nos anos seguintes e após instalada a crise o total dos empréstimos entra em queda, atingindo os 73 107 milhões de euros. Os depósitos efetuados em Portugal, apresentaram oscilações positivas e negativas nos últimos 15 anos. Contudo, em 2003 o total dos depósitos foi de 22 366 milhões de euros e em 2017 de 37 827 milhões de euros, ou seja, um aumento de, aproximadamente, 69%.

Gráfico 4 - Empréstimos e depósitos em Portugal, em milhões de euros



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site do Banco de Portugal

Com o quadro financeiro que a banca apresentava no início dos anos 2000, as poupanças das famílias cada vez menores e os empréstimos a aumentar, esta viu-se numa situação de dependência de fundos provenientes do exterior. Assim, a banca tenta criar produtos mais inovadores, como carteiras investimentos para os seus clientes, de modo a conquistar liquidez para poder continuar com a sua atividade de concessão de crédito. A instabilidade financeira das instituições bancárias decretou uma necessidade de crescimento, com isso estas aplicaram taxas e comissões, de forma a converterem dívidas de curto prazo em dívidas de médio e longo prazo. Outra estratégia adotada foi a criação de novas parcerias, como por exemplo, com imobiliárias e agências de seguros, tendo o objetivo de conquistar novos clientes, novas vendas e obter mais meios de comunicação, promovendo assim, o negócio bancário.

Gráfico 5 - Variação anual do ativo agregado* e contribuição de cada rubrica

Fonte: Banco de Portugal

*Crédito líquido de provisões e imparidades

A partir do gráfico 5, pode-se verificar que apesar da evolução negativa do ativo total, o peso da rubrica do “Crédito a clientes e ativos titularizados não desreconhecidos” é de grande relevância em todos os anos apresentados, com exceção de 2009 e 2010, em que foi a rubrica dos “Investimentos financeiros”. Assim, pode-se verificar que para o setor bancário, a sua atividade do crédito é de extrema relevância, sendo o seu meio de sobrevivência, absorvendo uma grande parte dos ativos totais da banca portuguesa. A fonte de financiamento do setor privado na economia portuguesa é representativa, através do crédito bancário, sendo responsável por 76% do mesmo, sendo o crédito ao consumo o que tem menor expressão e o crédito à habitação com maior, segundo a publicação da APB, em agosto de 2016, “*Overview* do sistema bancário português”.

Com a grande crise financeira e económica sentida em todo o mundo em 2007/2008, o BP viu-se obrigado a interferir, realizando diversas inspeções aos maiores bancos portugueses, tendo como maior preocupação saber se os bancos obtinham um nível de imparidades adequado, tendo sido a primeira inspeção a 30 de junho de 2011 e registado pelo menos 4. Nestas, os seus resultados foram uma necessidade de reforço de imparidades e o aumento dos requisitos de capital.

5.2. As instituições bancárias

As instituições bancárias são instituições de crédito que, podem ser estas privadas ou públicas, “cuja atividade consiste na realização de operações financeiras e na prestação de serviços financeiros” (Banco de Portugal, sem data a), sendo os principais a concessão de crédito a clientes particulares e empresariais e a entrega de depósitos feita pelos mesmos. Estas asseguram o funcionamento da economia, permitindo que os seus clientes possam executar as suas transações em todos os locais. Por outro lado, os bancos são essenciais na intermediação financeira, recolhendo os capitais financeiros excedentários de alguns dos seus clientes e concedendo crédito aos demais clientes que deles necessitam, incluindo taxas de juro, originando assim o seu lucro.

A grande autoridade de supervisão bancária nacional é o BP, sendo “uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio” (Banco de Portugal, sem data b), com a missão de conquistar a estabilidade dos preços e do sistema financeiro. Este tem como objetivo regular, fiscalizar e sancionar os procedimentos das entidades financeiras na sua atividade de comercialização de produtos e serviços bancários, como por exemplo, depósitos bancários, créditos concedidos e instrumentos de pagamento. Outro objetivo é promover a educação financeira dos clientes da banca, disponibilizando informações úteis e detalhadas.

A supervisão a nível europeu está encarregue ao Mecanismo Único de Supervisão (MUS), que se compõe pelo Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades nacionais dos países que integram este sistema. O MUS foi concebido com o objetivo de garantir uma supervisão permanente, de modo a certificar-se a existência de segurança e solidez no setor bancário europeu, garantindo assim, a estabilidade e a integração financeira. A necessidade da criação deste mecanismo veio após a última crise, devido à velocidade com que esta afetou o setor e a proporção de entidades que abalou. O seu trabalho constante passa por executar análises, inspeções e investigações, avaliar as licenças bancárias, assegurar o cumprimento das normas da UE e aplicar requisitos de fundos próprios mais altos para precaver ameaças financeiras.

O sistema económico e financeiro ao longo da última década tem sofrido várias alterações e oscilações, devido à crise instalada. As instituições bancárias foram as primeiras a ser abaladas pela crise, mostrando que toda a sua atividade não é imune a riscos, sendo a sua atividade sensível à globalização dos mercados financeiros, ao aparecimento de novos concorrentes e à

desregulamentação. Os riscos a que estas estão inerentes são riscos de crédito, riscos de liquidez, riscos de mercado e riscos operacionais.

O risco de crédito é associado à possibilidade de um devedor não cumprir com os pagamentos das suas dívidas, comprometendo assim a saúde financeira do capital da entidade credora. Para que este risco diminuísse foram várias as ações das instituições bancárias nos seus departamentos de crédito, de modo requerer mais garantias do pagamento do empréstimo e esclarecimento de tudo o que implica conceder o mesmo. Foi exemplo o Decreto-lei nº 74-A/2017, com vigor a 1 de janeiro de 2018, que decreta normas no que diz respeito ao crédito à habitação, vigorando que a instituição tem de dar sete dias de reflexão quer aos consumidores quer aos fiadores e, uma avaliação mais profunda das circunstâncias financeiras e económicas do devedor.

No que diz respeito ao risco de liquidez, está associado ao banco não conseguir ter liquidez financeira para fazer face às suas obrigações com os seus credores, devido, por exemplo, a previsões erradas do mercado. Este risco é a maior preocupação das instituições bancárias podendo levar à sua falência e, posteriormente, um efeito contágio levando a uma crise sistémica. Assim, foram fixados requisitos regulamentares, exigindo uma obtenção de ativos líquidos não onerados com capacidade para suportar um intervalo de *stress* de 30 dias, tendo entrado em vigor a 1 de outubro de 2015, promovendo a liquidez de curto prazo. Posteriormente, em 2018, de modo a garantir uma liquidez a médio e longo prazo, a garantia de sustentabilidade da estrutura de financiamento de prazos, tendo um prazo de 1 ano, de acordo com Leal (2017).

No entanto, o risco operacional diz respeito a fraudes, falhas internas ou processos judiciais, que resultam em perdas financeiras e reputacionais, fragilizando a imagem do banco perante o seu público, como foi conhecido o caso do Allied Irish Bank, em 2002, e da Société Générale, em 2008.

Por último, o risco de mercado inclui as perdas consequentes das flutuações das taxas de juro, que incorre uma ameaça à maturidade e o volume de ativos correlacionados, e de igualmente das flutuações dos valores de câmbio das diversas moedas, podendo afetar as carteiras dos clientes e dos bancos, e de outros movimentos desfavoráveis do mercado. Um exemplo deste risco é as perdas resultantes da Bolsa de Valores.

No início da década de 70, os mercados internacionais cambiais e bancários atravessavam por uma forte fragilidade, tendo sido fortemente acentuada pela falência da instituição bancária alemã Bankhaus Herstatt. Consequentemente, foi criado o Comité de Supervisão Bancária de Basileia,

em 1977, com a finalidade de definir as medidas de supervisão do setor bancário e regulamentar o capital.

Posteriormente, o ano de 1988 foi marcado pelo Acordo de Basileia I, que veio estabelecer um limite mínimo de capital de 8%, de forma a garantir a solvabilidade e solidez dos bancos. Desta maneira, aumentou o equilíbrio da competitividade entre as instituições bancárias e tornou-as mais resistentes às incertezas do mercado. Neste mesmo acordo foram definidos os níveis de risco de crédito das obrigações, sendo de:

- 0%, caixa e outros elementos equivalentes e ativos sobre Administração Centrais e Bancos Centrais;
- 20%, ativos sobre instituições de crédito, autoridades regionais, Banco Europeu de Investimento e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento;
- 50%, ativos de empréstimos garantidos por hipoteca sobre imóveis destinados a habitação do mutuário e contratos de locação financeira imobiliária;
- 100%, ativos de operações de crédito em geral e outros créditos.

Este modelo de regulamentação e supervisão tornou-se insuficiente, sendo demasiado simplista e por ignorar outros riscos existentes. Assim, foi apresentada uma revisão, em 1999, requerendo aos bancos uma avaliação do risco de mercado de ações para os diversos instrumentos da carteira de negócios. De acordo com Altman e Hotchkiss (2006), diversas foram as instituições bancárias que geraram aperfeiçoamentos significativos, ao nível de controlo interno e mensuração da probabilidade de incumprimento do crédito ou da carteira de créditos, de modo a visar um maior controlo no que dizia respeito aos *buffers* de capital.

Após verificar que a regulamentação ainda não era a adequada, em 2004, é reconstituído o acordo, sendo conhecido por Basileia II e implementado por diversos países. Este, que entrou em vigor em 2007, foi delineado a partir de três pilares essenciais, requisitos mínimos de capital, avaliação da supervisão e disciplina de mercado, que atuam nas vertentes assinaladas na figura 3. A finalidade deste acordo passa por as instituições financeiras apresentarem uma estrutura de estão e controlo mais eficientes, exigindo um melhor nível de solvabilidade e transparência de mercado.

Figura 3- Três pilares do Acordo de Basileia II**Pilar I - Requisitos mínimos de capital**

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado

Pilar II - Supervisão do Sistema Bancário

- Os bancos devem adoptar boas técnicas de gestão e controlo de risco

Pilar III - Disciplina de mercado

- Maior transparência, divulgando modelos de *rating*, sistemas e processos e exposição aos diversos riscos

Fonte: Elaboração própria, utilizando informação de Carvalho e Caldas (2006)

As consequências do *subprime* alastraram-se e verificaram-se economias em contração, problemas sociais e uma procura agregada com elevadas descidas a nível mundial, levando a recessão dos EUA para uma recessão global. No que toca ao setor bancário, este viu-se num momento de descapitalização e a uma enorme falta de confiança por parte dos agentes financeiros e nos mercados, e com um aumento do crédito malparado ou em incumprimento, agravando as contas dos bancos. As relações entre os bancos norte-americanos e os bancos internacionais eram de grande nível, o que levaram a estes últimos a ser afetados diretamente pela crise do *subprime*.

A falta de liquidez fez-se sentir ao nível internacional, tendo o mercado bancário que se adaptar à situação, revendo as condições para o crédito, os níveis de capitalização dos bancos, e o acesso aos mercados internacionais já não eram facilitados. Instalou-se um nível de desconfiança quer entre os clientes e o banco, quer entre bancos, desenvolvendo uma fase em que as ligações interbancárias encerrassem devido ao medo de emprestar dinheiro a outros bancos distintos, receando que o incumprimento do banco devedor levasse à insolvência do banco credor. Este fenómeno fez com que a liquidez dos bancos fosse cada vez mais reduzida e levou a insolvências de diversos bancos que se intitulavam de “seguros”, a nacionalizações, fusões e aquisições de diversas instituições financeiras.

No caso da banca portuguesa, esta não foi afetada diretamente pela crise iniciada nos EUA, e “demonstrou solidez em contexto de crise, embora as desvantagens competitivas e os problemas de rentabilidade”, Pina (2014).

A crise do *subprime* veio ilustrar que o sistema financeiro afinal ainda não se regia por uma regulamentação que não o deixasse ser fragilizado por as flutuações dos mercados financeiro e económico, e como resultado foi elementar o novo acordo Basileia III, que está em vigor até hoje. Este traduziu-se numa supervisão mais rigorosa e num reforço dos rácios de capital, comparativamente aos estabelecidos no Basileia II. A novidade deste acordo é a inclusão de medidas no âmbito alargado a todo o sistema financeiro, de modo a evitar a falência de instituições bancárias e um sucessivo efeito contágio, de acordo com Levine (1997). Os objetivos deste acordo era melhorar a capacidade dos bancos em se proteger de choques económicos e financeiros, melhorar a gestão de risco e criar planos a seguir em caso de fragilidade e fomentar regulamentação quer microprudencial quer macroprudencial, através de novas exigências de capital e recomendações relativas à estrutura de capital dos bancos, promovendo para uma maior preocupação com a qualidade do mesmo.

Capítulo VI – Metodologia

6.1. Método dos rácios

O setor económico de um país, em geral, é submisso e consequente da atividade bancária, devido aos bancos serem um meio monetário para as empresas conseguirem concretizar as suas funções e investimentos, podendo assim, estas crescerem e desenvolverem-se através de um bom funcionamento, Jha e Hui (2012) e Čehulić et al (2011).

O estudo de Ayadi et al (2010) teve como objetivo a comparação e perceção da rentabilidade, eficiência e estabilidade financeira entre bancos com base comercial, cooperativos e de poupança, de bancos da Alemanha, Áustria, Espanha, França, Finlândia, Holanda e Itália. Este realizou-se através do cálculo do rácio de rentabilidade dos ativos, rentabilidade dos capitais e o *cost to income*, no intervalo de 2000 a 2008. Os autores verificaram que, em termos de rentabilidade dos ativos, os bancos cooperativos espanhóis e alemães tinham uma maior capacidade de obter resultados do que os restantes bancos. No entanto, os bancos cooperativos da Áustria e na Holanda são os que menos detinham capacidade para gerar lucros, o que revelou uma incapacidade de definir uma melhor ou pior *performance* entre os bancos cooperativos e os restantes. No caso do rácio de rentabilidade dos capitais próprios, verificou-se que, somente os bancos alemães cooperativos apresentavam um maior índice de rentabilidade dos mesmos, em detrimento dos bancos comerciais e de poupança. Por último, o rácio *cost to income* comprovou uma maior eficiência dos bancos comerciais e de poupança em relação aos cooperativos, na Alemanha e na Holanda. Somente na Áustria foi verificado uma eficiência menor apenas relativamente aos bancos comerciais. Na Espanha, França e Itália os bancos cooperativos apresentaram-se mais eficientes do que os bancos comerciais e de poupança e, na Finlândia unicamente mais eficientes em relação ao bancos comerciais.

Alam et al (2011) efetuou um estudo com base em bancos paquistaneses, comerciais privados e públicos, tendo concluído que não se pode atribuir a um banco uma posição relativamente a outro, visto que perante os indicadores de gestão bancária que foram utilizados a posição atribuída varia de indicador para indicador.

Assim, no presente estudo usam-se os rácios económico-financeiros (que têm sido considerados como as técnicas mais utilizadas na análise de informações financeiras), de modo a comparar os resultados do CA com os resultados obtidos das restantes instituições bancárias.

Segundo Neves (1996), este é um bom instrumento de análise descritiva e financeira, dando a perceber a solvência das instituições bancárias e a sua estabilidade financeira. Também esta técnica foi utilizada pelo Banco de Inglaterra, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, como modo de análise financeira e perceção do grau de risco na concessão de crédito a empresas (Martins et al., sem data).

A análise de rácios económicos e financeiros é um modo de encurtar a informação financeira, apresentando-a em alguns indicadores económico-financeiros, sendo um procedimento em que se torna mais fácil a comparação entre instituições da mesma natureza ou até mesmo com os valores médios do sector, podendo assim, verificar em que posição se encontra a instituição em estudo relativamente a outras, como por exemplo, saber se é mais rentável ou menos rentável comparativamente com o setor (Martins, 2001).

No entanto, Neves (2012) aponta algumas limitações no método dos rácios:

- um rácio por si só não ser objeto de análise, sendo necessário ser comparado com outros ou na sua conjuntura;
- diferentes práticas contabilísticas utilizadas pelas instituições, pode levar a uma comparação de rácios incorreta;
- a base contabilística para cálculo dos rácios poder estar a representar uma realidade distorcida;
- a não existência de um significado igual para cada rácio, a nível nacional e internacional.

Martins (2001) também aponta algumas desvantagens deste método:

- algumas rubricas contabilísticas serem lançadas com base em estimativas, como é o caso das amortizações e provisões;
- inexistência de um valor de referência, de modo a poder verificar a posição satisfatória ou não da *performance* da instituição;
- um resultado do rácio positivo, pode advir de uma situação negativa e assim, levar em erro o leitor do mesmo, pois um quociente entre dois valores negativos, terá um resultado positivo.

6.2. Base de dados e período do estudo

O presente estudo incide sobre o mercado bancário português, mais especificamente na área da banca cooperativa, tendo como análise o CA. Este tem como objetivo avaliar a *performance* bancária de 2009 a 2016, de modo a conhecer como um banco, que tem como base cooperativa, se comportou comparativamente às restantes instituições financeiras, associadas da APB, após instalada a crise do *subprime* no setor bancário português, sendo dividido em dois intervalos, 2009 a 2013, período da *troika* e, 2014 a 2016, período pós *troika*.

Assim, as instituições analisadas são o BPI, BESI, Millennium BCP, BIG, BES, Banco Finantia, Banif Investimentos, Banif Grupo Financeiro, Montepio, CGD, CBI, Finibanco, BBVA, Banco Itaú, Banco Popular, Banif SGPS, Santander Totta SGPS, Santander Consumer, Banco Invest, Deutsche Bank, Barclays, BPN, Banco Carregosa, Novo Banco, Haitong Bank, Banco Credibom e o CA.

De modo a obter uma comparação mais eficaz e organizada das instituições bancárias, foi empregue o mesmo método de agrupamento utilizado por Costal (2014), selecionando o grupo dos seis maiores bancos (CGD, BPI, Montepio, Santander Totta, Millennium BCP, BES/Novo Banco), e o grupo dos restantes bancos associados da APB (BESI, BIG, Banco Finantia, Banif Investimentos, Banif Grupo Financeiro, CBI, Finibanco, BBVA, Banco Itaú, Banco Popular, Banif SGPS, Santander Consumer, Banco Invest, Deutsche Bank, Barclays, BPN, Banco Carregosa, Haitong Bank, Banco Credibom), de acordo com o nível de crédito a clientes, recursos de clientes e outros empréstimos e total do ativo (Anexos 9.9 a 9.16).

Os dados utilizados como base no presente estudo, foram retirados da secção de estatísticas do site da APB, pois estes encontram-se no mesmo com a informação contabilística organizada e apresentada no mesmo método contabilístico para todos os bancos de forma igual, utilizando os balanços e demonstrações de resultados consolidados. Atualmente, os bancos não só fornecem serviços bancários como, por exemplo, a serviços da atividade seguradora, exigindo ou concedendo aos seus funcionários a formação em seguros vida e não vida. Assim, de modo a comparar todos os bancos de forma igual, foram consideradas as demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, dados relativos aos grupos financeiros e holdings a que pertencem, tendo em consideração todas as empresas dos mesmos.

6.3. Indicadores de gestão bancária

Os rácios bancários dividem-se em categorias de indicadores de gestão bancária, sendo estes indicadores de estrutura patrimonial, indicadores de funcionamento e indicadores de rentabilidade, de acordo com o Boletim informativo nº34 da APB, como se pode verificar na tabela 3.

Tabela 3 - Indicadores de gestão bancária

Estrutura patrimonial

Capacidade Creditícia Geral
Estrutura do Ativo
Financiamento do Ativo Financeiro
Liquidez Reduzida
Relevância de recursos de clientes
Solvabilidade Bruta
Transformação de recursos de clientes em crédito

Funcionamento

Margem de Negócio
Margem Financeira

Rendibilidade

Rendibilidade do Ativo
Rendibilidade dos Capitais Próprios

Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

Tal como os autores Neto (2013) e Alves (2013), neste relatório será usada informação publicada pela APB, de forma a avaliar a *performance* do percurso das instituições bancárias, calculando os seguintes indicadores de gestão bancária, para todos os bancos selecionados e para cada ano de exercício (Anexos 9.1. a 9.8.), utilizando as fórmulas descritas dos mesmos no Boletim Informativo nº44:

- Capacidade Creditícia Geral (A/PF), mede a capacidade que o banco tem para concessão de crédito tendo como base os recursos remunerados, APB (2017);
- Estrutura do Ativo (A/AB), mede o encargo do crédito sobre os clientes, podendo conceder uma perceção da exposição ao risco dos ativos do banco, sendo que este “tem

uma relação direta com a rentabilidade, uma vez que, na atividade bancária o crédito constitui, em princípio, o ativo mais rentável”, APB (2017);

- Financiamento do Ativo Financeiro (PF/AF), analisa o “nível de financiamento do ativo financeiro pelos passivos de idêntica natureza. Se for superior a 100% significa que o setor está a financiar ativos não aportadores de juros (...), caso os ativos diferenciais não sejam aportadores de rendimentos, indica uma redução da margem de negócio e eventualmente da rentabilidade”, APB (2017);
- Liquidez Reduzida (L/PF), “a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, mas de uma forma mais exigente do que no rácio de liquidez geral, ou seja, assumindo que as existências (*stocks* de matérias-primas e produtos intermédios e acabados) serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no Balanço” (Think Finance, sem data);
- Margem de Negócio (PB/AF), relaciona as margens brutas totais obtidas (resultado financeiro mais os outros resultados correntes) com os ativos financeiros, correspondendo à soma da margem financeira, a margem dos serviços bancários e a margem de outros resultados da atividade, APB (2017);
- Margem financeira (MF/AF), é a diferença entre os juros cobrados pela instituição, e os juros com que remuneram os depósitos;
- Relevância de Recursos de Clientes (RC/PF), a importância dos clientes como financiadores, permitindo verificar o peso dos seus recursos no passivo financeiro da instituição;
- Rendibilidade do Ativo (ROA) (RL/AL), capacidade dos ativos do banco em gerar resultados. “Um rácio de ROA elevado significa que os ativos da empresa estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados”, Portal de Gestão (2009).
- Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (RL/KP), mede o rendimento que fora obtido por cada unidade de capitais próprios, ou seja, qual a percentagem de lucro por cada euro investido, APB (2017);
- Solvabilidade Bruta (FP/AL), relaciona os fundos próprios e o ativo líquido. Quanto mais elevado, maior a estabilidade financeira do banco, *ceteris paribus*. Caso contrário, quanto mais baixo o valor do rácio, maior a vulnerabilidade;

- Transformação de Recursos de Clientes em Crédito (A/RC), “mede a parte dos recursos de clientes, nomeadamente sob a forma de depósitos, que é canalizada para o crédito”, APB (2017);

Os rácios aqui destacados foram eleitos em detrimento de outros, com o objetivo de analisar as componentes financeiras essenciais na gestão bancária e destes serem aptos para comparação entre os bancos, de modo a incluir indicadores de gestão bancária essenciais na avaliação da *performance* dos bancos.

Capítulo VII - A evolução recente da *performance* dos bancos portugueses

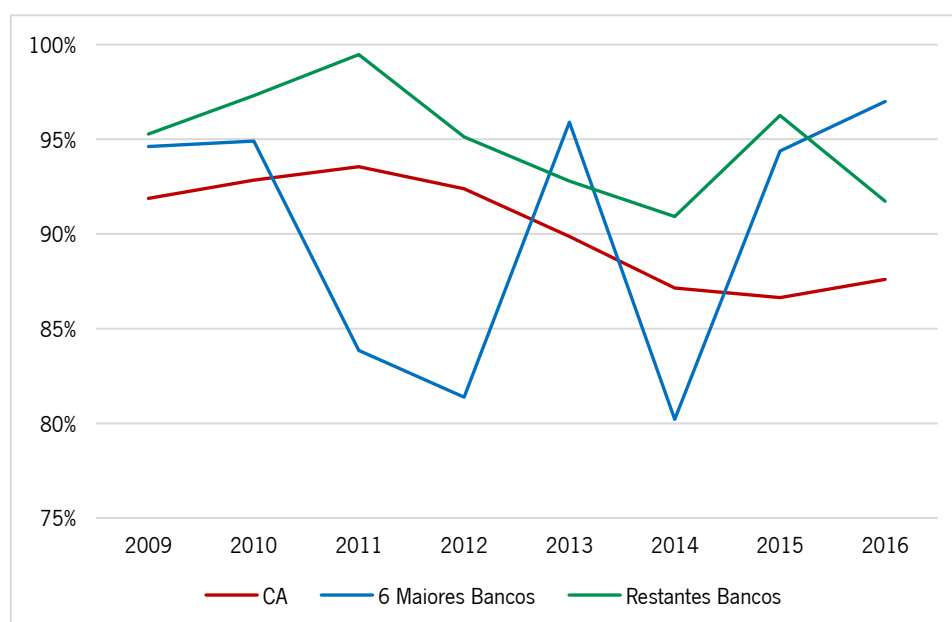
Após apresentada uma breve caracterização da banca portuguesa e da forma utilizada para a análise da *performance* dos bancos portugueses, neste capítulo é exposta a evolução de cada indicador de gestão bancária calculado e uma comparação dos resultados obtidos entre o CA, o grupo dos seis maiores bancos e o grupo dos restantes bancos.

Este capítulo é dividido por três secções, de acordo com as categorias dos indicadores de gestão bancária (Estrutura patrimonial, Funcionamento e Rendibilidade), sendo descrita a variação apresentada em cada rácio económico-financeiro e as causas dessas variações, em cada intervalo de tempo, 2009-2013 e 2014-2016.

7.1. Estrutura patrimonial

O rácio de financiamento do ativo financeiro é calculado através do quociente entre os fundos próprios e o ativo financeiro, indicando o nível de financiamento do passivo financeiro para com o ativo financeiro.

Gráfico 6 - Financiamento do ativo financeiro, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

Para ter uma visão global da evolução do rácio de estrutura patrimonial designado por rácio de financiamento do ativo financeiro, destaca-se no gráfico 6, a comparação entre a evolução deste

rácio do grupo dos seis maiores bancos portugueses (CGD, BPI, Millennium BCP, Montepio, BES/Novo Banco e Santander Totta tal como indicado no Capítulo VI) com os valores do CA e os valores médios do grupo dos restantes bancos (definidos como sendo todos os bancos com informação na APB, com exceção do CA e os bancos integrantes no grupo dos seis maiores bancos).

O CA apresentou uma média deste indicador de 92,10% no primeiro período (2009-2013), o que revela que os montantes que a instituição tem de pagar é inferior ao que tem de receber. O maior grau de financiamento do ativo financeiro pelos passivos financeiros é atribuído ao grupo formado pelos restantes bancos, com uma média de 95,99%, de 2009 a 2013, e o nível mais baixo aos seis maiores bancos com uma média de 90,13%.

O grupo dos restantes bancos e o CA apresentaram um progresso não positivo de 2,62% e 2,19%, respetivamente, o que revela, que em comparação a 2009, o passivo financeiro dos bancos está a financiar menos o ativo financeiro dos mesmos. Já no caso do grupo dos seis maiores bancos, este apresentou um aumento de 1,36% em 2016, em relação a 2009, aumentando assim, o grau de financiamento do ativo financeiro pelo passivo financeiro. É de destacar o aumento abrupto deste indicador do grupo dos seis maiores bancos em 2013, de 14,52 pontos percentuais, terminando o primeiro período (2009-2013) com uma taxa de 95,90%, devido a uma diminuição mais acentuada do seu volume total do ativo financeiro do que do volume total do passivo financeiro, sendo verificado nos dados disponíveis no site da APB³.

No segundo período (2014-2016) as médias do indicador descem em relação às médias do período de 2009 a 2013, sendo uma diminuição de, sensivelmente, cinco pontos percentuais no CA e três pontos percentuais no grupo dos restantes bancos. O desejável para o indicador do financiamento do ativo financeiro é que este aumente, mas que não ultrapasse os 100%, pois nesse caso, o passivo financeiro estará a financiar ativos que não trarão resultados para a instituição. Assim, o grupo dos seis maiores bancos é o que apresenta um aumento da média no intervalo de 2014 a 2016 de 0,40 pontos percentuais, registando os 90,53%.

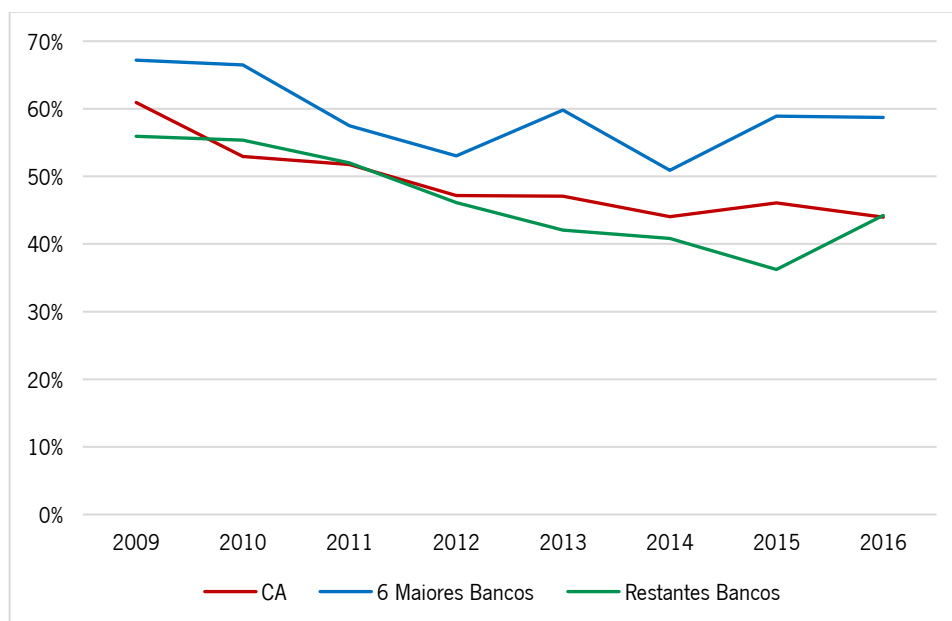
No entanto, apesar de médias mais baixas no intervalo de 2014 a 2016, o CA apresentou um aumento de 0,52% neste rácio, no período compreendido entre 2014 e 2016, e o grupo dos restantes bancos um crescimento de 0,89%. O grupo dos seis maiores bancos foi o que apresentou

³Dados publicados no site da APB, na secção de “Estudos e Publicações” e na subsecção “estatísticas”, disponível em: http://apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas/

uma evolução positiva mais forte, de cerca de 21%, de 2014 a 2016, tendo no último ano registado um rácio de financiamento do ativo superior ao do CA e do grupo dos restantes bancos.

No caso do rácio da estrutura do ativo, este é o quociente entre o crédito a clientes e o ativo bruto, medindo o peso do crédito sobre os clientes, e assim, uma melhor perceção do risco dos ativos das instituições bancárias portuguesas.

Gráfico 7 - Estrutura do ativo, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

Como se pode verificar no gráfico 7, o indicador da estrutura do ativo do conjunto dos seis maiores bancos é superior, de 2009 a 2016, ao mesmo indicador do CA e do grupo dos restantes bancos. O rácio de estrutura do ativo do CA no primeiro período (2009-2013) apresentou uma média de 51,99%, inferior à do grupo dos seis maiores bancos de 60,80%, sendo a mais baixa de 50,30% do grupo dos restantes bancos.

O progresso deste rácio de estrutura patrimonial é negativo para todas as instituições bancárias a operar em Portugal, e que são associadas da APB, no período de 2009 a 2013, o que de modo consequente indica uma diminuição da rentabilidade do ativo. No caso do CA, este apresentou uma evolução negativa de 22,71%, devido a uma diminuição de cerca de 10% da rubrica contabilística do crédito a clientes e um aumento do ativo bruto de, sensivelmente, 16%, de 2009 para 2013, ou seja, um menor peso do crédito a clientes no total do ativo bruto (dados publicados no site da APB). Já o grupo dos seis maiores bancos apresentou um decréscimo de,

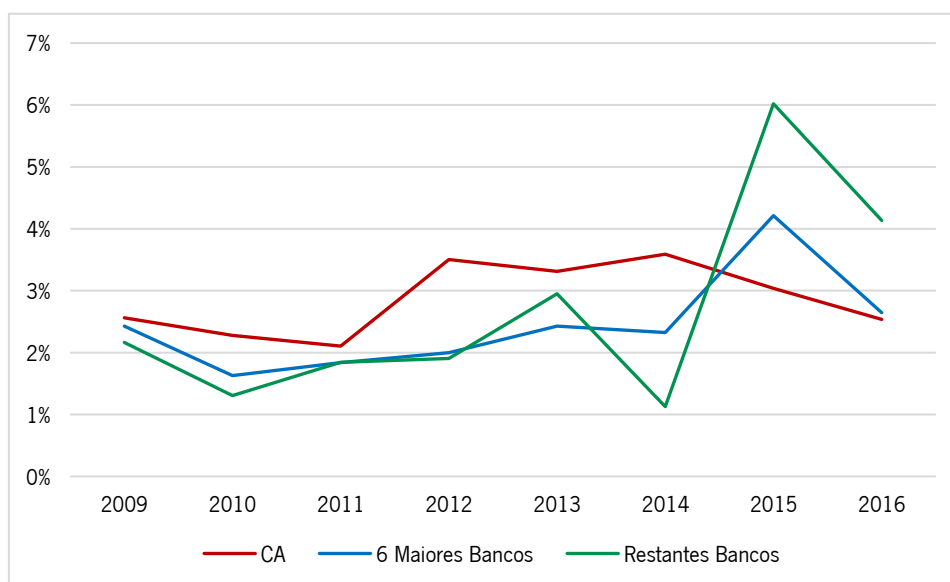
aproximadamente, 11%, conseqüente de uma diminuição do crédito a clientes, de 14%, sendo mais forte do que a diminuição do ativo bruto de cerca de 5% (dados disponíveis no site da APB). Por último, a evolução negativa de 24,81% do grupo dos restantes bancos foi por efeito de uma diminuição drástica de 46,19% do crédito a clientes de 2009 a 2013, e uma diminuição de menor peso, 33,27%, do ativo bruto, tendo em conta uma diminuição de quatro instituições bancárias deste grupo associadas da APB, no intervalo em causa.

As médias no segundo período, 2014 a 2016, do indicador de estrutura do ativo apresentaram-se inferiores às médias do primeiro período, 2009 a 2013, tendo registado um valor de 44,69% o CA, 56,17% o grupo dos seis maiores bancos e 40,43% o grupo dos restantes bancos em análise.

No intervalo de tempo compreendido entre 2014 e 2016, o CA registou uma evolução negativa para este indicador de estrutura patrimonial, apesar de pouco significativa de 0,16%, pois apresentou um aumento de 9,68% do ativo bruto e 9,52% do crédito a clientes, em 2016 comparativamente a 2014 (dados disponíveis no site da APB). O grupo dos seis maiores bancos obteve uma evolução positiva de 15,36%, tendo aumentado em 11,02% o crédito a clientes e 16,52% o ativo bruto, resultando numa maior rentabilidade dos ativos, visto que o crédito é, supostamente, o ativo mais rentável das instituições bancárias. No que concerne ao grupo dos restantes bancos, este indicador apresentou um crescimento positivo de 8,34%, apesar de ter registado no conjunto um menor crédito concedido em 2016, em relação a 2014, e um menor ativo bruto combinado.

O indicador de estrutura patrimonial da liquidez reduzida mede a estabilidade financeira das instituições no curto prazo, revelando a capacidade de o banco cumprir as suas obrigações no curto espaço de tempo. Este é calculado através do quociente entre a rubrica “caixa e depósitos em bancos centrais” e a rubrica “passivo financeiro”.

Gráfico 8 - Liquidez reduzida, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

O CA apresenta, em todo o primeiro período (2009-2013), um grau de liquidez reduzida superior a todos os outros bancos associados à APB, com uma média de 2,75%, indicando uma maior capacidade financeira de curto prazo, visto que estes registaram uma liquidez média de, aproximadamente, 2%. Neste período, o CA e o grupo dos restantes bancos revelaram uma evolução positiva de cerca de 29% e 36% os seus rácio de liquidez reduzida em 2013, comparativamente a 2009, como se pode verificar no gráfico 8.

Em 2012, a CGD, o BPI e o BCP, três dos seis maiores bancos, receberam uma “recapitalização pública através da emissão de *Contingent convertible Bonds* (CoCos) (...) tendo como objetivo permitir a estes bancos cumprir os requisitos mínimos de capital mais exigentes” estabelecidos no Programa de Assistência Económica e Financeira, para uma melhor estabilidade financeira dos bancos portugueses, Augusto (2014). Esta assistência por parte do governo fez-se sentir na liquidez reduzida, tendo-se verificado uma grande discrepância entre a liquidez reduzida do CA e do grupo dos seis maiores bancos, de 1,50 pontos percentuais, mais 75% do que a

liquidez do grupo dos seis maiores bancos. Comparativamente ao grupo dos restantes bancos associados, o CA apresentou uma maior disparidade de, sensivelmente, 84% em relação a estes.

No último ano do intervalo de 2009 a 2013, o grupo de bancos que se verificou mais próximo do CA, foi o grupo dos restantes bancos, registando níveis médios de liquidez reduzida próximos, tendo o Banco Carregosa apresentado o valor mais elevado do grupo de 19,24% e o BESI o valor mais baixo de 0,10%. Este grupo apresentou uma média do indicador, em 2013, de 2,95%, mais 0,52 pontos percentuais do que o grupo dos seis maiores bancos e menos 0,36 pontos percentuais que a CA.

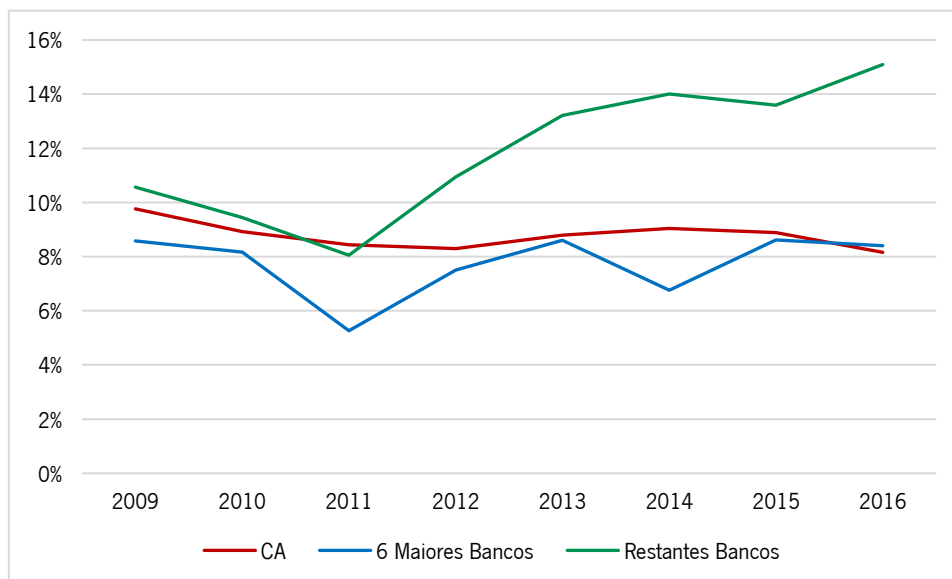
No segundo período, 2014 a 2016, o CA altera o seu posicionamento, registando valores médios idênticos ao grupo dos seis maiores bancos, com uma média de liquidez de, sensivelmente, 3%, sendo 50% mais alta do que à do período anterior (2009-2013). Contudo, os dois últimos grupos descritos apresentaram um valor inferior ao do grupo dos restantes bancos, que registou uma média de 3,76%.

Em 2015, é de destacar o aumento acentuado de 4,89 pontos percentuais da liquidez do grupo dos restantes bancos, tendo quase quintuplicado o seu valor, demonstrando uma forte capacidade de honrar os seus compromissos no curto prazo, em relação às demais instituições em análise.

Quanto à evolução do indicador em análise no período de 2014 a 2016, somente o CA registou uma evolução negativa de cerca de 29%, alcançando os 2,53%, em 2016. O grupo dos seis maiores bancos a atuar em Portugal registou um crescimento de 13,82% e o grupo dos restantes bancos de 266,48%, registando uma liquidez de 2,64% e 4,13%, respetivamente, em 2016.

No que concerne à solvabilidade bruta, esta é a capacidade das instituições de honrarem os seus compromissos no médio e longo prazo. Este relaciona os fundos próprios com o ativo líquido, sendo que quanto maior o seu resultado, maior a estabilidade financeira do banco.

Gráfico 9 - Solvabilidade bruta, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

A instituição cooperativa com atividade em Portugal, CA, apresentou uma média da solvabilidade bruta de 8,84%, no primeiro período (2009-2013), tendo-se mantido com um grau de estabilidade de médio e longo prazo superior à do grupo das seis maiores instituições bancárias, que detiveram uma média de 7,62%. No entanto, as instituições financeiras que apresentaram melhores condições de sustentabilidade da estrutura de financiamento foi as pertencentes ao grupo dos restantes bancos, como se pode verificar no gráfico 9, pois detiveram em média um valor de 10,44%.

O grupo dos seis maiores bancos, nos primeiros anos da crise financeira, foi severamente abalado, tendo diminuído a sua solvabilidade drasticamente em 2011, como se destaca no gráfico 9. Neste ano o BCP, o BPI e BES revelaram, pela primeira vez, um resultado negativo das suas atividades de, aproximadamente, 1 100 milhões de euros no conjunto (RTP, 2012), e a CGD desce dos 250 milhões de euros de lucros, em 2010, para um valor de 488 milhões de euros de prejuízos, em 2011, devido a um impacto de 1675 milhões de euros de imparidades e provisões (Público, 10 de fevereiro de 2012). No entanto, o Santander Totta e o Montepio apesar de

revelarem uma descida dos seus lucros, apresentaram resultados positivos de 64 milhões de euros e 45 milhões de euros, respetivamente, em 2011 (Jornal de Negócios, 7 de março de 2012).

A evolução do grupo dos seis grandes bancos, em 2013, mostrou-se quase nula, com um aumento de apenas 0,35%, relativamente aos seus valores apresentados em 2009. No entanto, quem demonstrou um melhor progresso foi o grupo dos restantes bancos associados, que aumentou em 25% o seu nível de solvabilidade até 2013, com base no valor de 2009. O CA é o único a apresentar uma evolução negativa de, aproximadamente, 10%, tendo registado uma solvabilidade bruta de 9,76%, em 2009, caindo para os 8,79%, em 2013, conseqüente de um aumento de apenas 1,65% dos fundos próprios e de um aumento mais forte de 12,92% do ativo líquido (dados publicados no site da APB).

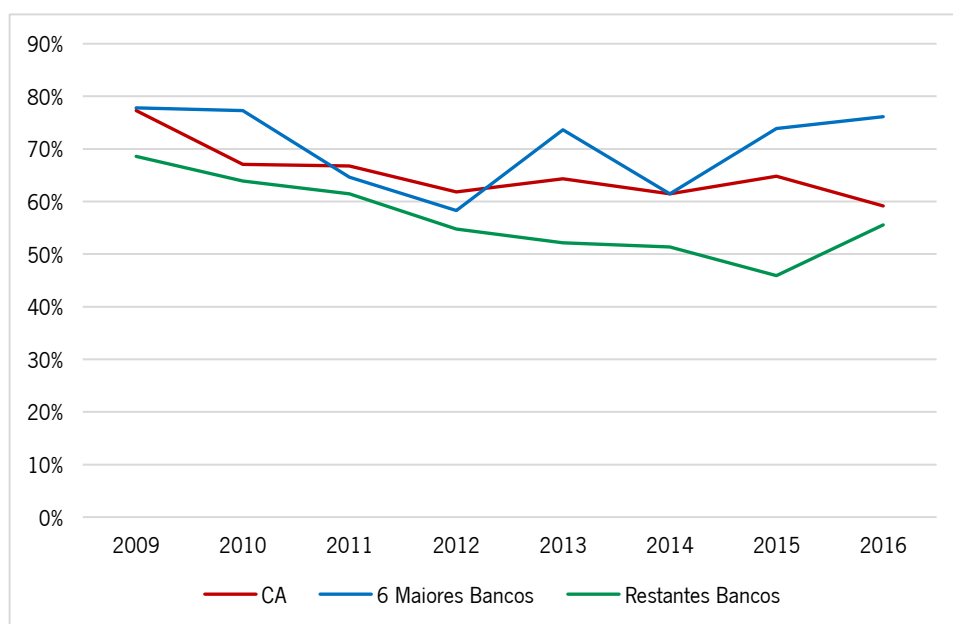
No período de 2014 a 2016, a média da solvabilidade bruta do CA baixa 0,15 pontos percentuais, relativamente ao do período de 2009 a 2013, para os 8,69%, significando uma evolução negativa de 1,70%, sensivelmente. No que diz respeito ao grupo dos seis maiores bancos, este manteve a pior média, de 7,92%, quase metade da média de 14,23% do grupo dos restantes bancos.

A discrepância dos valores assumidos pelo grupo dos restantes bancos aumentou cada vez mais no segundo intervalo de tempo, de 2014 a 2016, em relação ao CA e ao grupo dos seis maiores bancos, demonstrando uma melhor capacidade para cobrirem eventuais perdas nos seus ativos e uma gestão mais eficiente.

A instituição cooperativa volta a apresentar no último período (2014-2016) um crescimento negativo de, aproximadamente, 10% em 2016, comparativamente a 2014, registando uma taxa de solvabilidade bruta de 8,16%. Neste período, o grande crescimento deste indicador é revelado pelo grupo dos seis maiores bancos, de 24%, alcançando os 8,40%, ligeiramente a cima do CA. Apesar deste aumento, a solvabilidade bruta mais elevada em 2016 foi a do grupo dos restantes bancos, com uma média de 15,09%, resultando numa evolução de 7,76% relativamente a 2014.

Schricket (2000) define o crédito como “todo o ato de vontade de alguém para destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu património a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipula”, sendo uma atividade que requer riscos para os bancos, mas que é uma das fonte mais rentável dos mesmos. Assim, é desejável que a capacidade creditícia, quociente entre o crédito a clientes e o passivo financeiro, das instituições bancárias aumente ao longo dos anos, resultando num maior volume de rendimentos para as mesmas.

Gráfico 10 - Capacidade creditícia geral, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

No período de 2009 a 2013, em média o grupo dos seis maiores bancos tinha uma capacidade creditícia de 70,34%, sendo superior à média do CA de 67,45% e à do grupo dos restantes bancos de 60,18%. A evolução do indicador, durante o período, foi contrária ao desejável, tendo registado uma tendência negativa, de 2009 para 2013. O grupo que apresentou uma maior queda deste indicador foi o dos restantes bancos, de, aproximadamente, 24%, seguido do CA com uma queda de cerca de 17% e do grupo dos seis maiores bancos de 5,32%, o que indica uma perda da qualidade da *performance* bancária destas instituições.

A capacidade de concessão de crédito aos seus clientes, com base nos recursos remunerados, do CA e do grupo dos restantes bancos apresentaram, no segundo período, 2014 a 2016, uma quebra da média deste indicador, em relação ao período de 2009 a 2013, de 5,63 e 9,24 pontos

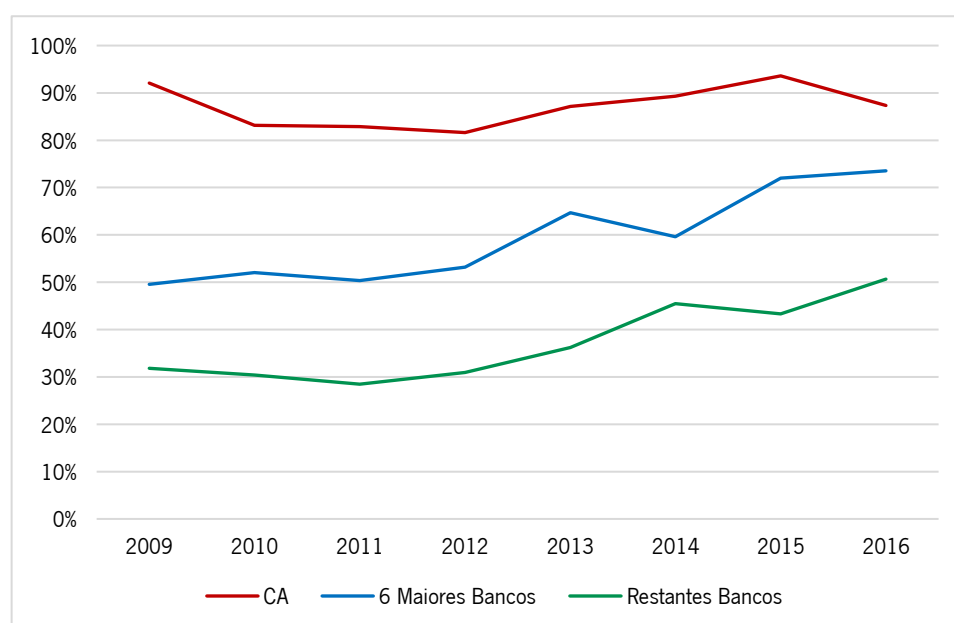
percentuais, registado uma média de 61,82% e 50,94%, respetivamente. Apesar disto, o grupo dos restantes bancos obteve uma evolução positiva no período, recuperando 8,18% da sua capacidade de conceder crédito, de 2014 a 2016, podendo significar uma maior rentabilidade para as instituições. Contrariamente a estes, o CA registou uma diminuição de 2014 a 2016, da sua capacidade de conceder crédito, de cerca de 4%, diminuindo o nível da sua *performance* bancária.

No que concerne ao grupo dos seis maiores bancos, estes aumentaram a sua média no segundo período (2014-2016) em 0,16 pontos percentuais, para os 70,50%. A evolução neste intervalo de tempo foi significativa, tendo aumentado cerca de 24% o seu rácio, de 61,46% em 2014 para os 76,16% em 2016, sendo os melhores em termos de *performance* deste indicador, como se verifica no gráfico 10.

As instituições bancárias são os principais motivadores da atividade económica e financeira nacional, a partir dos seus fundos próprios, ou seja, o seu capital e reservas, e através de recursos alheios, depósitos de clientes e de outras instituições, Dolce (2004).

No sistema financeiro os clientes bancários são agentes económicos com elevada importância para a sobrevivência do mesmo, visto que permitem “a transferência de fundos de agentes que têm excesso (superavitários) para agentes que têm falta (deficitários) ou, de outra forma, transferir o aforro para o investimento” Dolce (2004). Ou seja, os clientes bancários a partir dos seus depósitos são financiadores das instituições bancárias, por isso, é de grande interesse que as mesmas obtenham recursos suficientes e relevantes para as atividades dos bancos.

Gráfico 11 - Relevância de recursos de clientes, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

O CA, como se pode verificar no gráfico 11, é a instituição em que o peso dos recursos dos clientes é maior no passivo financeiro da mesma, de 2009 a 2016. Isto poderá ser vantajoso e desvantajoso para a instituição, pois revela que detém uma maior proporção de recursos de clientes no seu passivo financeiro para dar continuidade à sua atividade, principalmente a concessão de crédito. Mas por contrapartida, caso haja uma corrida aos bancos dos clientes para retirar o seu dinheiro, como aconteceu durante a crise do *subprime*, o CA perde o sua principal fonte de financiamento.

No primeiro período, de 2009 a 2013, a média do rácio da relevância dos recursos dos clientes foi de 85,36% no CA, 53,95% no grupo dos seis maiores bancos e de 31,56% no grupo dos restantes bancos. A evolução do indicador, durante este período, mostrou-se somente negativa para o CA, tendo diminuído cerca de 5,38% até 2013, com base no valor obtido em 2009. O grande crescimento neste período foi conquistado pelo grupo dos seis maiores bancos, de 30,53%, tendo registado um valor deste rácio de 49,55%, em 2009 e de 64,68%, em 2013. Por último, o grupo dos restantes bancos apresentou um crescimento menos acentuado de 13,74%, alcançando os 36,19%, em 2013.

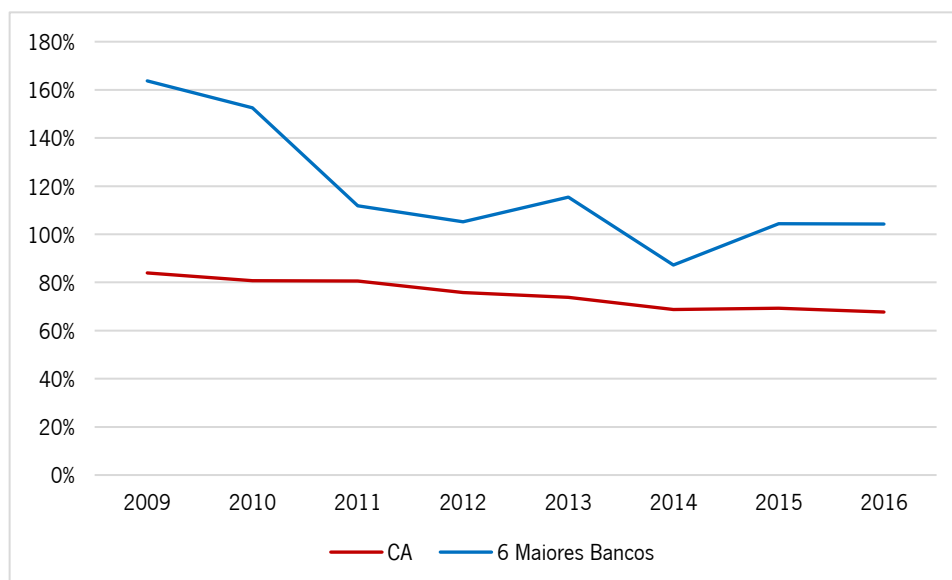
Os três grupos em análise, no intervalo de 2014 a 2016, registaram um aumento da média do rácio da relevância dos recursos de clientes, tendo no caso do CA sido um crescimento de 4,74 pontos percentuais, no grupo dos seis maiores bancos de 14,45 e no grupo dos restantes bancos de 14,93, resultando numa média de 90,10%, 68,40% e 46,49%, respetivamente.

O CA apesar de ter aumentado a sua média, no intervalo de 2014 a 2016, apresentou uma evolução negativa do indicador de 2,19%, sendo que registou um valor de 87,37%, valor sensivelmente superior ao registado no ano de 2013, diminuindo o peso dos clientes como seus financiadores.

Os bancos que menos dependem dos clientes como seus financiadores são os do grupo dos restantes bancos associados da APB, tendo registado no último período uma evolução de 11,39% até 2016, com o valor de referência de 2014, auferindo um rácio de 50,66%. No caso do grupo dos seis maiores bancos, este aumentou cerca de 23,32% o seu valor até 2016, tendo alcançado um grau de importância dos recursos dos seus clientes de 73,54%, tornando-se cada vez mais dependente dos mesmos para exercer a sua atividade.

O rácio de estrutura patrimonial de transformação dos recursos de clientes em crédito resulta do quociente entre a rubrica do “crédito a clientes” e os “recursos de clientes e outros empréstimos”, tendo sido fortemente vigiado os seus níveis entre 2009 e 2016.

Gráfico 12 - Transformação dos recursos de clientes em crédito, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

As médias do rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito, no primeiro período, de 2009 a 2013, foram de 78,95% e 129,74%, sendo estas do CA e do grupo dos seis maiores bancos, respetivamente.

Instalada a crise financeira e económica, Portugal recorre ao Programa de Assistência Financeira, no início de maio de 2011, estabelecido entre o Fundo Monetário Internacional, as autoridades portuguesas e a UE, e fiscalizado pela *troika*, com a duração de 36 meses. Uma das “medidas impostas pela *troika* com o objetivo de promover a desalavancagem do setor financeiro português” (Jornal de Negócios, 19 de março de 2013) foi a imposição de um valor máximo do rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito de 120%, devido à existência de níveis elevados de dívida para com as entidades externas por parte das instituições bancárias.

O banco cooperativo, ao longo do período de 2009 a 2013, nunca apresentou valores acima dos 84%, como se pode verificar no gráfico 12, o que indica que não necessitou de recorrer a crédito perante outras instituições, nem de reorganizar a sua forma de gestão, de modo a cumprir os limites impostos pela *troika*. Sendo consequência de um decréscimo da concessão de crédito

a clientes durante o período e um aumento dos depósitos dos mesmos (dados publicados pela APB), o CA demonstrou um decréscimo do indicador, registando um valor de 73,82%, em 2013.

No caso do grupo dos seis maiores bancos, este nos dois primeiros anos revelou um rácio de transformação superior a 120%, tendo de imediato, com a entrada da *troika* em 2011, reduzido o mesmo, revelando uma evolução decrescente. Tal como o CA, os fatores determinantes desta evolução foram a descida do nível de crédito concedido e o aumento dos depósitos dos clientes.

No segundo intervalo, de 2014 a 2016, a média deste indicador do CA desceu cerca 10 pontos percentuais, atingindo os 68,59%, relevando a mesma evolução que no período anterior (2009-2013). No entanto, conseguiu recuperar o seu nível de empréstimos a clientes, tendo sido superado este por um crescimento mais forte dos depósitos (dados financeiros publicados no site da APB).

O grupo dos seis maiores bancos apresentou um crescimento da cobertura de créditos pelos depósitos de clientes de 19,49%, de 2014 a 2016, alcançando uma média inferior à anterior, de 98,62%. O seu desenvolvimento no período foi consequente de um aumento do crédito a clientes e uma diminuição dos depósitos dos seus clientes, como se pode verificar nos dados estatísticos da APB.

Tabela 4 - Rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito, 2009-2013, em %

	2009	2010	2011	2012	2013	Evolução*
BIG	18,60%	12,80%	36,16%	35,43%	28,80%	crescente
BESI	248,71%	167,68%	262,78%	226,13%	184,62%	decrecente
Banco Finantia	771,89%	436,31%	348,27%	105,00%	97,52%	decrecente
Banco Invest	308,88%	254,71%	198,15%	109,21%	74,88%	decrecente
Banif SGPS	168,90%	155,69%	138,66%	-	-	decrecente
Banif Inv	153,08%	160,84%	179,93%	-	-	crescente
CBI	631,54%	750,42%	612,90%	502,16%	524,24%	decrecente
Finibanco	112,55%	102,37%	-	-	-	decrecente
BBVA	189,05%	215,79%	200,51%	242,53%	198,01%	crescente
Banco Itaú	125,08%	171,76%	208,29%	170,19%	-	crescente
Banco Popular	177,14%	214,20%	-	-	-	crescente
Santander Consumer	27619,81%	23143,01%	51797,05%	23070,54%	30778,44%	crescente
Deutsche Bank	149,15%	303,73%	-	-	-	crescente
Barclays	7509,49%	255,51%	326,00%	274,91%	250,41%	decrecente
BPN	-	-	189,65%	-	-	-
Banif Grupo Financeiro	-	-	-	126,65%	126,43%	decrecente
Banco Carregosa	-	-	-	-	42,52%	-

*Evolução comparando os valores de 2013 com base em 2009

Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

No que concerne ao grupo dos restantes bancos, pode-se verificar, através da tabela 4, que o número de instituições bancárias associadas, durante o primeiro período (200*-2013), à APB foi de 17. Em 2009, somente 14% dos 14 bancos associados naquele ano (BIG e Finibanco), conseguiram apresentar um rácio de transformação inferior a 120% como foi estipulado pela *troika*, tendo aumentado para 40% dos 10 bancos associados em 2013 (BIG, Banco Finantia, Banco Invest e o Banco Carregosa). O Banif Grupo Financeiro, em 2013, apresentou-se muito próximo de conseguir cumprir o limite estabelecido, visto que registou um rácio de 126,43%.

O Santander Consumer é um banco especializado somente em produtos da área do crédito automóvel e de consumo e da área seguradora, e não se tratando de banco com atividade principal em recolha de depósitos para seu financiamento, atinge valores deste indicador bastante elevados, como se verifica na tabela 4. A evolução deste banco demonstrou-se crescente, devido a uma diminuição mais forte do crédito concedido do que a diminuição dos recursos de clientes, em termos monetários.

O Barclays apresentou uma queda bastante significativa dos valores deste indicador de 2009 (7509,49%) para 2013 (250,41%), conseqüente de um aumento exponencial da sua rubrica

contabilística dos “Recursos de clientes e outros empréstimos” de 115,232 milhões de euros para os 2 857,915 milhões de euros, apesar de uma diminuição do crédito concedido a clientes (dados publicados no site da APB).

O BESI apresentou uma evolução decrescente, no período de 2009 a 2013, devido a um aumento dos recursos de clientes e uma diminuição de empréstimos concedidos, todavia não conseguiu atingir um rácio de transformação inferior a 120%.

O BBVA e o CBI apresentaram uma diminuição dos seus empréstimos concedidos e dos recursos de clientes, no entanto mostraram uma evolução no intervalo diferente. O BBA registou um aumento do indicador consequente de uma diminuição mais forte dos recursos de clientes do que do crédito a clientes, e por outro lado, o CBI diminuiu o seu rácio devido a uma diminuição mais forte dos empréstimos realizados do que dos recursos a clientes.

Tabela 5 - Rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito, 2014-2016, em %

	2014	2015	2016	Evolução*
Banco Carregosa	43,08%	47,18%	103,50%	crescente
Banif Grupo Financeiro	105,47%	-	-	-
BIG	16,92%	42,56%	41,70%	crescente
BBVA	177,85%	131,72%	164,40%	decrésciente
Barclays	198,97%	174,88%	-	decrésciente
CBI	147,89%	122,31%	125,76%	decrésciente
Banco Finantia	62,80%	46,37%	35,14%	decrésciente
Banco Invest	66,64%	73,33%	65,22%	decrésciente
Santander Consumer	53994,00%	33539,98%	17512,41%	decrésciente
Haitong Bank	-	183,65%	114,32%	decrésciente

*Evolução comparando os valores de 2016 com base em 2014

Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

A Autoridade Bancária Europeia, após saída de Portugal do Programa de Assistência Financeira, no final de maio de 2014, anuncia que a medida anteriormente imposta pela *troika*, se manterá até 2019.

Em 2014, cinco dos nove bancos pertencentes ao grupo dos restantes bancos associados (Banco Carregosa, Banif Grupo Financeiro, BIG, Banco Finantia e Banco Invest, ou seja, 56%) apresentaram um valor inferior a 120%, sendo destes o BIG o que registou o valor mais baixo de 16,92% e o Banif Grupo Financeiro o valor mais alto de 105,47%. Já em 2016, dos oito

bancos pertencentes ao grupo dos restantes bancos associados, cinco conseguiram atingir valores a baixo da meta (Banco Carregosa, BIG, Banco Finantia, Banco Invest e Haitong Bank, ou seja, 63%), sendo destes o indicador mais reduzido pertencente ao Banco Finantia de 35,14%, e o valor mais elevado do Haitong Bank (antigo BESI) de 114,32%.

Como se pode verificar na tabela 5, a evolução mais demarcada é a decrescente, pois sete das dez instituições integrantes no grupo dos restantes bancos associados, durante o período de 2014 a 2016, registaram uma diminuição do seu rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito. A evolução crescente do Banco Carregosa e do BIG não apresentam uma preocupação, visto não atingirem valores próximos de 120%. No entanto, o primeiro necessitou de financiamento externo devido a ter registado um rácio superior a 100%, ou seja, os recursos de clientes foram totalmente transformados em crédito, mas não foram suficientes.

O BBVA e o CBI, em 2016, ainda apresentam um indicador superior ao valor estipulado, o que indica que terão de redirecionar a sua gestão, com o objetivo de o diminuir. No caso do Santander Consumer, este apresenta uma evolução positiva, visto que conseguiu diminuir o seu rácio, durante o intervalo de 2014 a 2016, devido a um forte crescimento do crédito concedido e um efeito equiparado dos depósitos dos clientes, apesar de se manter com valores elevadíssimos.

Em suma, relativamente ao rácio de liquidez reduzida e ao rácio de relevância de recursos de clientes, o CA foi o que apresentou melhor média destes indicadores, no período de 2009 a 2013. Já no caso dos rácios de capacidade creditícia geral e de estrutura do ativo financeiro, o grupo dos seis maiores bancos foi o que registou melhores médias, no mesmo período. Relativamente aos valores médios, de 2009 a 2013, dos rácios de solvabilidade bruta e do financiamento do ativo financeiro, os valores mais altos foram alcançados pelo grupo dos restantes bancos. No que concerne ao rácio de transformação de clientes pode-se concluir que o CA, em comparação ao grupo dos seis maiores bancos, apresentou menor transformação dos depósitos dos seus clientes em crédito concedido, de 2009 a 2016.

Por último, no período de 2014 a 2016, pode-se concluir que o CA apenas apresentou valores médios mais elevados do que os restantes grupo em análise, no que concerne ao rácio de estrutura patrimonial de relevância dos recursos dos clientes, demonstrando a elevada importância dos clientes como seus financiadores. No que concerne ao rácio de capacidade creditícia geral e ao rácio de estrutura do ativo financeiro, o grupo dos seis maiores bancos foi o que, de 2014 a 2016,

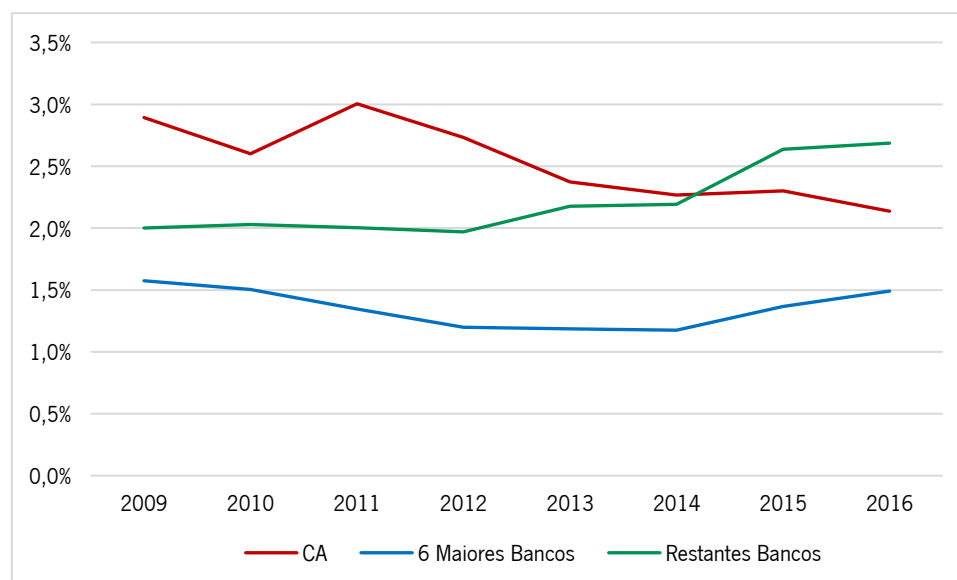
obteve a média mais alta destes rácios. Já no que toca aos rácios de estrutura patrimonial do financiamento do ativo financeiro, da liquidez reduzida e da solvabilidade bruta, o grupo dos restantes bancos foi o que apresentou maior estabilidade financeira no curto, médio e longo prazo, e maior nível médio de financiamento do ativo financeiro pelos seus passivos financeiros, no período pós *troika*, ou seja, no intervalo de 2014 a 2016.

7.2. Funcionamento

A margem financeira é um indicador de gestão bancária de funcionamento, sendo resultado da diferença entre os juros cobrados pelos bancos e os juros que os bancos pagam pelos depósitos dos seus clientes.

São diversos os estudos sobre a margem financeira, sendo os seus maiores determinantes os empréstimos concedidos pelo banco, os depósitos dos seus clientes, as taxas de juro estabelecidas, a dimensão do banco e a condição do período económico e financeiro. É exemplo, BenNaceur e Goaid (2008) que no seu estudo verificaram que os empréstimos concedidos pelos bancos têm uma maior relação positiva com a margem financeira, visto que as taxas de juro são maiores do que as estabelecidas nos depósitos. BenNaceur (2003) verificou que a dimensão dos bancos prejudica as margens dos mesmos, tendo uma relação indireta, ou seja, quanto maiores os bancos, menores as margens financeiras. Alexandre et al (2009) afirma que em períodos de crise, as famílias e as empresas têm uma menor facilidade de crédito, o que diminui a procura e consequentemente a atividade económica.

Gráfico 13 - Margem financeira, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

No primeiro intervalo de tempo, de 2009 a 2013, o CA foi o que apresentou melhores valores do indicador da margem financeira, com uma média de 2,72%, seguido do grupo dos restantes bancos com uma média de 2,04% e do grupo dos seis maiores bancos de 1,36%.

Em termos de evolução no período da *troika*, o CA apresentou uma tendência negativa, tendo registado uma diminuição de, aproximadamente 18% em 2013, com base no seu valor de 2009. Através dos dados divulgados pela APB, pode-se verificar que esta diminuição advém de uma menor concessão do crédito, um aumento dos depósitos e das taxas de juro, e uma diminuição de, pelo menos, 12 balcões. É de realçar o ano de 2011, que em plena crise do *subprime*, a margem financeira da instituição cooperativa aumentou significativamente, como se pode verificar no gráfico 13, pois, a partir de dados da APB, esta revelou um aumento dos depósitos dos clientes e das taxas de juro aplicadas aos mesmos, à abertura de duas agências e um aumento do produto bancário de 5,65%, apesar dos níveis de crédito a clientes terem baixado nesse ano, revelando uma melhor margem financeira comparativamente aos resultados médios do grupo dos seis maiores bancos e do grupo dos restantes bancos.

O grupo dos seis maiores bancos diminuiu, ao longo do intervalo de 2009 a 2013, a sua margem financeira em, sensivelmente, 24%. À semelhança do CA, este apresentou uma diminuição dos empréstimos concedidos, um aumento dos depósitos e das suas respetivas taxas de juro, e o fecho de um número abundante de agências bancárias, como se pode confirmar nos dados da APB.

Contrariamente, o grupo dos restantes bancos apresentou um progresso positivo deste indicador de funcionamento de 8,75%, apesar do seu volume de crédito e dos depósitos terem diminuído, e as taxas dos mesmos terem aumentado, isto é, as instituições bancárias conseguiram diminuir custos e arrecadar rendimentos de outros investimentos e atividades.

No intervalo de tempo de 2014 a 2016, as médias da margem financeira do CA e do grupo dos seis maiores bancos apresentaram uma ligeira diminuição de 0,49 e 0,02 pontos percentuais, respetivamente, em comparação às médias do período anterior (2009-2013). No que concerne ao grupo dos restante bancos, este contrariamente exibiu um aumento da sua média em cerca de 0,47 pontos percentuais.

O CA, no período pós *troika*, a partir dos dados disponíveis no site da APB, revelou um aumento do crédito concedido e dos depósitos dos seus clientes, com taxas de juro cada vez mais baixas e uma diminuição de 6 de agências bancárias. Contudo, registou uma perda deste indicador de 0,13 pontos percentuais em 2016, com base no valor de 2014, devido a um aumento de maior escala do ativo financeiro da instituição, comparativamente ao aumento da

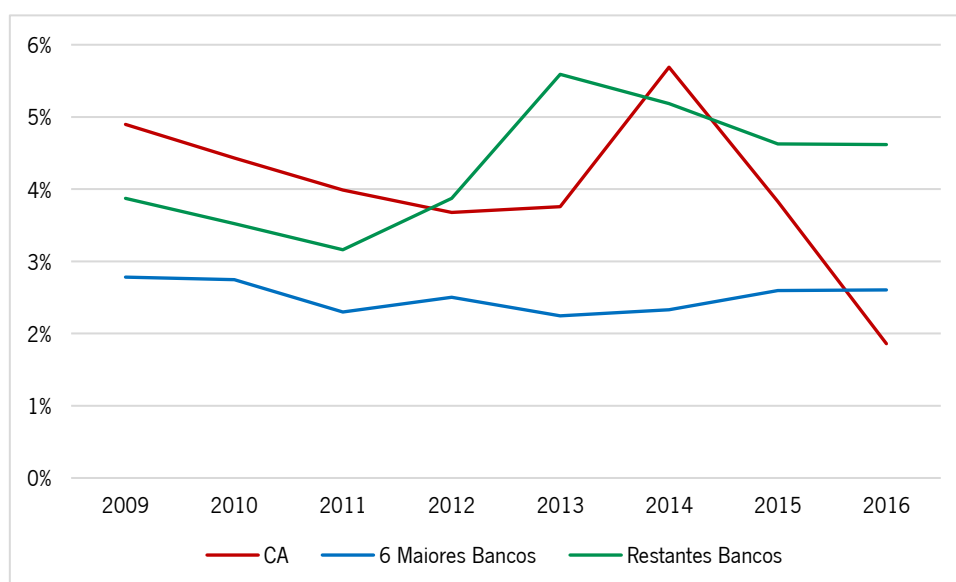
diferença entre juros e proveitos similares e juros e custos similares, como se comprovar nas demonstrações de resultados no site da APB.

O grupo dos seis maiores bancos mostrou um crescimento bastante positivo de 26,86%, no segundo período (2014-2016), demonstrando uma aumento dos empréstimos concedidos, uma diminuição dos depósitos à ordem e a prazo, e uma diminuição das taxas de juro, ou seja, conseguiu diminuir os juros que tinha que pagar aos seus clientes e aumentar os juros que tem para receber dos mesmos, a partir do maior volume de crédito concedido a estes (a partir dos dados disponíveis no site da APB).

Por último, o grupo dos restantes bancos conseguiu registar um aumento da sua margem financeira, mesmo diminuindo os seus depósitos, o crédito bancário e as taxas de juro, devido a uma diminuição mais forte do ativo financeiro em comparação à diminuição da diferença entre juros e proveitos similares e juros e custos similares, como se pode constatar nas demonstrações de resultados divulgadas pela APB.

No que concerne à margem de negócio esta é resultado da soma da margem financeira, da margem dos serviços bancários e a margem de outros resultados da atividade, ou seja, o quociente entre o produto bancário e o ativo financeiro. O produto bancário compreende a soma da margem financeira (diferença entre os juros e rendimentos similares e juros e encargos similares), dos resultados de serviços e comissões (diferença entre os rendimentos e os encargos dos serviços e comissões), e os outros resultados (soma dos resultados dos rendimentos de instrumentos de capital, resultados de ativos e passivos ao justo valor, resultados dos ativos financeiros disponíveis para venda, reavaliação cambial, resultados de alienações de ativos e outros resultados de exploração).

Gráfico 14 - Margem de negócio, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

As médias no primeiro período, 2009 a 2013, deste indicador foram de 4,15% para o CA, 4% para o grupo dos restantes bancos e 2,51% para o grupo dos seis maiores bancos, verificando-se uma discrepância dos valores deste indicador entre os dois primeiros e o grupo dos seis maiores bancos, que, em comparação, obteve um volume total de resultados obtidos menor.

A instituição cooperativa, de 2009 a 2013, registou um crescimento negativo, tendo em 2013, uma margem de 3,76%, ou seja, menos 23,26% que em 2009. Esta evolução é devido a uma diminuição de 15,79% do produto bancário e um aumento de 9,76% dos seus ativos financeiros (dados disponíveis no site da APB). Também o grupo das seis maiores instituições

bancárias revelou uma evolução negativa de 19%, visto que demonstrou uma queda mais forte do seu produto bancário (-29,14%) do que a dos ativos financeiros (-12,28%). Pelo contrário, o grupo dos restantes bancos evoluiu positivamente, todavia devido a, em termos monetários, uma maior perda do ativo financeiro do que do produto bancário.

No intervalo de 2014 a 2016, a média da margem de negócio do CA demonstrou uma queda de 0,36 pontos percentuais, alcançando um valor de 3,79%. No que toca ao grupo dos seis maiores bancos, este revelou a mesma média que anteriormente (2,51%), já o grupo das restantes instituições bancárias um aumento de 0,81 pontos percentuais, fixando-se numa média de 4,81%.

Somente o grupo dos seis maiores bancos apresentou uma evolução positiva deste indicador, de 2014 a 2016, sendo esta de 11,96%, alcançando os 2,61% no último ano, como se pode averiguar no gráfico 14, devido a um aumento de 7,92% do ativo financeiro e de 4,64% do produto bancário.

O conjunto dos restantes bancos, apesar de uma média melhor, registou um progresso negativo de cerca de 11%, sendo resultado de decréscimos do produto bancário (-44,05%) e do ativo financeiro (-56,45%). O pior resultado do período pertenceu ao CA, com um decréscimo abrupto de 67,31%, tendo registado uma margem de negócio de 5,69%, em 2014, e 1,86%, em 2016. Este foi consequência de uma quebra de 63% do produto bancário e de apenas 0,84% do ativo financeiro, de 2014 para 2016 (dados publicados no site da APB).

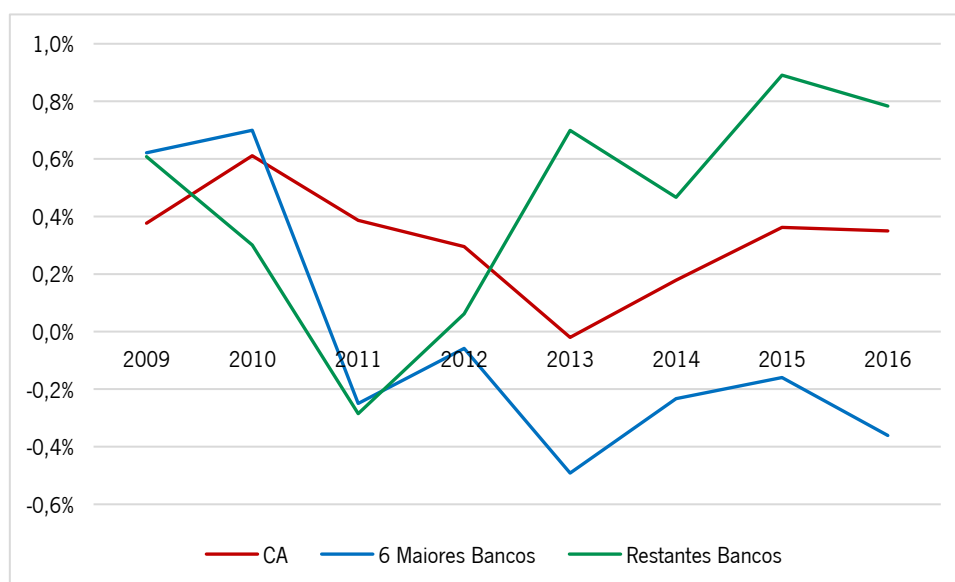
Concluindo, em termos dos indicadores de gestão bancária de funcionamento, o CA foi o que obteve melhores resultados destes indicadores, no intervalo de 2009 a 2013, seguido do grupo dos restantes bancos. No caso do grupo dos seis maiores bancos, este foi o que apresentou menores valores anuais da margem financeira e também da margem de negócio, durante todo o período da *troika*. No que concerne ao período de 2014 a 2016, o grupo dos seis maiores bancos foi o que registou as médias mais baixas desse período, relativamente aos dois rácios de funcionamento. No caso do CA, este apresentou médias mais elevadas do que o grupo dos seis maiores bancos, no mesmo intervalo (2014-2016), no entanto mais baixas que as médias apresentadas pelo grupo dos restantes bancos, no período de 2014 a 2016.

7.3. Rendibilidade

O quociente entre o resultado líquido e o total do ativo líquido indica-nos a capacidade de gerar resultados dos ativos de uma instituição, ou seja, a rendibilidade dos ativos.

Num estudo realizado por Naceur (2003) a 10 bancos da Tunísia, entre os anos de 1980 e 2000, este concluiu que o nível de capital e o volume de crédito (fatores internos) têm um relação positiva e significativa na rendibilidade dos ativos das instituições bancárias, e a dimensão das mesmas tem um impacto negativo. No entanto, os fatores externos, como a taxa de inflação e a taxa de crescimento do PIB apresentaram uma relação positiva com a rendibilidade bancária dos ativos.

Gráfico 15 - Rendibilidade do ativo, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

No que concerne à rendibilidade do ativo, no período de 2009 a 2013, as médias deste indicador foram bastante reduzidas, sendo de 0,33% a do CA, 0,10% a do grupo dos seis maiores bancos e 0,28% a do grupo dos restantes bancos.

O CA apresentou uma evolução demarcada pelo decréscimo no período da *troika*, atingindo valores negativos de 0,02%, em 2013, ano em que apresentou um resultado líquido negativo de 2 941 milhares de euros (dados da demonstração de resultados de 2013, disponíveis no site da APB). Segundo os dados publicados no site da APB, este registou um crescimento do

seu nível de capital próprio, revelando uma maior capacidade de conquistar oportunidades de negócio únicas, obtendo assim, o tempo necessário para gerir possíveis perdas repentinas, de modo, a aumentar a rentabilidade, Athanasoglou et al. (2008). No que toca ao crédito a clientes, como foi referido anteriormente, este apresentou uma diminuição, e sendo este um dos principais responsáveis pelos lucros das instituições, pode ter tido um grande peso na evolução negativa da rentabilidade dos ativos do CA. A taxa de inflação, de acordo com os dados do Pordata (sem data d), subiu dos 0,80% negativos, em 2009, para os 0,30% positivos, em 2013, tendo um peso muito pouco significativo na evolução da rentabilidade. A taxa de crescimento real do PIB apesar de ter diminuído, esta manteve-se negativa (-1,13%, dados do Pordata (sem data e)) no período de 2009 a 2013, revelando um efeito positivo na rentabilidade dos ativos.

O progresso do grupo dos seis maiores bancos, no período de 2009 a 2013, revelou-se também negativo, mas atingindo valores mais baixos que o CA, tendo em 2013 registado uma rentabilidade dos ativos de 0,49% negativos. Deste modo, as instituições pertencentes ao grupo dos seis maiores bancos baixaram o seu nível de capital médio de 2009 para 2013, em cerca de 13%, e o os empréstimos concedidos em 14%, sendo estes os que têm maior peso na rentabilidade dos ativos, foram o fator explicativo da sua evolução. A partir do ano de 2011, no gráfico 15, é revelada uma rentabilidade negativa até ao final de 2013, devido a alguns dos bancos pertencentes a este grupo ter alcançado resultados líquidos negativos, ano após ano. Como por exemplo, em 2011, quatro dos seis bancos (BES, BPI, Millennium BCP e CGD) obtiveram prejuízos.

Contrariamente, o grupo dos restantes bancos registou uma evolução positiva de cerca de 15%, no intervalo de 2009 a 2013, sendo o único a atingir uma rentabilidade positiva de 0,70%, em 2013. O volume total dos empréstimos, do grupo dos restantes bancos, diminuiu até 2013, o que afetou a rentabilidade dos capitais, no entanto o volume de capital próprio médio aumentou no mesmo intervalo. A sua grande quebra na rentabilidade em 2011, é também justificada pelos resultados das instituições, em que mais de metade destas registou prejuízos nesse ano (BPN, Barclays, Banco Itaú, BBVA, Banif Investimentos, Banif SGPS e Banco Invest). Tendo conseguido posteriormente recuperar, consecutivamente, a sua rentabilidade, devido a uma menor parcela de bancos a registarem prejuízos, como por exemplo, em 2013, só três bancos registraram prejuízos (Banif Grupo, BBVA e Barclays).

No intervalo de 2014 a 2016, as médias da rentabilidade do ativo do CA e do grupo dos seis maiores bancos desceram em relação às do primeiro intervalo (2009-2013), sendo de 0,30% a do CA e 0,25% negativos a do grupo dos seis maiores bancos. A média do grupo dos restantes bancos subiu cerca de 0,44 pontos percentuais, registando os 0,71%.

Apesar de uma média mais baixa, o CA não apresentou, no intervalo de 2014 a 2016, valores de rentabilidade negativos, tendo evoluído positivamente dos 0,18%, em 2014 para os 0,35%, em 2016. Esta evolução teve como determinantes um maior montante de empréstimos concedido e de capital próprio, em 2016, comparando com 2014, a partir dos dados divulgados no site da APB, e também devido a um aumento da taxa de inflação, dos 0,30% negativos para os 0,60% positivos, e da evolução positiva da taxa de crescimento real do PIB, alcançando os 1,39%, em 2016 (Pordata , sem data e).

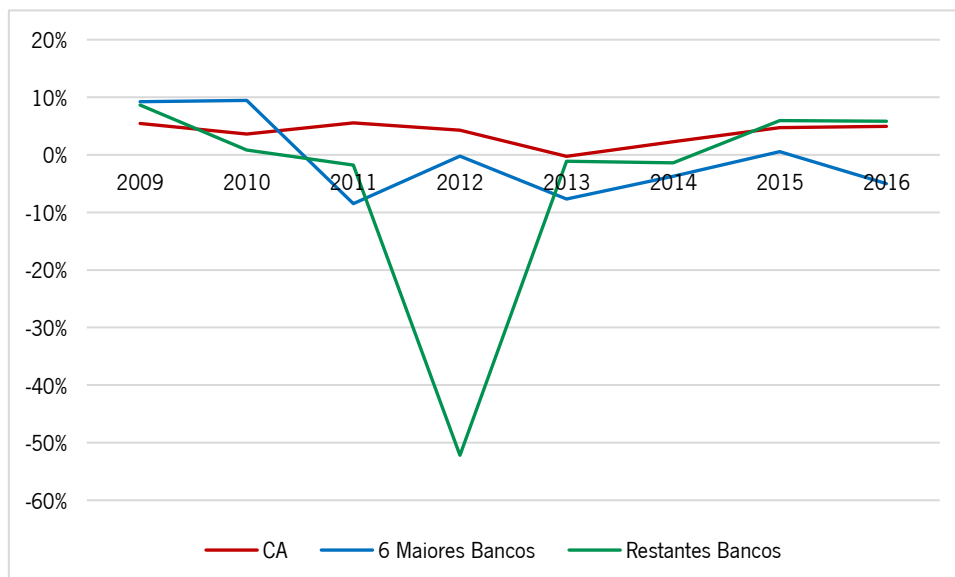
Comparativamente ao CA, o grupo dos seis maiores bancos apresentou uma evolução positiva, mas menos significativa, de 55,39% no intervalo pós *troika* (2014-2016), devido a uma diminuição do seu capital próprio e um aumento dos empréstimos. Todavia, três das seis maiores instituições bancárias, CGD, Montepio e o Novo Banco, apresentaram, em 2016, repetidos prejuízos (dados publicados no site da APB).

Por fim, o grupo dos restantes bancos aumentou em 67,71% o seu nível de rentabilidade de 2014 a 2016, tendo registado, em 2016, uma rentabilidade de 0,78%. O capital das instituições, em termos médios, baixou monetariamente, juntamente com um decréscimo do volume de crédito concedido, o que prejudicou a rentabilidade dos ativos. No entanto, no mesmo período de anos, como se viu anteriormente, estes bancos, apesar de terem menor dimensão, são os que apresentaram, no período de 2014 a 2016, os maiores níveis de solvabilidade bruta e liquidez reduzida, tendo sido comprovado no estudo de Kosmidou et al. (2005) uma relação direta com a rentabilidade.

Outro indicador de gestão bancária de rentabilidade é a rentabilidade dos capitais próprios, sendo resultado da relação entre o resultado líquido e o total dos capitais próprios da instituição, indicando o lucro gerado pelos mesmos.

Goddart et al. (2004), com uma amostra de 655 bancos de seis países europeus (França, Dinamarca, Itália, Alemanha, Reino Unido e Espanha), no seu estudo constatou que a dimensão dos bancos e o seu nível de capital têm uma relação direta e positiva com a rentabilidade dos capitais próprios, por isso espera-se que quanto mais elevado o nível de capital e a dimensão do banco, mais alta seja a rentabilidade dos capitais próprios.

Gráfico 16 - Rentabilidade dos capitais próprios, 2009-2016, em %



Fonte: Elaboração própria, utilizando informação do site da APB

De 2009 a 2013, a média da rentabilidade dos capitais próprios do CA mostrou-se a mais elevada de 3,72%, mostrando uma elevada discrepância com os valores médios do grupo dos seis maiores bancos (0,47%) e, principalmente com o grupo dos restantes bancos (-9,11%).

No entanto, a rentabilidade de todos os grupos em análise foi afetada, tendo-se verificado um progresso profundamente negativo ao longo dos anos, como se pode verificar no gráfico 16. O CA nos quatro primeiros anos conseguiu obter (2009 a 2012), apesar do período de crise que estava instalado, uma rentabilidade média dos seus capitais próprios de 4,72%, tendo somente no ano de 2013 apresentado uma rentabilidade negativa de 0,26%, devido a neste ano ter apresentado prejuízos nos seus resultados totais.

Em 2009, o grupo dos seis maiores bancos obteve a rentabilidade mais alta desse ano de 9,25%, em comparação com as restantes instituições em análise, tendo decrescido este ao longo do período para um valor negativo de 7,69%. Relembrando aqui o estudo de Goodart et al. (2004) referido em cima, pode-se explicar este declínio a partir do decréscimo de capital até 2013. Todavia, neste caso, a dimensão dos bancos não se observou com uma relação direta com a rentabilidade, como tinham comprovado no estudo, posto que sendo os maiores bancos a operar em Portugal, deveriam ser os que apresentassem melhores resultados de rentabilidade dos capitais próprios. Outro fator que contribuiu para este desenvolvimento do indicador do grupo dos seis maiores bancos foram os resultados líquidos consolidados das instituições bancárias, que a partir de 2011, pelo menos duas das instituições apresentou prejuízos.

Em 2013, o grupo dos restantes bancos, comparativamente a 2009, apresentou um progresso negativo, tendo alcançado um prejuízo de 1,09% no ano de 2013. Esta evolução deve-se a uma diminuição, em maior proporção, da média do resultado líquido, comparativamente ao aumento do seu capital próprio médio. Todavia, em 2012, no gráfico 16 pode-se constatar uma queda acentuada da rentabilidade média dos capitais próprios do grupo dos restantes bancos, devido a uma das instituições integrantes (Barclays) ter apresentado um rácio negativo de 491,13%, pois neste ano registou prejuízos de 161,43 milhões de euros, como se pode constatar na demonstração de resultados consolidada de 2012, publicada no site da APB. Os demais bancos pertencentes ao grupo registaram uma média negativa de 2,38%.

No período observado correspondente ao pós *troika*, as médias deste indicador do CA e do grupo dos restantes bancos subiram em relação às do primeiro período (2009 a 2013), tendo sido de 3,97% e 3,47%, respetivamente. O grupo dos seis maiores bancos demonstrou um aumento negativo, alcançando um média negativa de 2,74%.

O banco cooperativo, de 2014 a 2016, demonstrou uma evolução positiva, saindo dos valores negativos de 2013, registando somente valores de rentabilidade positivos, alcançando, assim, uma rentabilidade de 4,92%, em 2016. Este desenvolvimento deve-se ao facto de a instituição ter mais que duplicado os seus lucros, em 2016, tendo como base 2014, apesar de uma diminuição de 0,26% dos seus capitais próprios (com base nos dados publicados no site da APB).

O grupo dos restantes bancos também registou no segundo período (2014-2016) uma evolução positiva, obtendo a rentabilidade dos capitais próprios mais elevada em 2016, de 5,84%. Este grupo demonstrou novamente, apesar de o seu nível médio de capital ter diminuído em cerca de 39%, um aumento da sua rentabilidade, sendo explicado por um aumento bastante significativo da média do resultado líquido obtido pelas instituições, saindo de resultados deveras negativos para resultados positivos.

Contrariamente, a evolução do grupo dos seis maiores bancos mostrou-se negativa de 2014 a 2016, tendo alcançado uma rentabilidade negativa de 5,03%, no último ano do período. Este progresso é consequência de um agravamento da média dos seus resultados líquidos de 2009 para 2016, sendo no último ano a principal instituição responsável a CGD, que obteve um prejuízo de 1 859,5 milhões de euros (dados publicados no site da APB). Deste modo, o aumento do capital próprio médio deste grupo conseguiu com que a rentabilidade não fosse ainda mais afetada (dados disponíveis no site da APB).

Em suma, pode-se verificar que em termos dos indicadores de gestão bancária de rentabilidade, o CA apresentou, no período de 2009 a 2013, melhores resultados médios comparativamente aos resultados obtidos pelo grupo dos seis maiores bancos e o grupo dos restantes bancos. No intervalo de 2014 a 2016, o CA, em termos de rentabilidade do ativo, consegue registar um melhor resultado médio comparativamente ao grupo dos seis maiores bancos, no entanto, o grupo dos restantes bancos é o que apresenta um maior valor médio deste indicador. Já em termos de rentabilidade dos capitais próprios, no período pós *troika*, o CA mantém a sua posição de alcançar a média mais alta do período, todavia, em 2015 e 2016, o grupo dos restantes bancos registaram uma média anual deste indicador a cima dos resultados obtidos pelo CA, nesses anos.

Capítulo VII – Conclusão

As consequências da crise do *subprime* foram avassaladoras para diversas economias, abalando a banca mundial e o sistema financeiro nos últimos anos. O sector bancário é vital para as economias, sendo um intermediário financeiro entre os investidores e as empresas e particulares. Este, em Portugal, foi afetado indiretamente pela crise de 2007/2008, levando várias instituições bancárias a declarar fragilidades financeiras, encerrar balcões e, conseqüentemente, diminuir nos recursos humanos.

A banca cooperativa é um tipo de banca fundamental, visto que opera em localidades rurais que são vistas por outros bancos como ameaças à sobrevivência, trabalhando na base de proximidade para com os seus clientes, diferenciando-se assim da restante banca.

Assim, tornou-se pertinente estudar a evolução da banca cooperativa, nos últimos anos, que em Portugal é representada pelo CA, onde foi realizado o estágio curricular, e posteriormente, comparar o seu percurso com os dos demais bancos associados da APB.

Neste sentido, como método de estudo da evolução recente da *performance* da banca portuguesa foi selecionado o cálculo de rácios económico-financeiros, de forma a perceber a realidade financeira do CA, do grupo dos seis maiores bancos e do grupo dos restantes bancos em análise, de 2009 a 2016, podendo assim analisar indicadores como, por exemplo, a liquidez reduzida, a ROA, ROE e a solvabilidade bruta. No entanto, este método empregue tem diversas limitações, como por exemplo, a base destes ser constituída por informação contabilística, que está sujeita a distorções quando o objetivo é o de proceder a uma análise económico-financeira e, como foi detetado, neste estudo, o quociente entre dois valores negativos, dar uma ideia distorcida da realidade, pois resulta num valor positivo.

Com base no tratamento dado à informação recolhida e apresentada nos capítulos anteriores pode-se retirar as seguintes conclusões. No período da *troika*, somente o grupo dos seis maiores bancos apresentou um maior financiamento por parte do passivo financeiro aos ativos financeiros, sendo que no período pós *troika* evidenciou-se um crescimento de todos os bancos do estudo. No entanto, no intervalo de 2009 a 2013, o CA apresentou um rácio deste indicador superior à média do mesmo do grupo dos seis maiores bancos e inferior à do grupo dos restantes bancos. Todavia, no segundo período, de 2014 a 2016, foi a instituição que apresentou os valores mais baixos deste indicador.

No que concerne ao rácio do ativo financeiro, o grupo dos seis maiores bancos é o que apresentou um maior peso do crédito a clientes no seu ativo bruto, de 2009 a 2016, devido a obter um maior volume de crédito concedido em comparação às restantes instituições, o que o leva a uma exposição ao risco mais elevada. O CA e o grupo dos restantes bancos apresentaram, em todo o período em análise no estudo, 2009 a 2016, valores deste indicador próximos um do outro, contudo o CA maioritariamente apresentou valores superior aos do grupo dos restantes bancos. No intervalo de 2009 a 2013, este indicador foi abalado pela crise do *subprime*, tendo mostrado uma evolução negativa para todas instituições analisadas devido a um menor volume monetário de crédito concedido pelas mesmas. Já no segundo intervalo, de 2014 a 2016, a evolução demonstrou-se positiva para o grupo dos seis maiores bancos e o grupo dos restantes bancos, contudo o CA apresentou um decréscimo pouco significativo, devido a um aumento ligeiramente maior do ativo bruto em comparação ao aumento do crédito a clientes.

A instituição cooperativa demonstrou ter uma maior estabilidade financeira de curto prazo, no primeiro período (2009-2013), quando comparada com os restantes grupos em análise, e tendo em conta a evolução dos resultados de liquidez reduzida analisados. No segundo período (2014-2016), o CA decresce os seus valores de liquidez, de forma a se tornar, nos dois últimos anos do estudo, o banco com menor solidez de curto prazo. Contrariamente, o grupo dos seis maiores bancos e o grupo dos restantes bancos apresentaram um crescimento deste indicador, sendo que, o último grupo passou dos valores mais baixos apresentados em 2014, para os valores mais elevados de 2016.

Quanto à solvabilidade bruta, o CA apresentou níveis de solvabilidade mais altos que o grupo dos seis maiores bancos, contudo o grupo das restantes instituições bancárias associadas à APB demonstrou-se o mais sólido financeiramente no longo prazo (solvabilidade bruta), de 2009 a 2016. A evolução dos valores de solvabilidade bruta, de 2009 a 2016, do CA foi decrescente, enquanto que os demais grupos apresentaram uma evolução crescente. No período de 2014 a 2016, destacou-se o grupo dos restantes bancos, devido a uma forte disparidade dos seus resultados de solvabilidade bruta comparativamente às demais instituições em análise.

O valor mais reduzido da capacidade creditícia geral foi o do grupo dos restantes bancos, em todos os anos em análise, sendo que o CA apresenta uma capacidade superior a este, mas

inferior à do grupo dos seis maiores bancos, excetuando em 2011 e 2012, em que o banco cooperativo era o que apresentava maior capacidade de conceder crédito aos seus clientes. No período da *troika*, a evolução deste indicador demonstrou-se negativa para todos, no entanto no período pós *troika*, somente o CA apresentou uma pequena queda da sua capacidade creditícia, e os restantes grupos uma capacidade de concessão de crédito mais elevada.

Os recursos dos clientes para as instituições bancárias são de grande relevância, visto que são um meio de financiamento para estas. O CA é o banco em que os recursos de clientes têm um maior peso no passivo financeiro, de 2009 a 2016, demonstrando um papel fulcral dos clientes como seus financiadores, apesar de ano após ano ter vindo a demonstrar uma diminuição do mesmo. No caso do grupo dos seis maiores bancos e do grupo dos restantes bancos, contrariamente, apresentaram, ao longo de todo o período em análise, um aumento do peso dos clientes como seus financiadores, sendo que o grupo dos seis maiores bancos revelou valores superiores aos do grupo dos restantes bancos.

O grupo dos seis maiores bancos, em todos os anos do estudo verificou um rácio de transformação dos recursos de clientes em crédito superior ao do CA, sendo que no primeiro período (2009-2013) ambos apresentaram uma evolução negativa e, no período de 2014 a 2016, o CA continuou a diminuir o seu rácio de transformação e o grupo dos seis maiores bancos apresentou um aumento. No caso do grupo dos restantes bancos, no seu conjunto, revelou uma evolução negativa em todos os anos em estudo, tal como o CA.

A diferença entre os juros cobrados e os juros com que remuneram os depósitos, demonstrou uma tendência negativa, no caso do grupo dos seis maiores bancos e do CA, todavia o grupo dos restantes bancos apresentou uma tendência positiva, no intervalo de 2009 a 2013. No entanto, o banco cooperativo foi o que revelou valores mais elevados da margem financeira, ao longo do período da *troika*, e o grupo dos seis maiores bancos o que obteve valores mais baixos deste indicador. No segundo intervalo, de 2014 a 2016, o grupo dos restantes bancos consegue uma margem financeira mais alta, ultrapassando os valores do CA, que apresentou uma queda dos seus valores ao longo do intervalo. O grupo dos seis maiores bancos consegue, de 2014 a 2016, aumentar os seus níveis da margem financeira, mas continua a ser o que revela os valores mais baixos do período de 2014 a 2016.

Relativamente à margem de negócio, o CA obteve o maior rácio deste indicador até 2012, tendo em 2013, o grupo dos restantes bancos apresentado um crescimento acentuado,

atingindo o valor mais elevado desse ano. No período pós *troika*, o CA apresentou um declínio bastante acentuado deste rácio, registando, em 2016, o valor mais baixo desse ano, enquanto que o grupo dos restantes bancos registou um declínio, mas não acentuado, mantendo-se com os valores mais elevados do período. Quanto ao grupo dos seis maiores bancos, este de 2009 a 2015, registou os valores mais baixos da margem de negócio, conseguindo no segundo período (2014-2016) um crescimento superficial, todavia atingindo valores mais elevados do que o CA, em 2016.

Quanto à rentabilidade do ativo, no intervalo de 2009 a 2013, a *performance* deste indicador foi negativa para o CA e o grupo dos seis maiores bancos. O CA decresceu atingindo uma rentabilidade negativa, em 2013, de 0,28%, no entanto a partir de 2011, o grupo dos seis maiores bancos já registava prejuízos nos seus ativos. Pelo contrário, o grupo dos restantes bancos apresentou uma queda da rentabilidade até 2011, mas conseguiu recuperar até 2013, sendo os únicos com valores positivos nesse ano. Após ter saído a *troika* de Portugal, todos apresentaram uma evolução positiva, no entanto o grupo dos seis maiores bancos prosseguiu com rentabilidades negativas, e o CA com rentabilidades superiores a estes mas inferiores às do grupo dos restantes bancos.

Por último, a evolução da rentabilidade dos capitais próprios demonstrou-se negativa para todas as instituições, no período de 2009 a 2013, sendo que foi o CA que apresentou a melhor média deste indicador. No período de 2014 a 2016, os três apresentaram uma evolução positiva, todavia em 2015 e 2016, o grupo dos restantes bancos consegue alcançar os valores mais elevados desses anos, sendo esses muitos próximos dos valores do CA.

Analisando agora em maior detalhe o desempenho do CA diga-se que, em suma, pode-se constatar que o CA, teve uma evolução da *performance* que pode ser subdividida em duas partes. Numa parte, que corresponde ao período da *troika*, apresentou uma *performance* bancária (de acordo com os indicadores de gestão bancária selecionados neste estudo) que nos permite dizer que as médias dos rácios analisados estiveram, acima dos observados pelas instituições suas concorrentes. No entanto, estamos a falar de um período muito difícil do país, em que todos os indicadores de gestão bancária apresentaram uma tendência negativa, com a exceção do indicador da liquidez reduzida. Numa segunda parte, que corresponde ao período pós *troika*, o CA apresentou uma tendência negativa em praticamente todos os indicadores, com as exceções: do financiamento do ativo financeiro, da rentabilidade do ativo e da

rendibilidade dos capitais próprios. Assim, a *performance* bancária do CA, neste intervalo de tempo, apresentou um nível inferior ao do período anterior, visto que somente as médias dos indicadores da liquidez reduzida, da rendibilidade dos capitais próprios e a relevância dos recursos de clientes se apresentaram mais elevadas na segunda parte do que na primeira. Assim, o grupo que apresentou melhor performance que o CA, no período pós *troika*, foi o grupo formado pelos restantes bancos, visto ter registado uma evolução positiva na maioria dos indicadores analisado, e ter apresentado melhores médias destes indicadores.

Relativamente ao estágio desenvolvido na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras de Bouro, este permitiu colocar em prática alguns dos conteúdos estudados nas unidades curriculares do Mestrado de Economia Monetária, Bancária e Financeira. Este também permitiu o conhecimento das estratégias da atividade bancária que são empregues de modo a garantir a continuidade das funções do CA.

Em estudos futuros, recomenda-se uma análise mais abrangente da *performance* das instituições bancárias, comparando não só as instituições associadas da APB, incluindo outras que operam em território português que não são associadas da mesma, aumentando assim a amostra do estudo e uma melhor análise do setor bancário em Portugal.

Capítulo VIII – Referências bibliográficas:

Alam, H. M., Raza, A. e Akram, M. (2011). *“A Financial Performance Comparison of Public vs Private Banks: The Case of Commercial Banking Sector of Pakistan”*, International Journal of Business and Social Science. United States of America

Alexandre, F., Martins, I., Andrade, J., Castro, P. e Bação, P. (2009). *“A Crise Financeira Internacional”*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Estado de Arte. Coimbra. Portugal.

Altman, E.; Hotchkiss, E. (2006). *“Corporate Financial Distress and Bankruptcy: Predict and avoid bankruptcy, analyze and invest in distressed debt”*, John Wiley & Son.

Alves, O. (2013). *“Aplicação de fundos na banca portuguesa”*, Universidade do Minho. Braga. Portugal.

Associação Portuguesa dos Bancos, (2016). *“Overview do sistema bancário português”*. Disponível em: http://www.apb.pt/content/files/Agosto_-_Overview_do_Sistema_Bancario_Portugus_PT.pdf Consultado em 10 de junho de 2018

Associação Portuguesa dos Bancos, (2017), *“Boletim informativo N°34”*. Disponível em http://www.apb.pt/content/files/Boletim_Informativo_n34.pdf Consultado a 21 de abril de 2017.

Athanasoglou, P., Brissimis, N. e Delis, D. (2008) *“Bank-Specific, Industry-Specific and Macroeconomic Determinants of Bank Profitability”*, Journal of International Financial Markets, Institutions and Money. United States of America

Augusto, F. e Félix, S. (2014). *“O impacto da recapitalização bancária no acesso ao crédito por empresas não financeiras: Artigos de Estabilidade Financeira”*. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/artigo_2_pt_0.pdf Banco de Portugal. Lisboa. Portugal. Consultado a 30 de agosto de 2018.

Ayadi, R., Llewellyn, D., Schmidt, R., Arbak, E. e Pieter De Groen, W. (2010). *“Investigating Diversity in the Banking Sector in Europe: Key Developments, Performance and Role of Cooperative Banks”*, Centre for European Policy Studies. Brussels. Belgium.

Baglioni, A., e Cherubini, U. (2013). *“Within and between systemic country risk. Theory and evidence from the sovereign crisis in Europa”*, Journal of Economic Dynamics & Control. United States os America.

Banco de Portugal, (sem data a). *“Glossário”*. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/glossario/all?title=Banco> Consultado a 2 de abril de 2017

Banco de Portugal, (sem data b). *“Missão e funções”*. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/missao-e-funcoes> Consultado a 2 de abril de 2017

BenNaceur, S. (2003) *“The determinants of Tunisian banking industry profitability: panel evidence”*, ERF Research Fellow Department of Finance, UniversitéLibre de Tunis.

BenNaceur, S. e Goaid, M. (2008) *“The Determinants of Commercial Bank Interest Margin and Profitability: Evidence from Tunisia”*, Frontiers in Finance and Economics. London. England

Bluteau, Padre D. Raphael (1712), *“Vocabolario Portuguez e Latino”*, Collegio das Artes da Companhia de JESU, Letra B a C. Coimbra. Portugal.

Bonus, H. (1994). *“Institutional Economics: Cooperatives”*, in E. Dülfer and J. Laurinkari, *International Handbook of Cooperative Organizations*. Göttingen. Germany.

Carvalho, D. e Caldas, M. (2006). *“Basileia II: abordagem prática para acompanhamento de risco operacional em instituições financeiras”*. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_BasileiaII.pdf Consultado a 2 de maio de 2017

Čehulić, D., Hunjak, T. e Begičević, N. (2011). *“Comparison of a Bank's Financial Ratios Using the Analytic Hierarchy Process”*, Proceedings of the 22nd Central European Conference on Information and Intelligent Systems, Faculty of Organization and Informatics, University of Zagreb. Zabreb. Croatia.

Costal, S. (2014). *“Concentração bancária em Portugal – uma análise de performance do sector bancário”* Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.

Crédito Agrícola (2016). *“Relatório de Sustentabilidade do Grupo Crédito Agrícola”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/-/media/21c0d5d1f870465ba8c7e6b740bb3ca1.ashx> Consultado a 13 de Abril de 2018

Crédito Agrícola (2017). *“Grupo Crédito Agrícola – Apresentação Corporativa”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/-/media/0c3fb9a9649a418fbe9b3410c620156c.ashx> Consultado a 22 de março de 2017

Crédito Agrícola (sem data a). *“Onde estamos”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/pesquisa-agencias> Consultado a 20 de março de 2017

Crédito Agrícola (sem data b). *“Organograma do Grupo CA”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/estrutura-do-grupo/organograma> Consultado a 21 de março de 2017

Crédito Agrícola (sem data c). *“Sustentabilidade”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/sustentabilidade> Consultado a 21 de março de 2017

Crédito Agrícola (sem data). *“Missão e Valores”*. Disponível em: <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/missao-e-valores> Consultado a 20 de março de 2017

Dados contabilísticos das instituições bancárias associadas da Associação Portuguesa dos Bancos disponíveis em: http://apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas/

Diário da República Eletrónico, (2017). *“Decreto-Lei n.º 74-A/2017”*. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/107561581/details/maximized> Consultado a 5 de março de 2018

Dolce, I. (2004). *“A banca, os custos e os particulares”*. Universidade Fernando Pessoa. Porto. Portugal. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/606/1/3-8FCHS2004.pdf> Consultado a julho de 2018

Expresso (4 de julho de 2015). *“Sairam de Portugal 16 bancos desde 2011”*. Disponível em: <https://expresso.sapo.pt/economia/2015-07-04-Sairam-de-Portugal-16-bancos-desde-2011#gs.qWgbxGM> Consultado a 24 de março de 2017

Goddard, J., Molyneux, T. and Wilson, J. (2004), *“The Profitability of European Banks: a cross-sectional and dynamic panel analysis”*. The Manchester School. Manchester. England.

Gorton, G., e Schmid, F. (1999), *“Corporate governance, ownership dispersion and efficiency: Empirical evidence from Austrian cooperative banking”*, Journal of Corporate Finance. United States of America.

Greve, R. (2002), *“The German cooperative banking group as a strategic network: Function and performance”*, Arbeitspapiere des Instituts für Genossenschaftswesen der Westfälischen Wilhelms-Universität Münster. Münster. Germany.

Jha, S. e Hui, X. (2012). *“A Comparison of Financial Performance of Commercial Banks: A Case Study of Nepal”*. School of Management, Harbin Institute of Technology. Disponível em: http://www.academicjournals.org/app/webroot/article/article1380972681_Jha%20and%20Hui.pdf

Jornal de Negócios (13 de setembro 2016). *“As mais-valias da banca cooperativa”*. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/detalhe/as_mais_valias_da_banca_cooperativa Consultado a 20 de março de 2017

Jornal de Negócios (19 de março de 2013). *“Troika deixa cair meta para rácio de transformação da banca”*. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca-financas/detalhe/troika_deixa_cair_meta_para_racio_de_transformacao_da_banca Consultado a 27 de agosto de 2018

Jornal de Negócios (7 de março de 2012). *“Lucros do Montepio caem 12,5% em 2011”*. Disponível em: https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/lucros_do_montepio_caem_125_e_m_2011 Consultado a 26 de agosto de 2018

Kosmidou, K., Tanna, S. e Pasiouras, F. (2005), *“Determinants of Profitability of Domestic UK Commercial Banks: Panel Evidence from period 1995-2002”*, Applied Research Working Papers Series. Malaysia

Leal, A. (2017). *“Liquidez, solvabilidade e risco nas instituições de crédito: Rácios financeiros”*, Banco de Portugal. Lisboa. Portugal. Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/intervpub20170508_1.pdf

Levine, R. (1997), *“Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda”*, Journal of Economics Literature. United States of America

Martins, A. (2001). *“O método dos rácios no setor bancário em Portugal – Avaliação da normalidade e da proporcionalidade”*, Universidade do Algarve e Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/6777/1/S14_MARTINS-Metodo_dos_racios_no_sector.pdf Consultado a 20 de setembro de 2018

Martins, A., Berenguer, A. e Carruna, C. (sem data). *“A utilidade dos rácios nas instituições bancárias”* Jornal dos algarves. Disponível em: <http://www.dosalgarves.com/rev/N15/7rev15.pdf> Consultado a 20 de junho de 2018

Morais, L. (2013), *“Determinantes e efeitos do endividamento das famílias em Portugal”*., Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt> Consultado a 19 de maio de 2017

Naceur, S.B. (2003), *“The Determinants of the Tunisian Banking Industry Profitability: Panel Evidence”*, ERF 10th Annual Conference. Marrakech. Marocco.

Neto, R. (2013), *“Banca Cooperativa e Banca Comercial em Portugal: Performance na Primeira Década do Séc.XXI”*, Universidade do Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28347> Consultado a 20 de fevereiro de 2017

Neves, J. (1996). *“Análise Financeira – Técnicas Fundamentais”*, 12.^a Edição, Lisboa, Texto Editora.

Neves, J. C. (2012). *“Relato e Análise Financeira – Uma Visão Integrada de Gestão”*, Alfragide: Texto Editores, Lda.

Pina, L. (2014). *“A importância da Banca Cooperativa”*, Instituto de Formação bancária. Disponível em: https://www.ifb.pt/wp-content/uploads/2018/05/IFB-InforBanca_101.pdf Consultado a 20 de março de 2018

Pinho, P. S., (1999). *“Privatizações e Regulação: a experiência portuguesa”*, Ministério das Finanças. Lisboa. Portugal.

Pordata (sem data a). *“Estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo”*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Estabelecimentos+de+bancos++caixas+econ%C3%B3micas+e+caixas+de+cr%C3%A9dito+agr%C3%ADcola+m%C3%BAtuo-368> Consultado a 22 de julho de 2018

Pordata (sem data b). *“Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo”*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nos+estabelecimentos+de+bancos++caixas+econ%C3%B3micas+e+caixas+de+cr%C3%A9dito+agr%C3%ADcola+m%C3%BAtuo-374> Consultado a 22 de julho de 2018

Pordata (sem data c). *“Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo”*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Pessoal+ao+servi%C3%A7o+nos+estabelecimentos+de+bancos++caixas+econ%C3%B3micas+e+caixas+de+cr%C3%A9dito+agr%C3%ADcola+m%C3%BAtuo-374> Consultado a 23 de julho de 2018

Pordata (sem data d). *“Taxa de Inflação (Taxa de Variação do Índice de Preços no Consumidor): total e por consumo individual por objetivo”*. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+Infla%C3%A7%C3%A3o+\(Taxa+de+Varia%C3%A7%C3%A3o+do+%C3%8Dndice+de+Pre%C3%A7os+no+Consumidor\)+total+e+por+consumo+individual+por+objectivo-846](https://www.pordata.pt/Municipios/Taxa+de+Infla%C3%A7%C3%A3o+(Taxa+de+Varia%C3%A7%C3%A3o+do+%C3%8Dndice+de+Pre%C3%A7os+no+Consumidor)+total+e+por+consumo+individual+por+objectivo-846) Consultado a 20 de agosto de 2018

Pordata (sem data e). *“Taxa de crescimento real do PIB”*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298> Consultado a 30 de julho de 2018

Pordata (sem data). *“Endividamento das sociedades não financeiras privadas em % do PIB: total e por sector de atividade económica”*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Endividamento+das+sociedades+n%C3%A3o+financeiras+privadas+em+percentagem+do+PIB+total+e+por+sector+de+atividade+econ%C3%B3mica-3001> Consultado a 21 de julho de 2018

Portal de Gestão (2009). *“Rácios de rentabilidade”*. Disponível em: <https://www.portalgestao.com/artigos/2291-r%C3%A1cios-de-rentabilidade.html> Consultado a 19 de junho de 2017

Portela, M. e Thanassoulis, E. (2007). *“Comparative efficiency analysis of Portuguese bank branches”*, *European Journal of Operational Research*. North-Holland.

Público (10 de fevereiro de 2012). *“CGD com prejuízo de 488 milhões em 2011”*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/02/10/economia/noticia/cgd-com-prejuizo-de-488-milhoes-em-2011-1533205> Consultado a 22 de agosto de 2018

Público (2 de novembro de 2017). *“Portugal é dos países europeus com menos bancários por habitantes”*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/02/economia/noticia/portugal-e-dos-paises-europeus-com-menos-bancarios-por-habitantes-1791117/amp> Consultado a 30 de dezembro de 2017

Rivoire, J. (1995), *“História da Banca”*, Rés-Editora, Lda. Porto. Portugal.

RTP (3 de fevereiro 2012). *“BCP, BES e BPI com prejuízos de quase 1.100 milhões de euros em 2011”*. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/bcp-bes-e-bpi-com-prejuizos-de-quase-1100-milhoes-de-euros-em-2011_n524093 Consultado a 20 de agosto de 2018

Schricket, K., (2000). *“Análise de Crédito – concessão e gerência de empréstimos”* 5ª edição, São Paulo - Atlas. São Paulo. Brasil.

Think Finance, (sem data). *“Rácio de liquidez reduzida”*. Disponível em: http://www.thinkfn.com/wikibolsa/R%C3%A1cio_de_liquidez_reduzida Consultado a 29 de junho de 2017

Capítulo IX – Anexos

9.1. Rácios 2009

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	132,44%	53,96%	92,57%	61,61%	71,47%	2,57%	6,25%	3,44%	1,35%	10,33%	0,37%
Millennium BCP	162,37%	53,71%	98,42%	75,74%	87,21%	2,81%	9,89%	2,60%	1,52%	3,34%	0,24%
BIG	18,60%	55,73%	94,14%	7,92%	10,36%	5,78%	18,30%	0,88%	2,05%	10,56%	0,24%
BES	192,48%	34,64%	97,04%	57,44%	66,67%	3,20%	11,64%	2,98%	1,59%	8,48%	1,75%
BESI	248,71%	16,69%	96,36%	34,80%	41,52%	4,39%	10,74%	0,60%	1,12%	11,59%	0,63%
Banco Finantia	771,89%	9,64%	91,42%	60,62%	73,71%	4,46%	16,26%	0,24%	3,94%	3,51%	0,86%
Banco Invest	308,88%	20,39%	95,93%	53,80%	108,43%	3,69%	10,20%	0,33%	2,81%	10,31%	0,39%
Banif SGPS	168,90%	53,57%	96,46%	75,60%	90,49%	3,87%	10,74%	2,41%	2,19%	6,08%	0,93%
Banif Investimentos	153,08%	31,36%	97,28%	42,74%	48,00%	3,65%	10,58%	0,71%	1,19%	5,42%	0,37%
Crédito Agrícola	83,95%	92,07%	91,87%	60,93%	77,30%	4,90%	9,76%	2,56%	2,89%	5,44%	0,38%
Montepio	159,92%	57,09%	95,86%	81,81%	91,30%	2,68%	7,93%	1,90%	1,91%	4,72%	0,40%
CGD	120,18%	63,61%	89,75%	61,43%	76,44%	2,66%	8,56%	1,91%	1,36%	4,96%	0,26%
CBI	631,54%	8,99%	83,40%	43,94%	56,75%	6,48%	13,39%	0,01%	1,90%	21,25%	0,23%
Finibanco	112,55%	75,44%	103,49%	72,56%	84,91%	6,03%	8,31%	4,58%	3,18%	4,50%	2,36%
BBVA	189,05%	45,85%	99,07%	80,52%	86,67%	1,83%	5,96%	1,19%	1,23%	3,10%	0,30%
Banco Itaú	125,08%	38,91%	94,29%	39,37%	48,66%	2,78%	19,12%	17,20%	0,84%	5,63%	0,11%
Banco Popular	177,14%	44,09%	99,11%	68,33%	78,10%	3,02%	9,09%	1,52%	1,68%	0,50%	0,72%
Santander Consumer	27619,81%	0,42%	86,11%	92,19%	115,63%	4,63%	9,94%	0,00%	3,88%	8,74%	0,04%
Santander Totta SGPS	214,96%	34,31%	94,04%	65,10%	73,75%	2,78%	7,18%	1,72%	1,71%	23,65%	0,71%
Deutsche Bank	149,15%	43,69%	95,69%	60,62%	65,16%	1,74%	4,87%	0,40%	0,85%	5,38%	1,08%
Barclays	7509,49%	0,69%	101,18%	50,02%	51,81%	1,88%	0,44%	0,20%	1,12%	24,54%	0,25%

9.2. Rácios 2010

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	129,32%	58,89%	91,22%	64,10%	76,15%	2,54%	5,72%	3,37%	1,53%	14,40%	0,09%
Millennium BCP	162,04%	50,08%	98,78%	70,84%	81,15%	3,07%	9,29%	1,63%	1,65%	4,62%	0,40%
BIG	12,80%	43,79%	101,15%	4,65%	5,61%	6,94%	12,01%	0,55%	2,20%	22,92%	0,30%
BES	164,93%	41,84%	97,42%	58,41%	69,01%	3,13%	11,68%	1,26%	1,54%	7,95%	2,27%
BESI	167,68%	22,77%	97,09%	31,53%	38,18%	4,25%	10,59%	0,21%	1,38%	12,18%	0,61%
Banco Finantia	436,31%	17,59%	90,04%	61,50%	76,77%	3,64%	18,46%	0,23%	4,25%	3,18%	0,86%
Banco Invest	254,71%	21,17%	97,23%	46,34%	53,91%	3,28%	10,14%	0,10%	2,78%	14,32%	0,41%
Banif SGPS	155,69%	56,09%	99,27%	73,70%	87,33%	3,92%	10,14%	0,85%	2,47%	3,33%	1,25%
Banif Investimentos	160,84%	23,81%	102,41%	34,94%	38,30%	2,99%	9,28%	0,18%	1,20%	12,19%	0,21%
Crédito Agrícola	80,67%	83,13%	92,84%	52,97%	67,06%	4,43%	8,92%	2,28%	2,60%	3,62%	0,61%
Montepio	145,43%	58,52%	96,35%	76,79%	85,10%	2,38%	7,54%	1,40%	1,53%	5,45%	0,25%
CGD	121,02%	63,79%	90,99%	62,60%	77,20%	2,66%	8,45%	1,38%	1,21%	4,14%	0,28%
CBI	750,42%	6,36%	86,75%	37,93%	47,72%	4,83%	13,77%	0,54%	1,75%	17,34%	0,20%
Finibanco	102,37%	76,40%	103,49%	67,62%	78,21%	4,69%	6,00%	4,83%	3,24%	-21,71%	-1,39%
BBVA	215,79%	43,42%	98,64%	86,90%	93,70%	1,51%	5,59%	1,13%	0,96%	-2,64%	-0,10%
Banco Itaú	171,76%	31,51%	93,76%	45,65%	54,11%	2,64%	14,80%	7,80%	0,76%	6,39%	0,78%
Banco Popular	214,20%	37,14%	100,50%	71,52%	79,55%	2,04%	6,83%	1,29%	1,44%	2,48%	0,15%
Santander Consumer	23143,01%	0,49%	87,95%	92,12%	112,79%	4,19%	9,41%	0,00%	3,62%	10,39%	0,79%
Santander Totta SGPS	192,82%	38,98%	94,70%	66,25%	75,16%	2,70%	6,32%	0,73%	1,57%	20,18%	0,90%
Deutsche Bank	303,73%	27,18%	97,07%	76,33%	82,55%	2,36%	5,17%	0,49%	1,07%	5,63%	0,28%
Barclays	255,51%	17,82%	106,96%	44,17%	45,53%	2,03%	0,05%	0,11%	1,26%	-74,06%	-0,13%

9.3. Rácios 2011

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	114,78%	64,90%	94,36%	75,29%	74,50%	2,53%	2,41%	3,01%	1,43%	-36,75%	-0,66%
Millennium BCP	143,21%	54,82%	101,79%	68,32%	78,50%	3,00%	5,91%	2,44%	1,85%	-18,11%	-0,91%
BIG	36,16%	59,03%	104,57%	18,86%	21,35%	4,65%	8,11%	1,38%	2,77%	3,79%	0,30%
BES	143,38%	47,51%	100,22%	58,25%	68,12%	2,92%	8,92%	1,51%	1,64%	-1,90%	-0,14%
Besi	262,78%	15,37%	101,34%	33,64%	40,40%	4,27%	10,62%	0,03%	1,39%	1,75%	0,14%
Finantia	348,27%	19,74%	87,33%	52,72%	68,74%	2,72%	18,34%	0,29%	3,59%	0,92%	0,12%
Invest	198,15%	24,68%	102,73%	41,51%	48,91%	2,43%	9,47%	1,93%	2,91%	-6,64%	-0,66%
Banif SGPS	138,66%	56,00%	108,48%	65,72%	77,65%	4,25%	7,57%	2,01%	2,10%	-16,25%	-1,02%
Banif Inv	179,93%	25,61%	98,75%	39,64%	46,07%	3,10%	9,79%	0,11%	1,05%	-1,01%	-0,08%
Crédito Agrícola	80,57%	82,86%	93,55%	51,78%	66,76%	3,99%	8,44%	2,10%	3,00%	5,55%	0,39%
Montepio	121,93%	68,77%	98,24%	74,12%	83,85%	2,78%	8,08%	2,32%	1,57%	3,74%	0,21%
CGD	110,85%	66,99%	95,35%	61,61%	74,26%	2,74%	6,15%	2,57%	1,53%	-10,22%	-0,41%
CBI	612,90%	6,19%	92,79%	31,14%	37,93%	2,97%	9,89%	0,16%	1,46%	4,25%	0,40%
BBVA	200,51%	48,23%	97,24%	87,97%	96,70%	2,08%	4,94%	1,33%	1,22%	-4,69%	-0,24%
Itaú	208,29%	32,37%	93,25%	57,50%	67,42%	3,08%	12,55%	12,05%	1,01%	-7,83%	-0,93%
Sant Consumer	51797,05%	0,22%	87,32%	90,54%	113,11%	4,12%	11,10%	0,00%	3,68%	7,91%	0,73%
Santander Totta SGPS	148,58%	49,22%	96,90%	64,71%	73,13%	2,11%	5,39%	1,00%	1,41%	3,92%	0,15%
Barclays	326,00%	12,22%	105,88%	38,49%	39,85%	2,00%	-0,39%	0,09%	1,21%	-*	-0,30%
BPN	189,65%	41,91%	113,99%	66,27%	79,48%	2,25%	-5,37%	2,72%	1,66%	-*	-1,88%

9.4. Rácios 2012

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	111,07%	65,95%	88,61%	59,32%	73,24%	3,16%	7,67%	3,40%	1,37%	16,87%	0,56%
Millennium BCP	126,78%	60,82%	98,34%	65,02%	77,11%	2,57%	9,25%	4,41%	1,24%	-26,47%	-1,36%
BIG	35,43%	67,01%	84,44%	18,47%	23,74%	8,36%	16,79%	1,73%	1,95%	21,35%	3,13%
BES	138,12%	50,13%	94,45%	53,81%	69,23%	3,61%	10,24%	2,00%	1,62%	1,38%	0,11%
BESI	226,13%	18,02%	98,25%	32,85%	40,74%	4,78%	11,91%	0,02%	1,73%	3,62%	0,34%
Banco Finantia	105,00%	34,46%	85,23%	28,32%	36,19%	3,86%	22,24%	1,00%	3,13%	0,83%	0,14%
Banco Invest	109,21%	33,02%	97,75%	30,36%	36,06%	3,71%	10,41%	0,87%	2,36%	4,93%	0,48%
Banif Grupo Financeiro	126,65%	58,24%	115,93%	63,60%	73,76%	1,60%	4,33%	1,38%	1,51%	-66,37%	-4,12%
Crédito Agrícola	75,75%	81,61%	92,39%	47,16%	61,82%	3,68%	8,30%	3,50%	2,73%	4,26%	0,30%
Montepio	118,47%	70,45%	99,59%	70,71%	40,71%	2,28%	10,02%	1,62%	1,49%	0,13%	0,01%
CGD	104,63%	71,87%	93,39%	60,23%	75,21%	2,74%	8,70%	1,61%	1,26%	-5,90%	-0,34%
CBI	502,16%	6,46%	88,86%	25,43%	32,43%	4,52%	11,99%	0,73%	1,43%	10,42%	1,13%
BBVA	242,53%	39,98%	96,79%	85,75%	96,96%	1,72%	5,66%	0,75%	0,98%	-14,32%	-0,95%
Banco Itaú	170,19%	40,50%	92,26%	58,59%	68,93%	2,73%	12,35%	12,13%	1,01%	3,02%	0,35%
Santander Consumer	23070,54%	0,47%	90,56%	88,05%	108,56%	5,86%	14,18%	0,00%	4,55%	5,75%	0,70%
Santander Totta SGPS	137,04%	52,92%	95,26%	62,17%	72,52%	3,16%	6,68%	0,95%	1,41%	12,64%	0,60%
Barclays	274,91%	11,09%	101,15%	30,06%	30,47%	1,60%	-0,47%	0,43%	1,05%	-491,13%	-0,59%

9.5. Rácios 2013

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	101,84%	71,89%	87,90%	58,57%	73,21%	2,60%	7,88%	3,87%	1,17%	3,57%	0,16%
Banco Carregosa	42,52%	51,67%	88,45%	16,40%	21,97%	9,84%	18,34%	19,24%	2,48%	23,38%	3,20%
Millennium BCP	116,02%	66,10%	99,06%	64,97%	76,69%	2,22%	9,31%	3,97%	1,13%	-22,13%	-0,90%
BIG	28,80%	71,30%	83,83%	15,98%	20,54%	10,93%	17,06%	1,52%	2,25%	36,16%	4,83%
BES	125,80%	56,12%	93,95%	53,57%	70,60%	2,68%	10,07%	2,62%	1,48%	-7,65%	-0,64%
BESI	184,62%	21,54%	96,22%	31,64%	39,76%	4,85%	11,32%	0,10%	1,62%	1,26%	0,12%
Banco Finantia	97,52%	36,31%	85,16%	26,97%	35,41%	4,20%	21,61%	2,83%	3,46%	1,71%	0,28%
Banco Invest	74,88%	47,41%	92,01%	27,23%	35,50%	9,56%	15,59%	1,25%	2,00%	36,71%	4,14%
Banif Grupo Financeiro	126,43%	56,36%	110,21%	53,38%	71,26%	1,91%	9,51%	1,36%	1,23%	-36,74%	-3,46%
Crédito Agrícola	73,82%	87,12%	89,86%	47,09%	64,31%	3,76%	8,79%	3,31%	2,37%	-0,26%	-0,02%
Montepio	109,99%	67,37%	100,69%	63,60%	74,10%	1,81%	8,76%	1,50%	1,08%	-15,43%	-1,30%
CGD	103,32%	74,93%	97,44%	58,45%	77,41%	1,98%	8,27%	1,71%	0,92%	-9,04%	-0,51%
CBI	524,24%	6,95%	88,36%	27,17%	36,44%	5,62%	15,67%	0,08%	1,41%	9,82%	1,40%
BBVA	198,01%	50,57%	96,93%	87,26%	100,14%	1,24%	5,35%	0,85%	1,03%	-27,95%	-2,08%
Santander Consumer	30778,44%	0,36%	87,36%	88,18%	112,16%	6,03%	16,30%	2,14%	4,47%	4,72%	0,66%
Santander Totta SGPS	135,41%	51,69%	96,36%	59,77%	69,99%	2,18%	7,35%	0,91%	1,33%	4,52%	0,25%
Barclays	250,41%	19,41%	99,34%	46,38%	48,60%	1,72%	1,40%	0,13%	1,82%	-59,93%	-2,10%

9.6. Rácios 2014

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	89,81%	80,96%	86,05%	56,88%	72,72%	2,12%	6,13%	5,45%	1,26%	-7,10%	-0,38%
Banco Carregosa	43,08%	85,56%	91,19%	24,41%	36,86%	9,00%	18,65%	1,14%	2,50%	1,14%	0,19%
Banif Grupo Financeiro	105,47%	60,48%	115,22%	46,80%	63,79%	2,23%	8,50%	1,06%	0,91%	-28,68%	-2,25%
Montepio	106,39%	69,32%	104,00%	62,63%	73,75%	3,95%	7,96%	1,38%	1,69%	-11,85%	-0,83%
CGD	94,00%	80,05%	97,25%	61,91%	75,25%	2,22%	8,91%	2,38%	1,08%	-5,93%	-0,35%
BIG	16,92%	73,24%	84,45%	9,30%	12,39%	13,02%	18,09%	4,15%	1,93%	42,41%	5,71%
BBVA	177,85%	53,97%	97,77%	88,39%	96,00%	1,50%	4,64%	1,15%	1,02%	-20,52%	-1,20%
Barclays	198,97%	22,66%	97,37%	40,19%	45,08%	2,31%	2,74%	0,51%	1,85%	-23,02%	-0,82%
CBI	147,89%	15,64%	85,73%	17,87%	23,14%	3,59%	16,15%	0,04%	1,29%	1,21%	0,19%
Crédito Agrícola	68,82%	89,33%	87,14%	44,03%	61,47%	5,69%	9,04%	3,59%	2,27%	2,26%	0,18%
Banco Finantia	62,80%	44,33%	75,73%	18,86%	27,84%	4,66%	22,97%	1,67%	3,36%	3,09%	0,53%
Banco Invest	66,64%	53,21%	88,69%	29,90%	35,46%	3,92%	16,17%	0,43%	2,13%	4,89%	0,75%
Millennium BCP	107,77%	72,51%	99,38%	65,61%	78,14%	3,20%	9,18%	2,49%	1,61%	-5,09%	-0,30%
Santander Consumer	53994,00%	0,23%	82,12%	91,72%	121,63%	6,44%	18,15%	0,01%	4,73%	7,14%	1,09%
Santander Totta SGPS	125,45%	54,96%	94,55%	58,37%	68,94%	2,47%	8,35%	2,24%	1,40%	7,50%	0,46%

9.7. Rácios 2015

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	86,17%	85,02%	86,20%	57,28%	73,27%	3,07%	7,14%	8,23%	1,71%	10,83%	0,58%
Banco Carregosa	47,18%	87,92%	99,21%	31,60%	41,48%	5,77%	13,48%	25,90%	2,96%	2,73%	0,36%
BIG	42,56%	72,38%	84,62%	24,11%	30,80%	10,29%	17,92%	3,70%	1,64%	34,76%	4,83%
CBI	122,31%	21,02%	83,19%	18,92%	25,71%	2,96%	17,87%	0,44%	1,65%	2,25%	0,39%
Crédito Agrícola	69,25%	93,60%	86,64%	46,07%	64,81%	3,83%	8,88%	3,04%	2,30%	4,71%	0,36%
Montepio	113,05%	66,25%	105,60%	63,93%	74,89%	2,46%	7,93%	2,17%	1,23%	-15,30%	-1,15%
CGD	89,56%	81,83%	96,77%	60,40%	73,29%	2,20%	8,54%	3,21%	1,20%	-3,14%	-0,17%
Novo Banco	114,51%	62,13%	92,18%	46,64%	71,14%	1,73%	10,44%	1,75%	0,94%	-14,27%	-1,70%
Banco Finantia	46,37%	57,69%	77,81%	17,82%	26,75%	5,57%	22,54%	1,58%	3,91%	8,30%	1,56%
BBVA	131,72%	57,89%	103,66%	69,79%	76,26%	2,16%	4,95%	16,67%	1,01%	1,32%	0,06%
Haitong Bank	183,65%	17,13%	102,41%	22,80%	31,46%	4,24%	10,33%	3,55%	1,37%	-8,29%	-0,85%
Barclays	174,88%	8,48%	139,14%	9,69%	14,83%	2,40%	5,62%	0,11%	5,48%	-4,25%	-0,25%
Banco Invest	73,33%	67,13%	91,63%	37,50%	49,23%	3,37%	17,65%	0,77%	2,24%	2,98%	0,48%
Millennium BCP	100,84%	77,49%	91,67%	64,58%	78,14%	3,70%	9,78%	2,77%	1,93%	5,36%	0,31%
Santander Consumer	33539,98%	0,35%	84,62%	93,88%	116,72%	4,91%	11,93%	1,45%	3,47%	13,72%	1,44%
Santander Totta SGPS	122,16%	59,35%	93,86%	60,50%	72,50%	2,41%	7,87%	7,15%	1,20%	19,82%	1,17%

9.8. Rácios 2016

Banco	Transformação dos recursos dos clientes em crédito	Relevância de recursos de clientes	Financiamento do ativo financeiro	Estrutura do ativo	Capacidade creditícia geral	Margem de negócio	Solvabilidade bruta	Liquidez reduzida	Margem financeira	Rendibilidade dos capitais próprios	Rendibilidade do ativo
Banco BPI	103,50%	83,18%	87,04%	57,42%	86,09%	3,47%	7,78%	3,39%	1,31%	14,65%	0,82%
Banco Carregosa	103,50%	90,57%	98,12%	28,64%	42,03%	6,52%	16,14%	21,00%	3,11%	-1,02%	-0,17%
Banco Credibom	-	-	95,52%	84,92%	102,53%	7,23%	14,56%	0,56%	5,80%	29,48%	2,51%
BIG	41,70%	72,50%	91,08%	24,56%	30,23%	4,76%	15,10%	3,62%	1,59%	18,90%	2,49%
CBI	125,76%	20,83%	80,93%	18,50%	26,20%	4,65%	21,19%	1,09%	1,40%	0,45%	0,10%
Crédito Agrícola	67,72%	87,37%	87,60%	43,97%	59,16%	1,86%	8,16%	2,53%	2,14%	4,92%	0,35%
Banco Finantia	35,14%	63,90%	76,53%	14,85%	22,45%	4,59%	23,70%	0,70%	3,48%	7,88%	1,70%
Banco Invest	65,22%	88,98%	86,70%	41,33%	58,03%	4,29%	20,36%	1,90%	2,85%	4,08%	0,79%
Millennium BCP	98,40%	76,68%	101,06%	62,10%	75,46%	3,27%	9,56%	2,47%	1,95%	0,55%	0,03%
Montepio	111,17%	64,72%	104,67%	60,12%	71,95%	2,02%	8,00%	1,98%	1,38%	-5,69%	-0,41%
CGD	90,22%	83,17%	100,05%	61,40%	75,04%	1,85%	6,74%	2,20%	1,37%	-38,12%	-1,99%
Novo Banco	108,44%	64,21%	94,58%	45,39%	69,63%	2,19%	9,93%	3,63%	1,20%	-13,46%	-1,51%
Santander Consumer	17512,41%	0,66%	85,61%	94,43%	115,86%	4,96%	11,51%	0,87%	3,41%	17,88%	1,75%
BBVA	164,40%	50,12%	107,64%	74,42%	82,39%	1,85%	5,91%	6,57%	1,11%	-1,38%	-0,08%
Santander Totta SGPS	113,68%	69,29%	94,57%	65,88%	78,77%	2,83%	8,38%	2,20%	1,73%	11,89%	0,88%
Haitong Bank	114,32%	17,71%	103,40%	16,42%	20,25%	2,71%	7,37%	0,90%	1,42%	-23,75%	-2,02%

9.9. Posição ordinal dos bancos 2009

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	77 222 009	1	CGD	120 984 842	1	CGD	64 255 685	1
Millennium BCP	75 191 116	2	Millennium BCP	95 550 407	2	Millennium BCP	46 307 233	2
BES	48 978 847	3	BES	82 297 200	3	BES	25 446 450	3
Santander Totta SGPS	32 418 346	4	Santander Totta SGPS	48 590 431	4	Banco BPI	22 617 852	4
Banco BPI	29 955 585	5	Banco BPI	47 449 179	5	Santander Totta SGPS	15 081 297	5
Montepio	14 682 382	6	Montepio	17 244 767	6	Crédito Agrícola	9 965 033	6
Banif SGPS	11 487 864	7	Barclays	16 978 415	7	Montepio	9 180 858	7
Barclays	8 653 331	8	Banif SGPS	14 442 205	8	Banif SGPS	6 801 474	8
Crédito Agrícola	8 365 981	9	Crédito Agrícola	12 947 636	9	Banco Popular	3 523 063	9
Banco Popular	6 240 928	10	Banco Popular	8 833 191	10	BBVA	3 030 020	10
BBVA	5 728 391	11	BBVA	6 941 048	11	Finibanco	2 162 933	11
Finibanco	2 434 476	12	BESI	5 873 775	12	Banco Itaú	1 609 000	12
Deutsche Bank	2 076 622	13	Banco Itaú	5 055 430	13	Deutsche Bank	1 392 350	13
BESI	2 072 859	14	Deutsche Bank	3 396 858	14	BESI	833 456	14
Banco Itaú	2 012 530	15	Finibanco	3 155 237	15	BIG	304 985	15
Banco Finantia	2 008 667	16	Banco Finantia	3 105 680	16	Banif Investimentos	278 440	16
Santander Consumer	1 264 435	17	CBI	1 930 507	17	Banco Finantia	260 228	17
CBI	878 630	18	Santander Consumer	1 357 341	18	CBI	139 125	18
Banif Investimentos	426 249	19	Banif Investimentos	986 850	19	Barclays	115 232	19
Banco Invest	306 097	20	BIG	703 350	20	Banco Invest	99 099	20
BIG	56 713	21	Banco Invest	547 545	21	Santander Consumer	4 578	21

9.10. Posição ordinal dos bancos 2010

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	81 907 204	1	CGD	125 861 974	1	CGD	67 680 045	1
Millennium BCP	73 905 406	2	Millennium BCP	100 009 739	2	Millennium BCP	45 609 115	2
BES	50 829 123	3	BES	83 655 427	3	BES	30 819 220	3
Santander Totta SGPS	32 814 024	4	Santander Totta SGPS	48 181 543	4	Banco BPI	23 240 863	4
Banco BPI	30 055 006	5	Banco BPI	45 659 813	5	Santander Totta SGPS	17 018 297	5
Montepio	14 554 133	6	Barclays	21 469 513	6	Montepio	10 007 563	6
Banif SGPS	12 206 254	7	Montepio	18 249 290	7	Crédito Agrícola	9 938 726	7
Barclays	9 689 144	8	Banif SGPS	15 710 692	8	Banif SGPS	7 840 050	8
Crédito Agrícola	8 017 407	9	Crédito Agrícola	14 200 415	9	Barclays	3 792 113	9
Banco Popular	7 621 749	10	Banco Popular	10 300 227	10	Banco Popular	3 558 284	10
BBVA	7 106 628	11	BBVA	7 971 769	11	BBVA	3 293 265	11
Deutsche Bank	2 574 675	12	BESI	7 017 600	12	Finibanco	2 475 097	12
Finibanco	2 533 666	13	Banco Itaú	5 236 578	13	Banco Itaú	1 410 928	13
Banco Itaú	2 423 341	14	Finibanco	3 475 758	14	BESI	1 338 765	14
BESI	2 244 842	15	Deutsche Bank	3 337 599	15	Deutsche Bank	847 675	15
Banco Finantia	1 732 561	16	Banco Finantia	2 628 374	16	Banco Finantia	397 097	16
Santander Consumer	1 357 106	17	CBI	2 000 188	17	BIG	332 185	17
CBI	787 913	18	Santander Consumer	1 473 135	18	Banif Investimentos	292 597	18
Banif Investimentos	470 626	19	Banif Investimentos	1 339 229	19	Banco Invest	108 695	19
Banco Invest	276 860	20	BIG	900 763	20	CBI	104 996	20
BIG	42 533	21	Banco Invest	577 969	21	Santander Consumer	5 864	21

9.11. Posição ordinal dos bancos 2011

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	78 247 625	1	CGD	120 565 281	1	CGD	70 587 491	1
Millennium BCP	68 045 535	2	Millennium BCP	93 482 079	2	Millennium BCP	47 516 110	2
BES	49 043 382	3	BES	80 237 372	3	BES	34 206 162	3
Santander Totta SGPS	28 339 940	4	Banco BPI	42 955 917	4	Banco BPI	24 671 328	4
Banco BPI	28 318 264	5	Santander Totta SGPS	42 223 823	5	Santander Totta SGPS	19 073 613	5
Montepio	16 706 626	6	Barclays	24 980 808	6	Montepio	13 701 919	6
Banif SGPS	11 135 315	7	Montepio	21 495 390	7	Crédito Agrícola	9 821 452	7
Barclays	9 847 024	8	Banif SGPS	15 823 114	8	Banif SGPS	8 030 692	8
Crédito Agrícola	7 913 565	9	Crédito Agrícola	14 240 832	9	BBVA	3 220 504	9
BBVA	6 457 513	10	BBVA	7 096 917	10	Barclays	3 020 526	10
BPN	3 146 097	11	BESI	6 559 785	11	BPN	1 658 909	11
Banco Itaú	3 050 393	12	Banco Itaú	5 211 277	12	Banco Itaú	1 464 465	12
BESI	2 257 945	13	BPN	4 639 236	13	BESI	859 247	13
Banco Finantia	1 414 898	14	Banco Finantia	2 522 088	14	BIG	440 568	14
Santander Consumer	1 264 884	15	CBI	2 161 679	15	Banco Finantia	406 267	15
CBI	699 132	16	Santander Consumer	1 337 503	16	Banif Investimentos	246 152	16
Banif Investimentos	442 899	17	Banif Investimentos	1 093 293	17	Banco Invest	117 829	17
Banco Invest	233 482	18	BIG	828 983	18	CBI	114 070	18
BIG	159 331	19	Banco Invest	536 756	19	Santander Consumer	2 442	19

9.12. Posição ordinal dos bancos 2012

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	74 713 101	1	CGD	116 856 502	1	CGD	71 404 154	1
Millennium BCP	62 618 236	2	Millennium BCP	89 744 039	2	Millennium BCP	49 389 866	2
BES	47 706 392	3	BES	83 690 828	3	BES	34 540 323	3
Banco BPI	27 345 473	4	Banco BPI	44 564 582	4	Banco BPI	24 621 139	4
Santander Totta SGPS	26 942 387	5	Santander Totta SGPS	41 400 310	5	Santander Totta SGPS	19 659 923	5
Montepio	15 703 547	6	Barclays	27 436 943	6	Montepio	13 255 447	6
Banif Grupo Financeiro	9 815 981	7	Montepio	20 972 731	7	Crédito Agrícola	10 112 824	7
Barclays	8 286 271	8	Crédito Agrícola	15 113 117	8	Banif Grupo Financeiro	7 750 430	8
Crédito Agrícola	7 660 153	9	Banif Grupo Financeiro	13 992 293	9	Barclays	3 014 165	9
BBVA	5 533 168	10	BESI	6 481 864	10	BBVA	2 281 460	10
Banco Itaú	2 937 135	11	BBVA	6 128 697	11	Banco Itaú	1 725 771	11
BESI	2 187 524	12	Banco Itaú	4 940 905	12	BESI	967 374	12
Santander Consumer	981 190	13	CBI	2 433 648	13	Banco Finantia	633 803	13
Banco Finantia	665 517	14	Banco Finantia	2 259 209	14	BIG	543 830	14
CBI	647 991	15	Santander Consumer	1 100 450	15	Banco Invest	182 836	15
Banco Invest	199 679	16	BIG	1 026 193	16	CBI	129 042	16
BIG	192 674	17	Banco Invest	628 232	17	Santander Consumer	4 253	17

9.13. Posição ordinal dos bancos 2013

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	70 074 462	1	CGD	112 962 840	1	CGD	67 824 469	1
Millennium BCP	56 802 197	2	Millennium BCP	82 007 033	2	Millennium BCP	48 959 752	2
BES	46 334 896	3	BES	80 608 016	3	BES	36 830 893	3
Santander Totta SGPS	26 095 503	4	Banco BPI	42 699 750	4	Banco BPI	25 494 961	4
Banco BPI	25 965 133	5	Santander Totta SGPS	41 551 241	5	Santander Totta SGPS	19 271 178	5
Montepio	15 555 141	6	Montepio	23 039 203	6	Montepio	14 142 828	6
Banif Grupo Financeiro	7 969 025	7	Barclays	15 289 140	7	Crédito Agrícola	10 122 543	7
Crédito Agrícola	7 471 989	8	Crédito Agrícola	14 620 576	8	Banif Grupo Financeiro	6 303 280	8
Barclays	7 156 446	9	Banif Grupo Financeiro	13 603 492	9	Barclays	2 857 915	9
BBVA	5 009 445	10	BESI	5 961 799	10	BBVA	2 529 843	10
BESI	1 946 582	11	BBVA	5 361 393	11	BESI	1 054 389	11
Santander Consumer	842 543	12	Banco Finantia	2 266 021	12	BIG	683 717	12
Banco Finantia	640 044	13	CBI	2 008 571	13	Banco Finantia	656 346	13
CBI	587 492	14	BIG	1 214 430	14	Banco Invest	233 850	14
BIG	196 918	15	Santander Consumer	945 107	15	CBI	112 065	15
Banco Invest	175 112	16	Banco Invest	595 172	16	Banco Carregosa	91 095	16
Banco Carregosa	38 731	17	Banco Carregosa	227 941	17	Santander Consumer	2 737	17

A

9.14. Posição ordinal dos bancos 2014

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	66 863 572	1	CGD	100 152 034	1	CGD	71 134 176	1
Millennium BCP	53 685 648	2	Millennium BCP	76 360 916	2	Millennium BCP	49 816 736	2
Santander Totta SGPS	25 524 020	3	Banco BPI	42 628 850	3	Banco BPI	28 134 617	3
Banco BPI	25 268 969	4	Santander Totta SGPS	41 543 134	4	Santander Totta SGPS	20 345 997	4
Montepio	15 228 739	5	Montepio	22 473 474	5	Montepio	14 314 659	5
Crédito Agrícola	7 250 831	6	Crédito Agrícola	15 049 651	6	Crédito Agrícola	10 536 609	6
Banif Grupo Financeiro	6 854 997	7	Barclays	14 519 059	7	Banif Grupo Financeiro	6 499 287	7
Barclays	6 182 098	8	Banif Grupo Financeiro	13 125 494	8	Barclays	3 107 076	8
BBVA	4 648 193	9	BBVA	5 179 512	9	BBVA	2 613 515	9
Santander Consumer	809 910	10	Banco Finantia	2 226 348	10	BIG	804 736	10
Banco Finantia	457 301	11	CBI	2 100 827	11	Banco Finantia	728 175	11
CBI	391 396	12	BIG	1 444 517	12	Banco Invest	278 121	12
Banco Invest	185 346	13	Santander Consumer	870 097	13	CBI	264 660	13
BIG	136 162	14	Banco Invest	645 759	14	Banco Carregosa	117 757	14
Banco Carregosa	50 731	15	Banco Carregosa	199 104	15	Santander Consumer	1 500	15

9.15. Posição ordinal dos bancos 2015

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	65 759 033	1	CGD	100 901 467	1	CGD	73 426 264	1
Millennium BCP	51 970 159	2	Millennium BCP	74 884 879	2	Millennium BCP	51 538 583	2
Santander Totta SGPS	31 782 691	3	Novo Banco	57 529 359	3	Banco BPI	28 177 814	3
Novo Banco	31 583 759	4	Santander Totta SGPS	49 085 821	4	Novo Banco	27 582 142	4
Banco BPI	24 281 622	5	Banco BPI	40 673 292	5	Santander Totta SGPS	26 017 806	5
Montepio	14 662 277	6	Montepio	21 145 216	6	Montepio	12 969 431	6
Crédito Agrícola	7 555 017	7	Crédito Agrícola	14 935 759	7	Crédito Agrícola	10 910 086	7
BBVA	3 393 508	8	Barclays	9 620 210	8	BBVA	2 576 229	8
Santander Consumer	1 215 489	9	BBVA	4 767 086	9	BIG	885 486	9
Haitong Bank	1 041 341	10	Haitong Bank	4 172 581	10	Banco Finantia	760 234	10
Barclays	954 522	11	CBI	1 798 665	11	Haitong Bank	567 038	11
BIG	376 820	12	Banco Finantia	1 773 741	12	Barclays	545 800	12
CBI	358 433	13	BIG	1 542 063	13	Banco Invest	336 728	13
Banco Finantia	352 523	14	Santander Consumer	1 280 784	14	CBI	293 061	14
Banco Invest	246 931	15	Banco Invest	603 431	15	Banco Carregosa	161 268	15
Banco Carregosa	76 083	16	Banco Carregosa	227 673	16	Santander Consumer	3 624	16

9.16. Posição ordinal dos bancos 2016

Banco	Crédito a clientes	Ordem	Banco	Total do ativo	Ordem	Banco	Recursos de clientes e outros empréstimos	Ordem
CGD	62 866 825	1	CGD	93 547 313	1	CGD	69 680 130	1
Millennium BCP	48 017 602	2	Millennium BCP	71 264 811	2	Millennium BCP	48 797 647	2
Santander Totta SGPS	31 459 027	3	Novo Banco	52 332 672	3	Santander Totta SGPS	27 672 590	3
Novo Banco	28 184 426	4	Santander Totta SGPS	44 991 683	4	Novo Banco	25 989 719	4
Banco BPI	22 735 758	5	Banco BPI	38 284 652	5	Banco BPI	21 967 681	5
Montepio	13 861 034	6	Montepio	21 345 909	6	Montepio	12 467 819	6
Crédito Agrícola	7 940 905	7	Crédito Agrícola	16 699 391	7	Crédito Agrícola	11 726 366	7
BBVA	3 052 330	8	Haitong	4 754 747	8	BBVA	1 856 700	8
Santander Consumer	1 335 146	9	BBVA	3 999 499	9	BIG	1 049 050	9
Banco Credibom	1 222 371	10	Banco Finantia	1 807 409	10	Banco Finantia	850 752	10
Haitong	841 095	11	BIG	1 759 030	11	Haitong	735 708	11
BIG	437 485	12	CBI	1 495 321	12	Banco Invest	351 153	12
Banco Finantia	298 958	13	Santander Consumer	1 400 628	13	CBI	236 188	13
CBI	297 036	14	Banco Credibom	1 384 392	14	Banco Carregosa	142 479	14
Banco Invest	229 029	15	Banco Invest	506 320	15	Santander Consumer	7 624	15
Banco Carregosa	66 114	16	Banco Carregosa	215 015	16	Banco Credibom	-	16